

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

151

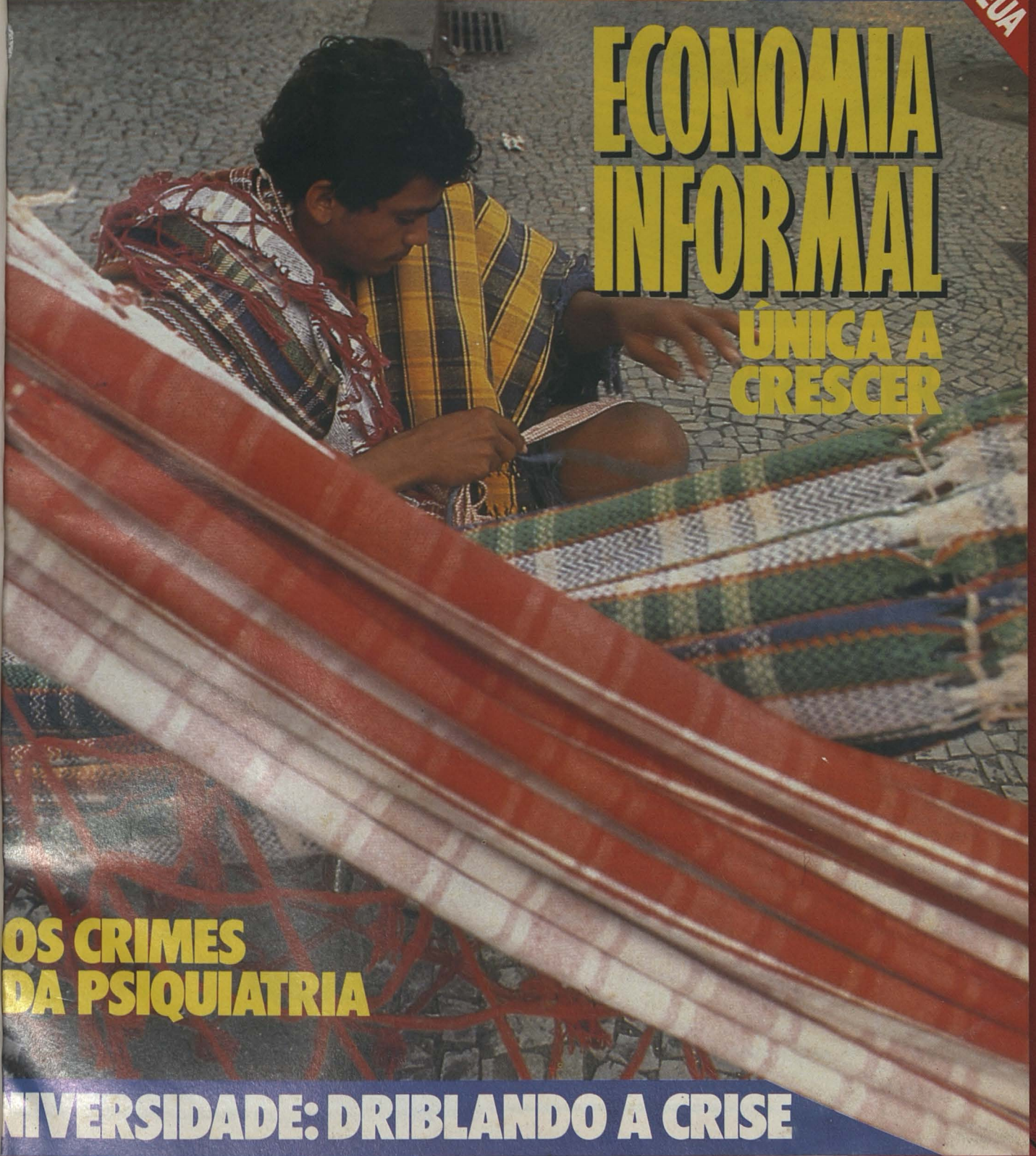
O ACORDO MÉXICO-EUA

ECONOMIA INFORMAL

ÚNICA A
CRESCER

OS CRIMES
DA PSIQUIATRIA

UNIVERSIDADE: DRIBLANDO A CRISE



Argamassa Armada.



O modo mais concreto de construir com rapidez e baixo custo.



A argamassa armada é um processo pioneiro, desenvolvido pela Riocop que combina areia, cimento e tela de aço.

O resultado são peças pré-moldadas que garantem, além de um custo 30% mais baixo do que as estruturas convencionais de concreto, maior rapidez na montagem e uma adequação perfeita a qualquer tipo de terreno.

Graças a esta revolucionária tecnologia, em apenas 5 anos a Riocop já construiu 2 CIACs (tem mais 3 em andamento, com uma previsão de 21 para 1992), mais de 50 escolas, 30 casas da criança, 30 postos de saúde, diversas casas comunitárias, creches, CIEPs e uma série de outras obras em benefício da população.

Hoje a Riocop fabrica mensalmente 900m³ de argamassa armada que equivalem a 6 mil m² e produz, além de peças para edificação, abrigos de ônibus, caixas d'água, bancos de jardim, diversos equipamentos urbanos e componentes para saneamento básico.

Da próxima vez que você for construir, contrate os serviços de

quem lidera a tecnologia da argamassa armada no País.

E se você quiser, a Riocop também instala em poucas semanas uma fábrica da argamassa armada em seu estado.

Para seu esclarecimento, escreva para o nosso endereço e solicite, sem compromisso, maiores informações.

RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

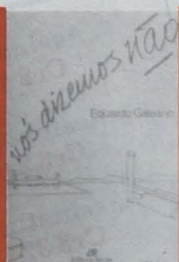
FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-3965

**ESTORVO**

Chico Buarque

Narrado em primeira pessoa, Estorvo se mantém constantemente no limite entre o sonho e a vigília, projeções de um desespero subjetivo e crônica do cotidiano. E o olho mágico que filtra o rosto do visitante misterioso talvez seja a metáfora da visão deformada com que o narrador seguirá sua odisséia.

141 p. E-254 Cr\$48.300,00

**NÓS DIZEMOS NÃO**

Eduardo Galeano

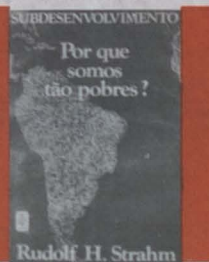
A esquerda acabou? E a história, também? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? Pode existir dignidade na miséria? Estas são algumas questões queimantes que o autor de *Veias abertas da América Latina* procura desatar nesta obra.

88p. E-226 Cr\$ 21.800,00

**O ENIGMA AMAZÔNIA**Desafio ao Futuro
Miranda Neto

Para o autor, que é economista, com pós-graduação em economia rural no Brasil e Estados Unidos, o desenvolvimento da Amazônia deve adaptar as técnicas modernas às condições ambientais, com a preocupação de servir ao país e não apenas aos grandes interesses econômicos.

144 p. E-235 Cr\$28.000,00

**SUBDESENVOLVIMENTO**Por que somos tão pobres?
Rodolf H. Strahm

Rodolf H. Strahm, economista suíço com participação em vários organismos internacionais, procura desvendar os complexos mecanismos do subdesenvolvimento, que ele relaciona com a crise do endividamento externo.

221 p. E-230 Cr\$ 21.560,00

**ESCRITOS INDIGNADOS**

Herbert de Souza (Betinho)

O livro do sociólogo e analista político Herbert de Souza (Betinho) passa em revista os principais problemas brasileiros de hoje, com a coragem e a emoção que marcam todo seu pensamento e sua atuação na sociedade.

144 p. E-232 Cr\$ 25.000,00

**AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA**Eduardo Galeano
(33ª edição)

Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento.

307p. E-247 Cr\$ 60.000,00

**UMA CHAMA NA AMAZÔNIA**

Jean-Pierre Leroy

Reconstituindo a saga dos trabalhadores rurais da região de Santarém, Pará, o autor apresenta um quadro completo da realidade econômica da Amazônia.

E-238 Cr\$ 25.310,00

**REFAZENDO A FÁBRICA FORDISTA**

Elizabeth Bortolaia Silva

Partindo da análise comparativa entre uma fábrica Ford no Brasil e na Inglaterra, a autora discute os rumos da economia mundial.

394 p. E-239 Cr\$ 41.000,00

QUERIDA ILHA

Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba, etc.

E-240 Cr\$ 41.400,00

O LIVRO DOS ABRAÇOS

Eduardo Galeano

Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente.

217 p. E-243 Cr\$ 38.000,00

CHE-PARRA — Latino-América

Piedade Carvalho

“Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase moribunda esperança.”

Sérgio Ricardo
100 p. E-223 Cr\$ 16.000,00**O PILÃO DA MADRUGADA**

Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou.

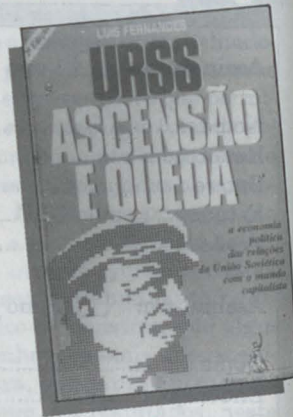
Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na “história oficial”.

José Louzeiro 464 p.
E-208 Cr\$ 18.000,00**DESENVOLVIDO PARA****A MORTE - Repensando o desenvolvimento do****Terceiro Mundo**

Ted Trainer

O simples desenvolvimento, sem um planejamento adequado, leva a aberrantes desequilíbrios na distribuição da renda mundial. O modelo neoliberal, aplicado a nossos países, acaba por privilegiar os interesses das classes altas do Terceiro Mundo, das corporações multinacionais e dos países ricos.

240 p. E-245 Cr\$ 50.000,00

**URSS - ASCENSÃO E QUEDA**

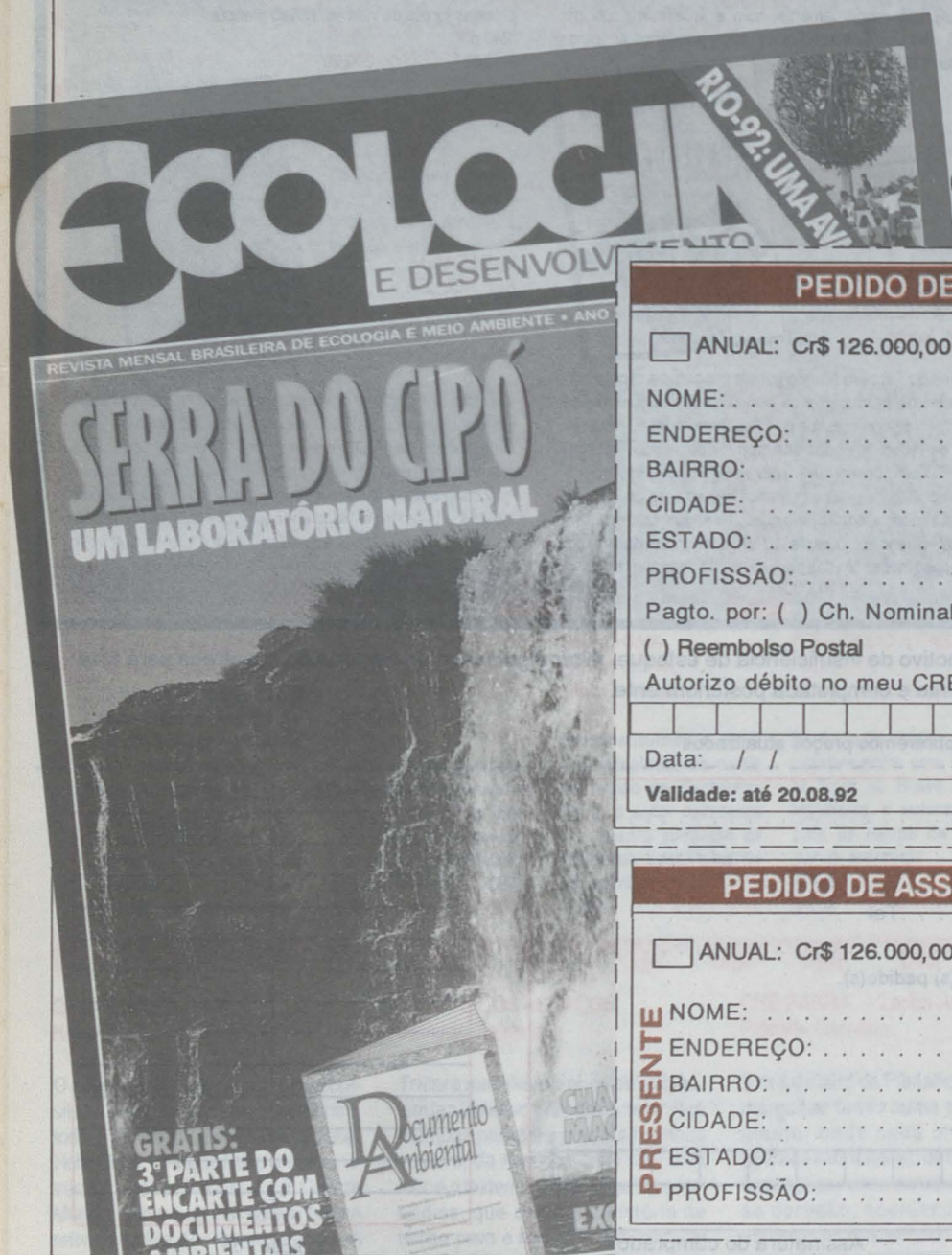
Luiz Fernandes

O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela “economia de mercado”, bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que quiserem se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo.

270 p. E-256 Cr\$ 28.000,00

Leia O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo.

e Assine



Grátis

Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.

Validade: até 10.05.92

PEDIDO DE ASSINATURA

ANUAL: Cr\$ 126.000,00 2 ANOS: Cr\$ 252.000,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE: CEP:

ESTADO: TEL.:

PROFISSÃO:

Pago. por: () Ch. Nominal () V. Postal - Ag. Lapa

() Reembolso Postal () CREDICARD

Autorizo débito no meu CREDICARD N°

Data: / /

Validade: até 20.08.92

Comprador

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

ANUAL: Cr\$ 126.000,00 2 ANOS: Cr\$ 252.000,00

PRESENTE NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE: CEP:

ESTADO: TEL.:

PROFISSÃO:

Editora Terceiro Mundo Ltda. • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Telex: 21 33054 CTMB BR
PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 252-7440 OU PELO FAX (021) 252-8455

CAPA:

Economia informal

A economia não-oficial representa entre 13 e 50% do PIB brasileiro. Mas não é privilégio do Terceiro Mundo: na Alemanha, o setor subterrâneo chega a 30% das atividades econômicas. Lá como cá, não se sabe bem como lidar com o



fenômeno, que alguns consideram indicador saudável e crescimento, enquanto outros encaram como tentativa da população de sobreviver na crise

Página 26



◀ A discussão sobre a Lei Antimanicômio trouxe à tona uma barbaridade há tempos trancada no hospício: a violência do sistema psiquiátrico, com práticas de tortura idênticas às usadas contra os presos políticos nos anos 70 **20**

A enganosa propaganda que se montou em torno do acordo de livre comércio entre Estados Unidos, México e Canadá (Eucanmex) esconde a queda brusca do poder aquisitivo dos trabalhadores mexicanos e o fechamento de um grande número de empresas **31**



◀ Problemas estruturais herdados do colonialismo, guerras e secas têm conduzido os países da África negra a um desenvolvimento marcado mais por retrocessos que avanços **38**

SUMÁRIO

2 PANORAMA NACIONAL

6 CARTAS

POLÍTICA

7 Os escândalos da República

ECOLOGIA

8 Rio-92: resultados

10 Nos bastidores da conferência

MÍDIA

12 Os anos rebeldes

UNIVERSIDADE

16 A pesquisa ameaçada

REPRESSÃO

20 A loucura da psiquiatria

ÍNDIOS

25 O caso Paiakan

AMÉRICA LATINA

31 México: Igualdade entre desiguais

35 Haiti: O povo espera a sua vez

ÁFRICA

38 Um caminho sinuoso

42 Moçambique: Cessar-fogo, uma meta ainda incerta

46 Angola: A democratização e os desafios do futuro

ORIENTE MÉDIO

48 Kuwait/Arábia Saudita: Miragens no deserto

ÁSIA

50 O negócio do século

AGRICULTURA

52 Batatas: "modernidade" versus tradição

54 PANORAMA INTERNACIONAL

PÁGINA ABERTA

60 JFK, o livro e o filme



Perspectivas energéticas

A limitação de verbas para as pesquisas continua a afetar as possibilidades de desenvolvimento do país. Na área energética, as tecnologias alternativas (sol, ventos, marés) precisam ainda de um impulso que prepare o país para o fim do petróleo, para a racionalidade no uso dos recursos e, particularmente, para a era da energia limpa.

Outros países estão mais avançados nessa área e logo terão tecnologias para vender. No Deserto de Mojave, na Califórnia, os Estados Unidos estão ampliando a capacidade de oito grandes centrais solares. Terão a sua capacida-

de de geração de energia elétrica ampliada, nos próximos três anos, dos atuais 275 megawatts para 680 megawatts, o que corresponde a dois terços da capacidade média de uma usina nuclear. Importante também é que os custos da energia elétrica gerada por essa tecnologia caíram de 100 milhões de dólares para 10 mil dólares por megawatt. Com a expansão da demanda de energia solar, constatada por estudos feitos recentemente, a produção em escala reduzirá esses custos para 2.500 dólares, nos próximos três anos, e, antes que termine a década, para 1.250 dólares.

Brevemente, segundo cientistas do Centro de Estudos de Energia e Meio Ambiente da Universidade de Princeton, estarão superadas as dificuldades técnicas para a formação de estoques de hidrogênio produzido com base na energia solar. Desta forma, a instalação de coletores solares, em apenas 2% das áreas desérticas do planeta, daria para substituir todo o petróleo e todo o gás natural consumidos hoje em todo mundo. Simultaneamente, a geração de energia solar, através de células fotovoltaicas, continua em animador processo de aperfeiçoamento, segundo os mesmos cientistas.

Empresas e meio ambiente

Empresas começam a interessar-se por realizar programas de Educação Ambiental para seus empregados e comunidades vizinhas, no Rio de Janeiro. Um protocolo de intenções foi firmado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Fema). O entendimento servirá também para a implantação de um Código de Auto-Regulamentação Ambiental, pelo qual serão discutidos e aprovados

os padrões mínimos de proteção a serem observados pelas empresas. Um terceiro programa prevê a criação de planos de emergência, de cuja elaboração participarão as empresas signatárias do protocolo com atuação em áreas onde suas atividades possam resultar em acidentes capazes de provocar impactos negativos ao meio ambiente.

O quarto item envolve um Estatuto de Impacto Ambiental, que oriente as indústrias a localizarem melhor suas fábricas. Auditorias ambientais, recursos humanos e tecnologia e cooperação são aspectos previstos no acordo, que representa uma conscientização empresarial quanto à importância do respeito ao meio ambiente.

Luta contra êxodo regional

Em artigo sob o título de "Os pequenos e médios estabelecimentos industriais nordestinos: padrões de distribuição e fatores condicionantes", publicado na edição da Revista Brasileira de Geografia, os especialistas Miguel Ângelo Campos Ribeiro e Roberto Schmidt de Almeida mostram que o segmento formado por pequenos estabelecimentos industriais informais, muitos deles de base artesanal – cujos produtos são comercializados direta, pessoal e informalmente – contribui para o assentamento das famílias e, assim, reduz o êxodo regional. Abrem, para a sua mão-de-obra, possibilidades de formação profissional mais qualificada e novos horizontes no futuro.

Com base na análise dos dados dos Censos Industriais de 1970 e 1980 (número de estabelecimentos, o valor da transformação industrial,

a mão-de-obra ocupada e a eficiência dessas atividades econômicas, em confronto com o conjunto das unidades que fazem parte da economia formal), os autores identificaram duas características da economia industrial nordestina: um circuito superior, constituído de empresas de maior porte, mais intensiva em capital, característica do setor formal; e um circuito inferior, formado por estabelecimentos industriais que, no Nordeste, representam a atividade informal – unidades de pequeno porte. A preparação do fumo, a fabricação de redes e de farinha de mandioca são atividades que desempenham papel importante na região, segundo os autores do trabalho.

Eles concluem com um alerta aos pesquisadores e às autoridades competentes, para a necessidade de mais incentivos às empresas industriais de pequeno e médio portes da região, capazes de abrir espaços para a produção e o consumo, em áreas antes deprimidas do ponto de vista econômico.

O governo poderá definir, proximamente, nova política para a borracha, baseada, principalmente, na liberação dos preços, que, no momento, tem sido objeto de discussões na Câmara Setorial da Borracha. Com a nova política, encerrar-se-ia um período de 45 anos de controle dos preços da matéria-prima. Tal controle desperta críticas da área industrial, que se diz obrigada a adquirir um terço da borracha a preços mais elevados que os do produto importado.

A produção brasileira é de apenas 30 mil toneladas/ano, das quais oito mil provenientes do extrativismo na Amazônia, no Acre e Pará. Os outros 73% da produção nacional provêm dos seringais artificiais, plantados de forma racional, principalmente nos estados do Espírito Santo, Bahia, Mato

Seringais na mira



Grosso e também Região Norte. Para um consumo interno de 130 mil toneladas/ano, portanto, o país importa 100 mil toneladas, que procedem, basicamente, da Tailândia, Cingapura e Malásia, correspondendo a 70% do consumo interno.

Segundo o presidente do

Sindicato das Indústrias de Artefatos de Borracha do Rio, Mário Ramos, o caminho mais eficaz para melhorar esse quadro é eliminar a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (Tormb). Na opinião do empresário, a diferença entre o preço vigente

Contra o oligopólio

Sindicatos da Indústria de Construção Civil de vários estados (no Ceará, 10 mil toneladas vindas da Turquia; em São Paulo, 5 mil toneladas do Leste Europeu) começam a importar cimento, numa iniciativa que visa a forçar a baixa dos preços do produto nacional. O cimento importado chega pouco acima da metade do preço do cimento brasileiro. Ao participar do 56º Encontro Nacional da Construção Civil, a secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, aplaudiu a decisão dos construtores, estimulando-os a se aglutinarem "para a montagem de um programa de importações". Classificou de loucura o procedimento das indústrias cimenteiras que pretendem impor seus preços em detrimento do mercado. Dorothea propôs o diálogo entre fornecedores e consumidores de cimento, reafirmando que o controle de preços não mais voltará. Em sua opinião, a indústria cimenteira nacional está provocando a própria ruína, ao insistir nos preços excessivos.

no mercado nacional e no exterior chega a três vezes, em consequência, segundo ele, do extrativismo que encarece a produção interna.

"O governo tabela os preços baseado nos custos do extrativismo, quando a exploração racional seria mais barata", observa. Mário Ramos propõe que a eliminação da Tormb se faça acompanhar da preservação da Região Amazônica e de suas comunidades. Com isso, as importações supririam as necessidades do mercado interno, até que a borracha de cultivo pudesse ser produzida a custos competitivos. Ele sugere, por fim, o tombamento dos 300 milhões de seringueiras nativas na Amazônia, por entender que "o oxigênio produzido por essas árvores é muito mais importante que a quantidade de borracha que fornecem".

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio e Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 Redação, 232-1759 / 232-3372 Administração

Tel: (021)507-2203 Publicidade e Marketing (021)252-7440 Assinaturas

Fax: 55 21 252-8455 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães, Elias

Fajardo e Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro

(Brasil), Henry Pease García (Peru),

Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan

Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil),

Roberto Bardini (México), Carlos Pinto

Santos (Portugal), Cristina

Canoura (Uruguai)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho

(São Paulo), Clóvis Sena e Memélia

Moreira (Brasília), José Carlos Gondim

(Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel

(Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte)

REVISÃO: Cléa Márcia Soares e Valdenir

Peixoto. DEPTO. DE ARTE: Tell Vilhena

(editor), Carlos Gomes (capa e projeto

gráfico), Sílvia H. Pompeu, Sylvio Paixão,

João C. Monteiro. FOTOS: France Press,

André Louzeiro, Hélio Santos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:

Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana

Iootty, Roberto de Oliveira, Alba Caldas,

Sílvia Arruda e Mônica Pérez

BANCO DE DADOS e EDITORAÇÃO

ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia),

Andréa Corrêa e Kátia Prado

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes

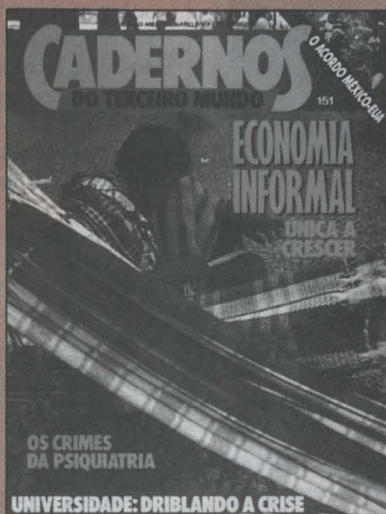
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Irã), IPS (Inter Press Service), ALASEI

(México), SALPRESS (El Salvador),



Capa: Carlos Gomes (Criação) e Ricardo Funari (Foto)

SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Nueva* (Equador), *Novembro* (Angola), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA). Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro 10/1º andar

Lisboa, 1.200 - Tel.:32-0650

Telex: 42720 CTM-TE-P

INTERCÂMBIO

• *Eliane Marta Piloneto*

Lageado Bonito

Itapejara D'Oeste - PR, CEP 85.580

• *Yiomara Benítez Best*

Ave 43 # 3403 c/34 y 36

San Nicolás de Bari 33200

P. La Habana - Cuba

• *Lázaro Martínez Ortiz*

Av. 55 # 5413 c/54 y 56

San Nicolás de Bari 33200

P. La Habana - Cuba

• *Ana Cláudia Menezes*

Rua da Palestina, 17

Florianópolis - 88025-080 - SC

• *Aguinaldo Nunes da Conceição*

Rua Beco do Adão, 86

Bairro João Mariano - Viçosa - MG

• *Zé Manel*

C.P. 44, Fundação Popular

Dpto. Água Grande

Cidade Capital - São Tomé

• *Juarez Galvão Mendes*

Rua Dr. Ton, 61

São Sebastião do Paraíso - MG

• *Luciano Carlos da Cruz*

Tr. Tenente José Joaquim, 1052,

Centro, São Sebastião do Paraíso - MG

• *Elisa Astorga S.*

Casilla 387

Valparaíso - Chile

• *Graciela Morales Suarez*

Apartado 347, Habana 1. C.P 10100

Habana - Cuba

• *Mayra Delgado Novoa*

Apartado 347, Habana 1. C.P 10100

Habana - Cuba

• *Carlos García Castañeda*

Apartado 30, Sagua la Grande

C.P. 52300

Vila Clara - Cuba

• *Ana Clara de Assis*

Rua Brás Cuba, 60 - Vila Santana

18090 Sorocaba - SP

• *Jobson Ferreira Barbosa*

Rua Irmãos Caetano nº 2

São Gonçalo do Retiro/ Cabula

41100 Salvador - BA

• *Geraldo Sola Junior*

Caixa Postal 346

07111 Guarulhos - SP

• *Sósto Ulisses Tenório*

Rua João Dias Vergara, 35-A

Jardim Olinda

05765 São Paulo - SP

• *Carlos Avalone Wolff*

Av. Brasil, nº 1312

93700 Campo Bom - RS

• *Benedito Almir Faria*

Caixa Postal 196

09701 São Bernardo do Campo - SP

• *Wagner Lopes Pereira*

Rua Baby Faro nº 2

Bairro General

26150 Belford Roxo - RJ

ASSINATURAS: REPRESENTANTES NOS DIFERENTES ESTADOS

♣ Acre ☎ 542-2329

♣ Aracaju ☎ 211-1912

♣ Alagoas ☎ 521-4047

♣ Belo Horizonte ☎ 224-3610

♣ Belém ☎ 222-7286/222-7203

♣ Brasília ☎ 226-2202

♣ Ceará ☎ 245-1679

♣ Cuiabá ☎ 321-3529/316-8356/322-7442

♣ Curitiba ☎ 254-2384

♣ Florianópolis ☎ 44-7683

♣ Paraíba ☎ 322-7536

♣ Pernambuco ☎ 231-1485

♣ Porto Alegre ☎ 27-1025

♣ Rio de Janeiro ☎ 252-7440/252-1742

♣ São Paulo ☎ 573-8562/571-9871

♣ Vitória ☎ 229-9247



Bloqueio ao Iraque

O bloqueio econômico imposto ao Iraque vai completar dois anos. Não existem mais motivos para o embargo, pois o Iraque já cumpriu todas as resoluções da ONU, mesmo sendo elas injustas para uma nação independente e soberana. O povo iraquiano continua sofrendo os efeitos das medidas, principalmente a falta de alimentos, medicamentos e bens civis.

Vários relatórios da ONU, de suas agências especializadas, das organizações de alimento e de entidades humanitárias não-governamentais destacam os riscos causados à população em decorrência do bloqueio.

- A poluição da água nas províncias centrais e em Basra provoca doenças e infecções nos aparelhos digestivo e respiratório, agravadas pela falta de recursos médicos.

- A mesma carência permite o surgimento de casos

epidêmicos de cólera, meningite, malária, poliomielite, febre tifóide e hidrofobia.

- Faltam peças de reposição para a recuperação de equipamentos de geração de energia elétrica destinada à operação dos sistemas de água e esgoto.

- Os esforços de imunização contra as doenças estão comprometidos pela falta de vacinas e de equipamentos médicos.

- O país tem necessidade de importar mais de cinco milhões de toneladas de alimentos para suprir o consumo.

Motivos humanitários nos levam a fazer um apelo para que todos levantem as mãos bem alto, pedindo aos responsáveis pela continuação do bloqueio o fim da hostilidade contra o povo iraquiano.

Embaixada do Iraque
República do Iraque
Brasília - Distrito Federal

Jovens trabalhadores

Temos o prazer de convidar a equipe de cadernos do terceiro mundo a participar do V Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, de 21 a 24 de julho em São Paulo. É uma atividade promovida pela Juventude Operária

Católica (JOC) e pelo Movimento de Jovens Cristãos Rurais (MJRC). Os jovens poderão discutir sobre suas condições de vida e o seu papel no ambiente de trabalho.

Margarida Marques
Comissão Organizadora
Bela Vista - SP

Políticos e sociedade

Estamos nos aproximando do ano 2000. Imagine chegar lá com as mesmas características dos políticos: ladrões de colarinho branco. Bom seria se cada cidadão tivesse acesso à escola, à universidade, ao trabalho e ao hospital. Assim, teríamos um comportamento mais radical, fazendo com que a

sociedade pudesse refletir na hora de escolher seu representante político. E escolhesse aquele que trouxesse benefícios para ela. Cabe aos políticos entender que com o povo não se brinca.

Aguinaldo Nunes da Conceição
Viçosa - MG

Meninas de rua

O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), está organizando uma publicação acerca da situação das meninas de rua, notadamente em grandes centros urbanos brasileiros. Com previsão de lançamento em setembro, a revista pretende apresentar um painel analítico dos fatos que envolvem o cotidiano dessas meninas, procurando sistematizar desde a experiência dos setores vinculados à assistência direta até as reflexões acadêmicas relativas ao tema.

Na abordagem de as-

pectos como sexualidade, vinculação familiar, ocupação, maternidade, violência sexual e prostituição, pretende-se ter, como pano de fundo, a situação da mulher marginalizada, entendendo que a situação da menina de rua é a versão extremada da desassistência e desigualdade que atinge as mulheres brasileiras de baixa renda. Desta forma, o conteúdo dos artigos abordarão estudos e depoimentos nesta perspectiva, apontando sugestões para o desenvolvimento de políticas públicas de assistência.

Jorge Barros
Ceap
Rio de Janeiro - RJ



Os escândalos da República

Os tiroteios no jardim podem ter consequências políticas e institucionais não-previstas inicialmente

Procópio Mineiro

A Comissão Parlamentar de Inquérito começa a aprofundar as suas investigações, no momento em que fechamos esta edição, ainda sob o impacto das acusações de Renan Calheiros ao presidente Collor. Após ouvir Pedro Collor e o empresário Takeshi Imai, e tomar conhecimento da entrevista de Calheiros, ex-líder do governo na Câmara dos Deputados, os legisladores contam com um elenco de denúncias de tráfico de influências, negociatas, enriquecimento ilícito e outras irregularidades que já pouco espantam a opinião pública, por serem consideradas ações da rotina do poder no país.

PC na mira de Pedro – O alvo direto de Pedro Collor é o empresário Paulo César Farias, tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor e, desde o ano passado, um concorrente anunciado das empresas de comunicação que eram administradas, até maio, pelo denunciante. Ao pretender lançar um jornal (*Tribuna de Alagoas*) e acenar com projetos futuros nos setores do rádio e da televisão, Paulo César Farias, o PC, transformou-se numa afronta pessoal para Pedro Collor, responsável direto pela administração da *Gazeta de Alagoas*, principal grupo de comunicação do estado.

Na vídeo-entrevista à revista *Veja*, Pedro atirou em todas as direções, expondo o próprio presidente como envolvido nos negócios de Paulo César. Já no depoimento à CPI, onde ficou quase cinco horas seguidas respondendo a mais de uma centena de perguntas de deputados e senadores, Pedro Collor alvejou também o secretário particular do pre-

sidente, Cláudio Vieira, que teria sido o confidente preferido de suas denúncias contra Paulo César Farias. Sem qualquer providência por parte do secretário, lamentou-se Pedro Collor, que resguardou, desta vez, a figura do irmão. Ele chegou a negar, formalmente, na CPI, que tivesse afirmado que o presidente soubesse das denunciadas fal-

FERNANDO PEREIRA



Fernando Collor foi atacado pelo irmão Pedro e por Renan Calheiros

catruas que atribui a Paulo César. O depoimento-resposta de PC à CPI não desarmou o furacão que caminha em sua direção, apesar da ainda parca documentação acusatória.

Indícios – Pedro Collor, que já passara pelo constrangimento de ser submetido a testes de sanidade mental em São Paulo e de se ver destituído do comando do grupo empresarial familiar, foi singelo ante a CPI: “Desculpem, não tenho provas formais. Só indícios.” Conversas que ouviu de outras pessoas ou informações que teria obtido em conversas pessoais com os denunciados – passíveis, portanto, de desmentidos.

Um dos poucos dados mais formais apresentados pelo denunciante referiu-se a um documento a respeito da licitação promovida pela Caixa Econômica Federal para impressão dos bilhetes da Raspadinha. Alvo: Indústria Brasileira de Formulários – IBF, ganhadora da concorrência e que estaria produzindo os bilhetes por preços muito altos – o quádruplo do preço médio internacional. (Em tempo: a IBF comprou recentemente a Rede Manchete de Televisão.) Por trás da IBF, Pedro Collor parece estar vendo a figura de Paulo César. O caso Raspadinha tem a favor da CEF e da IBF um parecer técnico do próprio Tribunal de Contas.

Alvo oculto? – A CPI tem a missão de deslindar o caso, no qual setores políticos viram uma manobra destinada a acuar o presidente da República. Jovem, sem programa, sem partido, sem esquemas de alcance nacional durante a época da campanha presidencial, Collor estaria contaminado, hoje em dia, pela consciência de que pode “fazer história”. Seu voluntarismo teria evoluído para caminhos inesperados, capazes de contrariar interesses há muito estabelecidos. Assim, teria que ser sacudido com ameaças de impedimento – uma hipótese cada vez mais debatida –, em meio a um cenário de “mar de lama”.

O presidente reagiu com firmeza às acusações de Calheiros em cadeia de rádio e Tv e negou que pretenda renunciar. Mas, os rumos da CPI já não serão os mesmos. “Seria irrealismo, depois das declarações de Calheiros, não admitir que a CPI chegou ao Palácio do Planalto”, disse o senador Maurício Correia (PDT-DF), vice-presidente da CPI do caso PC Farias. ■

Rio-92: um marco

Conferência da ONU constitui um momento de virada na tentativa do homem de preservar o planeta

Elias Fajardo

Os pessimistas disseram, antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento começar, que ela estava fadada ao fracasso. Alguns chegaram a insinuar que a ONU havia se arrependido de ter escolhido o Rio de Janeiro como sede.

Os superotimistas diziam que ela salvaria o mundo.

Nem uma coisa nem outra aconteceu. Agora que a poeira assentou, ficou

sobre muitos pontos importantes, inclusive sobre a questão dos recursos para financiar programas ambientais contidos na Agenda 21, um dos documentos aprovados.

Mas é possível vislumbrar um raio de esperança por trás da timidez do primeiro passo. Afinal, o simples fato de mais de cem chefes de Estado e de governo se sentarem em torno de uma grande mesa de negociações reveste de importância o caráter destas próprias negociações.

As alianças tradicionais também foram questionadas durante os 12 dias da conferência. Nunca ninguém esp



Chefes de Estado e de governo de todo o mundo reuniram-se no Riocentro

claro que a Rio-92 foi um marco nas relações internacionais. Em termos políticos, significou um esboço de novas alianças e possibilidades de relacionamento entre os países ricos do Norte e os considerados pobres do Sul. Em termos ecológicos, ela é um primeiro passo no sentido de se tentar reverter, de modo global, o processo acelerado de destruição do meio ambiente. Um passo tímido em muitos sentidos, na medida em que não se conseguiu consenso

rou que o presidente George Bush ficasse isolado em sua negativa de assinar o tratado da biodiversidade. Nem os ingleses (seus aliados históricos) estiveram ao lado dele. A lição foi muito clara: os Estados Unidos podem se permitir ficar sozinhos numa posição em defesa de seus interesses industriais, mas, por outro lado, não contam mais pelo menos no terreno cada vez mais importante do meio ambiente, com adesões incondicionais.



*Maurice Strong,
o secretário-geral da
conferência, foi incansável
na luta por soluções
de consenso*

Um outro fato político da maior importância foi a presença e a participação ativa de Organizações Não-Governamentais (ONGs) de todo o planeta. Apesar da falta de recursos, apesar das dificuldades de se conseguir o consenso e de divergências acirradas que muitas vezes nem chegaram ao público, as ONGs podem ser consideradas as grandes vitoriosas da Rio-92. Mas ficou claro — como, aliás, elas são as primeiras a admitir — que seu crescimento em quantidade, reconhecido como um fenômeno típico da década de 80,

precisa ser complementado por um amadurecimento político. Ou seja, a presença das ONGs no cenário mundial é um fato, mas o papel que elas assumem neste cenário precisa ser adequado aos novos desafios. Na década de 90, as ONGs ambientalistas precisam deixar de ser apenas órgãos denunciadores dos desmandos e crimes ecológicos e passar a ser organismos atuantes, gestores de projetos ambientais, capazes de trabalhar ao lado dos governos (que há pouco elas consideravam vilões), sempre que os interesses das comunidades que representam estiver em jogo.

Ficou claro também, para os observadores mais argutos e para os ecologistas mais chegados à autocrítica, que as ONGs são uma expressão da sociedade civil, mas não são a própria sociedade civil. Em outras palavras, as ONGs estão acumulando prestígio e poder, mas, para dar consequência à sua atuação, elas não devem deixar que isto lhes suba à cabeça.

Avanços — Muitos progressos foram obtidos com relação à condenação do atual modelo de desenvolvimento. Importantes porta-vozes dos países ricos reconheceram que sua tendência ao superconsumismo é condenável e precisa ser modificada. A questão agora é: como fazer para mudar os hábitos predatórios do Norte? Esta solução ainda está muito longe de ser alcançada, mas as ONGs dos países do Norte podem ter um papel muito importante no processo. Os ativistas ecológicos da Europa e dos Estados Unidos estão convencidos de que cabe a eles tentar mudar a mentalidade de suas comunidades como primeiro passo para um

respeito maior ao meio ambiente. E, tão importante quanto isto, será possibilitar uma distribuição mais justa dos recursos e riquezas naturais. Aliás, esse é o ponto-chave do modelo de desenvolvimento chamado “sustentável”: a construção de uma sociedade mundial socialmente mais justa, profundamente democrática e que desenvolva novos valores éticos e espirituais, permitindo um uso mais racional e adequado das riquezas do planeta.

Mas os militantes do Sul também tiveram lições a tirar da Rio-92. A principal delas — conforme admitiram muitos ecologistas, inclusive em conversas com a imprensa — talvez seja a de que o sectarismo (seja ele político, ideológico ou ecológico) é o inimigo principal. Mais efetivo do que realizar comícios e discursos radicais é uma atuação madura, consciente em torno da questão ecológica.

Um outro avanço pode ser observado com relação à atuação dos governos dos países do Sul. Deixando de insistir nas questões em que não existe concordância (que por sinal são muitas) e caminhando unidos nos pontos onde existiu consenso, os países do Sul, agrupados no Grupo dos 77 (que na verdade hoje é formado por 122 países do Terceiro Mundo), puderam defen-

der seus interesses com objetividade e clareza.

Em termos de imagem, as Nações Unidas também acumularam pontos a seu favor na Rio-92. Durante a guerra do Golfo Pérsico, a ONU ficou marcada como uma instituição atrelada aos interesses norte-americanos. Agora, ela se mostrou um fórum pluralista, onde as nações podem apresentar suas divergências e negociar para alcançar o entendimento. O incansável secretário-geral da conferência, Maurice Strong, foi muito elogiado por sua atuação. O Brasil também recebeu elogios como anfitrião e organizador da conferência.

De qualquer modo, ainda é cedo para analisar os resultados globais da Rio-92. O trabalho maior começou justamente depois dela, e consiste na implantação das decisões mais importantes tomadas no Rio. A começar pela Agenda 21, que é um plano de ação para mudar os rumos do desenvolvimento humano até o início do próximo século. Só o futuro dirá se os governos realmente se sentem comprometidos com as responsabilidades assumidas na conferência.

A longo prazo, tudo vai depender muito dos recursos financeiros disponíveis para melhorar a qualidade de vida do planeta (que devem vir, prioritariamente, do Norte) e da pressão da opinião pública, que certamente irá cobrar dos governos e da iniciativa privada uma política mais consequente em termos ambientais e de desenvolvimento.

A conferência não foi só obra de governos, mas do esforço conjunto de especialistas, diplomatas, técnicos e dos militantes das ONGs, que, ao longo de dois anos e meio definiram o perfil e o teor dos documentos aprovados, que passam a vigorar no terreno do Direito Internacional.

Elas refletiu bem o atual estágio da humanidade: com conflitos, com avanços e recursos, mas sobretudo iniciado um processo de mudança cultural — há quem diga até mudança civilizatória —, encarando o futuro como pertencente a uma comunidade mundial única, onde é necessário respeitar a biodiversidade e apostar nas soluções baseadas na fraternidade entre os homens.



Analistas políticos dizem que a marca da Rio-92 foi a retomada do diálogo entre chefes de Estado e governo do Norte e do Sul

Nos bastidores da conferência

Rio-92 inaugurou um clima de entendimento internacional em torno da questão ecológica

Neiva Moreira

Participei da cobertura de algumas reuniões internacionais. Duas delas, do Movimento dos Países Não-Alinhados, em Argel (1973) e Havana (1979), reuniram quase uma centena de chefes de Estado e de governo, dois ou três mil ministros, delegados e jornalistas.

As duas conferências foram marcadas por um debate de choque, envolvidas no clima da Guerra Fria e dos problemas e movimentos revolucionários que se seguiram à descolonização. Em Argel, em 1973, as personagens que falavam nos plenários e circulavam pelos corredores eram expressivas desse clima quase beligerante. Outras procediam diretamente das trincheiras. Era o caso de Madame Binh, que chefiava o estado-maior das forças revolucionárias do Vietnã que cercavam Saigon, do presidente Samora Machel, que vinha diretamente das selvas de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique, e do presidente Anwar Sadat, que horas depois de encerrada a grande cúpula do Terceiro Mundo ordenaria a vitoriosa travessia do exército egípcio no Canal de Suez.

Nos últimos momentos da conferência de Argel, o golpe no Chile e o assassinato de Salvador Allende

convulsionaram o enorme Palácio de Convenções da capital argelina, enquanto, nos bastidores, outro rumor impactante corria como um segredo que quase todos conhecíamos: nas florestas de Medina do Boé, os combatentes do Partido Africano pela Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde – PAIGC – proclamaram, com as armas nas mãos, a independência do seu país.

A Conferência de Havana, em 1979, foi marcada pela Guerra Fria, com a esquadra norte-americana ao largo no mar do Caribe e uma oratória beligerante no plenário. Para se ter uma idéia do clima de confronto recorro a um episódio inusitado: um grupo de jovens norte-americanos de uma seita “pacifista” fez boa relação com os jornalistas do Iraque e lhes pediu para guardar no seu escritório uma volumosa bolsa do tipo mochila. Os desconfiados árabes decidiram ver o fundo da bolsa e foram surpreendidos com um grande gravador, com fita para oito horas de duração. Naquela tarde, os chanceleres árabes iriam reunir-se ali.

A solução foi inteligente e manhosa. Os jornalistas árabes fingindo de chanceleres, tiveram uma

reunião e travaram, com tudo ao contrário, uma acalorada discussão como se estivessem falando os ministros.

Tenho presente esses fatos memoráveis quando ouço os discursos no imenso plenário do Riocentro e converso, nos seus corredores, com ministros e delegados presentes à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Em torno daquela assembléia planetária formaram-se expectativas, esperanças e até mitos. Especulou-se que o Rio jamais abrigaria com êxito a maior conferência da história humana. Mas tudo funcionou exemplarmente. "Entre 50 temas selecionados, se qualquer um deles fracassasse seria o desastre. Mas todos funcionaram com absoluta precisão", comentou conosco o embaixador Carlos Garcia, secretário-executivo do Grupo de Trabalho Nacional da Rio-92.

O Rio voltou a conquistar o respeito internacional, embora alguns brasileiros, mordidos de pessimismo, não o vejam assim. E não era esse o ambiente às vésperas da conferência. Um delegado de Luxemburgo me confidenciou que sua despedida da família foi dramática, como se fosse ele para uma cidade como Saigon, Beirute ou Bagdá no auge da guerra. "Foi tudo ao contrário", concluiu surpreendido.

Outra ilustração que os fatos desmistificaram foi o funcionamento da batalha ecológica da Terra. Jamais imaginei que os norte-americanos, os japoneses e os europeus assegurassem no Riocentro créditos anuais de US\$ 110 bilhões para a despoluição que eles próprios espalharam e continuam incrementando. Não há dúvida, no entanto, que foram dados passos importantes nesse rumo. A previsão inicial dos recursos é de US\$ 7 a US\$ 10 bilhões por ano. "Tem que se fazer de tudo para que as soluções avancem. As coisas devem e podem melhorar em consequência do que foi feito aqui", declarou o secretário-geral da Conferência, Maurice Strong.

Um dos resultados mais sensíveis da Rio-92 foi, no entanto, o novo clima internacional, "sua-ve, quase fraterno", como definia um diplomata venezuelano.

O sr. Boutrus-Ghali, secretário-geral das Nações Unidas, ressaltou, num jantar oferecido pelo governo do estado do Rio de Janeiro a ele e aos presidentes africanos e latino-americanos, que uma das grandes marcas da Rio-92 foi a retomada do diálogo Sul-Sul, virtualmente interrompido em consequência dos acontecimentos internacionais dos últimos anos. Não apenas o diálogo, mas

a constatação de que os problemas Sul-Norte continuam os mesmos, ampliados pelo agravamento da crise ecológica.

Esse realinhamento tranquilo, sem o clima do confronto e as pressões da Guerra Fria, foi visível no isolamento do presidente Bush. Poucas vezes na história um chefe de Estado chegou a uma reunião internacional militarmente tão poderoso, mas, ao mesmo tempo, tão débil politicamente. Quando evocava arrogantemente sua liderança, nem mesmo as minúsculas repúblicas insulares do Pacífico o saudaram, enquanto a nova aliança Alemanha-França atuava com visível desligamento da *entente* norte-americana.

Numa conversa com Fidel Castro, perguntei a ele a que atribuía as aclamações procedentes de todos os lados, que recebeu ao fim do seu lapidar discurso de quatro minutos. "Uma espécie de desabafo antiBush", respondeu.

E as palmas do Bush ao seu discurso?

"É possível que ele esperasse um discurso duro



Fidel Castro fez o discurso mais aplaudido da conferência e disse que é preciso salvar da fome a espécie humana

contra sua política e foi levado a aplaudir, quando verificou o contrário. Resolvi discutir os nossos problemas em outro âmbito e chamar a atenção para os problemas de todos, inclusive dos norte-americanos", disse Fidel Castro.

Bush deve ter sentido que o mundo está mudando e que não bastam as armas para ser líder.

Todos esses fatos converteram a Rio-92 e o Fórum Global, com a presença de centenas de organizações não-governamentais, em um marco da história humana, cujos efeitos sobre a ecologia, o desenvolvimento e a convivência internacional só o futuro precisará. É evidente que, de Argel e Havana ao Riocentro, foram dados passos significativos na luta pelo mundo melhor a que aspiramos. ■



Passeata dos Cem Mil - Rio

PEDRO MORAES

Anos Rebeldes

Rosângela Trolles

Neste mês de julho a teledramaturgia mexe com um tema inédito no espaço televisivo nacional. Trata-se do movimento estudantil, que se tornou símbolo de resistência à ditadura militar e principal difusor de idéias de libertação nacional e transformação cultural. Concebida em formato de minissérie pela Rede Globo, com 20 capítulos e sob o título *Anos Rebeldes*, a produção se situa no final da década de 60 – um conturbado período da vida política brasileira.

Escrita por Gilberto Braga (*Anos Dourados, Vale Tudo, Dono do Mundo...*) com a colaboração de Sérgio Marques (vice-presidente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da faculdade de Direito da UFRJ em 1964), a história, no entanto, não se compromete

A televisão provoca a opinião pública a refletir sobre a organização do movimento estudantil

com maiores exposições sobre a realidade da época. Fica limitada à antiga fórmula do folhetim eletrônico: o triângulo amoroso. Desta vez, a trama do amor é vivida por um grupo de alunos do colégio Pedro II entre os anos de 1964 e 1971. A personagem principal, Maria de Lourdes (Malu Mader), namora João Alfredo (Cássio Gabus Men-

des), mas acaba preferindo se unir a Edgar (Marcelo Serrado), por este não ter envolvimento com a militância política.

Apesar da participação do cineasta-documentarista Sílvio Tendler (*Os Anos JK e Jango*), que colabora com uma seleção de imagens desse período, exibidas sob a forma de telejornal, a montagem promete desprezo à memória brasileira, uma vez que cria uma imagem totalmente branda do verdadeiro massacre cometido na época. Sob ordens da direção da emissora, os autores não puderam desenvolver as questões políticas que estavam sendo discutidas nesses anos, usando-as apenas como cenário para a relação entre os personagens. Menção a prisões e torturas, nem pensar. É quase como se estas fossem simples calúnias lançadas pela oposição ao governo militar. A morte do estudante Édson Luis de

Lima Souto – um símbolo para o movimento – durante uma manifestação no restaurante Calabouço, que desencadeou violentas manifestações de oposição no Rio, em 1968, foi cortada dos capítulos 11, 12, 13 e 14, onde era citada, por ser “mais conflitante que o tema central, tornando-se desinteressante para o grande público”, segundo o vice-presidente de Operações da Rede Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o “Boni”.

Interlocutor eletrônico– A teledramaturgia nacional vem acompanhando o processo de abertura política no país. Desde 1985, com a reedição da telenovela escrita por Dias Gomes, *Roque Santeiro* (censurada dez anos antes), a Rede Globo vem apostando no tratamento de temas brasileiros, visando uma suposta recuperação da identidade nacional. Esta realidade se torna muito curiosa se lembrarmos que a emissora teve origem justamente na década de 60 (mais precisamente, em 1965), com o investimento do capital norte-americano (acordo Time-Life). Acompanhando o regime instaurado em 1964 nos seus objetivos de integração do país, ela se colocou como porta-voz oficial do governo. Deu sustentação ao “milagre brasileiro” e acompanhou a idéia de comunicação do “Brasil Grande”, que escamoteou o custo social da supressão das liberdades públicas e o custo cultural da censura sobre a criação e a atividade intelectual.



No centro do Rio, em 1968, líderes estudantis fazem um comício-relâmpago

A estratégia autoritária estava bem montada: investia no superdesenvolvimento dos meios de comunicação de massa, na certeza de um controle social efetivo em cada casa onde houvesse um aparelho de televisão. Cortava-se os laços da intelectualidade com as camadas populares e dava-se às massas um outro interlocutor: a TV.

Na sequência dos anos, a televisão também acompanhou outras investidas. Vendeu-se o conto do “milagre eco-

nômico”, mas contribuiu, involuntariamente, para a vitória da oposição nas eleições para o Legislativo em 1974. Nos anos 90, programas com novos perfis vêm abrindo espaço para o debate.

Movimento estudantil hoje– Abordando um tema aparentemente tratado com base na história, a minissérie *Anos Rebeldes* convida a refletir sobre o processo de esvaziamento desse movimento social. Atualmente, mesmo desfrutando de total liberdade

José Dirceu*



Tanto a universidade quanto os estudantes foram autores e público de uma renovação na música, no teatro e no cinema. Sem o ME (movimento estudantil) não teríamos a MPB (música popular brasileira), o cinema novo e o teatro de 60. Era a vontade louca de criar, de romper com a mediocridade, com o passado e, principalmente, de não aceitar o vazio que a ditadura queria impor.

A radicalização particular da chamada “vanguarda” do movimento estudantil (que não foi acompanhada nem pelo movimento nem pela sociedade) queria lutar contra a ditadura militar e sua política repressiva, mas não contra o sistema. Essa pequena fatia de estudantes passou a

adotar seriamente os princípios da revolução cubana. O guevarismo e o debraysmo cresceram no terreno fértil das novas gerações organizadas pelo movimento. O maóismo teve também uma influência, mas foi bastante tardia.

Os governos militares perderam as primeiras batalhas contra o movimento estudantil. Frente a essa realidade, apelaram para a violência e para o terror.

O ME de 60 foi vigoroso porque era não apenas um movimento estudantil. Era um movimento de oposição à ditadura e canalizava o sentimento popular de oposição. Foi também um movimento cultural e de comportamento. Além disso, os partidos estavam proibidos, os sindicatos reprimidos e a censura silenciava o país. Existia, ainda, uma revolta estudantil em nível mundial.

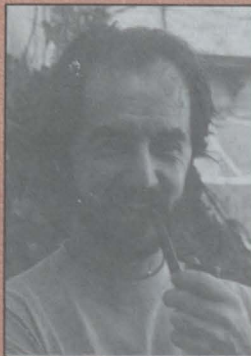
Hoje, temos outra situação político-institucional, outra universidade e outra juventude. Tudo isso agravado pelo fato de que o movimento de 80 foi bastante prejudicado pelo aparelhismo e pela partidarização da UNE.

* José Dirceu é deputado federal (PT/SP). Em 1968, era presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo.

Jean Marc*

O movimento estudantil nos anos 60 teve, em primeiro lugar, um papel político. Com a repressão pós-golpe militar ao movimento operário e ao próprio Congresso, sobrou o movimento estudantil. Esta chama de resistência se acendeu pelo menos até 1968-69, até o AI-5, polarizando a classe média de uma forma muito forte.

O segundo papel é de caráter reivindicativo, e nesse sentido o movimento estudantil foi bem-sucedido. Havia uma proposta específica da ditadura para a Universidade, e nós conseguimos bloquear. Essa proposta era a privatização das universidades públicas com o acordo MEC-USAID. A estratégia era diminuir o número de universitários, elitizando ainda mais o ensino superior; concentrar os cursos na formação de técnicos operacionais; e diminuir a formação nas áreas de ciências sociais. O movi-



mento estudantil ganhou essa "guerra". A terceira contribuição se deu na área cultural. O movimento rompeu uma série de barreiras culturais, sexuais e de comportamento que acabaram influenciando as manifestações artísticas.

Mas tudo se transformou em 1968-69. Com a radicalização da repressão, as faculdades que tinham uma consciência política maior e mais ativa foram ocupadas pela polícia ou pelo Exército. Passaram, então, a existir dois extremos: quem estava engajado voltava-se para a clandestinidade; quem não estava, caía na individualidade.

Em 1969, com o terror extremo dentro das universidades, houve um grande vazio. O pessoal que se radicalizou no processo saiu da universidade e foi para a guerrilha. O partido

armado era colocado como proposta.

O movimento já estava totalmente transformado na década de 70. O "milagre econômico" abriu um espaço profissional bastante significativo. A massa do estudantado já tinha uma contradição menor com o regime.

Esse quadro se reverteu na segunda metade dos anos 70, quando o "milagre" começou a dar os primeiros sinais de fracasso. Junto aos estudantes cresceu a vontade de exprimir seu descontentamento. A denúncia da repressão, das torturas, passou a ter um papel muito forte. O movimento estudantil renasceu e iniciou uma ação de oposição.

Em 1977, as mobilizações eram muito mais significativas do que qualquer coisa que tenha acontecido na década de 80, pra não falar de 90. Mas as questões concretas vividas pelos estudantes não entravam em linha de ponta. Havia uma coisa de falta de projeto de vida, de sociedade.

* Jean Marc von der Weid é técnico agrícola. Em 1968 era presidente da União Nacional dos Estudantes.

Cunca*

Na década de 70, o movimento estudantil discutia anuidade, problemas relativos à representação e liberdade dentro da universidade. Mesmo que debilmente, discutia um certo projeto de educação, os efeitos da reforma universitária do final da década de 60 e a tendência à privatização.

Paralelo a uma significativa vitória eleitoral do MDB (1974), uma grande gama de movimentos foi desencadeada: movimentos sociais apoiados pela Igreja, operações-tartaruga em fábricas etc. A cada momento, um desses movimentos produzia mais sintonia – uma hora era a identidade feminista, outra a anistia, o movimento operário-sindical, todos mais ou menos articulados na luta antiautoritária, mas sem um horizonte preciso de luta democrática.

Para ter oxigênio, para existir, o ME não foi tão universal na década de 70 como na década de 60. Em 70 existia forçosamente esse elemento de sobrepolitização, de luta antiautoritária. As pessoas que faziam ME, no en-



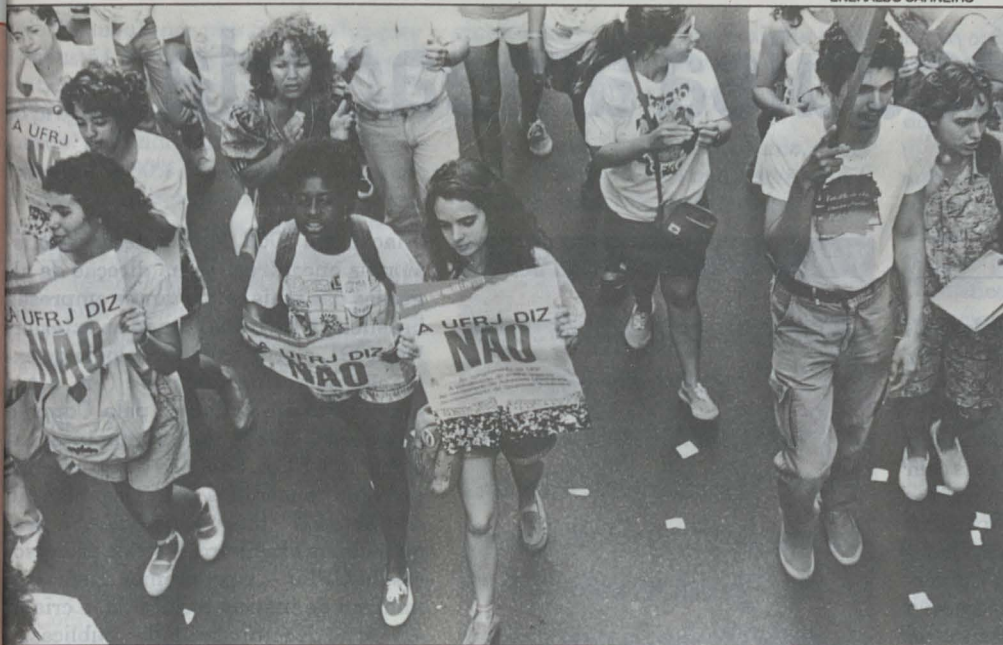
tanto, viviam a tensão autoritária, tanto individual como coletivamente.

As questões da década de 80 são as contradições da transição democrática com a problemática econômico-social. Existiu uma crise na constituição da identidade política, que não havia em 70. Em 80 ainda entra em jogo a própria crise do conhecimento, da ciência, da qualificação profissional. Caiu a máscara da universidade, e o poder de investimento em termos de cultura, de arte ou de ciência alcançou um grau de pulverização muito grande. A universidade perdeu muito da identidade dela, porque foi incapaz de pensar a conjuntura que foi se colocando.

Na década de 60 o elemento antiditatorial foi concentrado no movimento que massificava a ação de jovens e da classe média na luta contra a ditadura. Na década de 70 vários movimentos sinalizavam, ora um ora outro, algo que confluísse na anistia. Em 80, de alguma maneira os movimentos sociais e populares suplantaram em muito a criticidade do movimento de jovens no terreno estritamente político. Mas os jovens continuaram em movimento em algum lugar. Emergem outras juventudes, com outras mediações. Essas mediações vêm sendo trabalhadas, não no movimento estudantil-enquanto tal, mas basicamente pela cultura de massas.

* Claudio "Cunca" Bocayuva é sindicalista. Foi uma das principais lideranças na rearticulação do movimento estudantil em 1977.

ENERALDO CARNEIRO



O movimento estudantil hoje está esvaziado pela falta de um discurso de liderança que fale ao conjunto dos estudantes

para organização política, a juventude do país não consegue reerguer as organizações estudantis. Hoje, os jovens organizados em centros acadêmicos e grêmios estudantis são vistos com es-

tranheza por seus colegas. Eles mesmos dizem não aceitar muito bem os estatutos das entidades, que parecem lidar com uma suposta juventude cubana. Acham, porém, que

ainda há um caminho para o movimento estudantil. Afirmam que o movimento está vivo e que busca atualmente uma nova intervenção junto à sociedade. ■

Átila Drelich e Emanuel Campos Filho*

ÁTILA – Hoje, a UNE defende a substituição do governo Collor e um *impeachment* sobre o governo federal, posição que nem os partidos de esquerda assumiram. O PFL, a UDR e o PRN não têm representação dentro dos congressos da UNE. O setor mais direitizado que ainda participa dos fóruns do ME é o PMDB.

No nosso 42º congresso, vamos nos definir a respeito da antecipação do plebiscito. Devemos tirar um plebiscito nacional junto aos estudantes universitários sobre a questão do sistema de governo.

Apesar de ainda existir uma atividade, não posso negar que o movimento estudantil e a UNE estejam

mortos. Pelo menos uma determinada concepção de UNE. Nós temos hoje uma sociedade bastante democratizada, e o movimento não conseguiu recuperar o seu prestígio. Embora esteja hoje razoavelmente organizado, ele não representa uma parcela significativa dos estudantes. Mais do que isso, está completamente marginalizado junto aos estudantes, pela sua prática partidária e por fazer uma política que não atende às reais reivindicações estudantis. Nós precisamos voltar a fazer um movimento que fale o discurso dos estudantes.

EMANUEL – A UNE continua com estrutura autoritária, estrutura de co-

mitê central. É uma estrutura de 35 pessoas, responsáveis por traduzir o que o estudante diz em todo o território nacional. Isso não funciona. Acho que a forma de funcionar é a UNE se abrir.

A UNE tem que trabalhar com três questões objetivas. A primeira é a extensão universitária. É preciso estabelecer uma relação entre a universidade e a sociedade no campo do conhecimento. O segundo campo é o da qualidade de ensino. O ensino que está aí serve às corporações do saber e do poder, os docentes e os dominantes.

O terceiro campo é o da cultura. Trabalhar a cultura hoje é defender um Brasil livre, um Brasil com expres-

são e identidade próprias.

A falência da estrutura de ensino, seja o ensino pago, que é antidemocrático, seja o ensino público, um elefante branco, é uma das razões da crise do movimento estudantil. O segundo aspecto é a identidade do estudante de hoje. A nossa juventude sofreu uma grande opressão e, de certa forma, a alienação é fruto disso. O terceiro aspecto é a militância. A nossa vanguarda estudantil ainda está na época de 1968. Ela tem que ter uma formação política que se adequa ao diagnóstico da sociedade. Não se pode mais submeter a ótica do ME à ótica partidária, como acontece.

*Átila Drelich e Emanuel Campos Filho são atualmente dirigentes da UNE.

A pesquisa ameaçada

Claudio Ferme

A entrada do Brasil no clube dos países industrializados cada vez mais se assemelha a uma quimera que se desmancha no ar. A política de recessão e os cortes nos gastos com ciência e tecnologia acenam ao país com a sombria realidade da retaguarda social em escala planetária. Prova disso é a situação que a maior instituição federal de ensino superior do país, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) enfrenta. Com orçamento de Cr\$ 460 bilhões previsto para 1992, até o final de maio menos de 10% haviam sido repassados pelo Ministério da Educação. Além disso, a universidade acumula dívida de Cr\$ 8 bilhões com fornecedores e prestadores de serviços.

Apesar da carência de recursos, a universidade produz muito. Só a Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia), da UFRJ, responde por mais de quatro mil mestres e doutores formados desde a sua

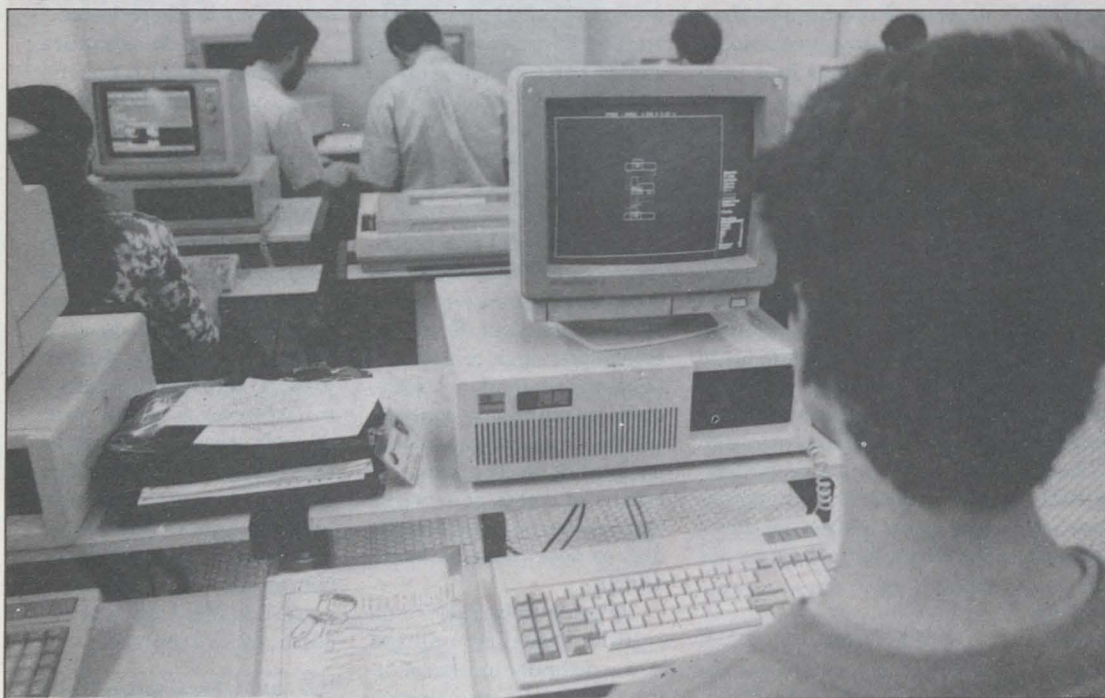
Apesar da carência de recursos, instituições científicas públicas brasileiras ganham prêmios internacionais e formam quadros altamente especializados

criação, em 1963. Muitos desses profissionais encontram-se na direção de algumas das mais importantes empresas brasileiras, ou trabalhando no exterior. Em 1991, o projeto de tecnologia de extração petrolífera *offshore* (em alto-mar), feito em conjunto pela Coppe e Petrobrás, obteve um prêmio internacional nos EUA. Some-se a isso os cinco prêmios concedidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA) a pesquisadores brasileiros – todos professores da UFRJ –, e poderemos desfazer a imagem de inépcia e ociosidade criada em torno das universidades públicas.

Pesquisas prejudicadas – Para o professor Nelson Maculan Filho, reitor da UFRJ, a crise da universidade brasileira é a pior dos últimos anos. “Além de não termos recebido o repasse de verbas e das dívidas que já chegam a Cr\$ 8 bilhões, tivemos de cobrir os gastos com salários de pessoal, bolsas de estudo, vales transporte, bolsas de residência médica, Pasep, através de recursos conseguidos com aluguéis de imóveis da

universidade e investimentos financeiros”, explica Maculan. Ele reclama, ainda, do minguido orçamento para as universidades federais. Dos Cr\$ 460 bilhões destinados à UFRJ, cerca de 90% são comprometidos com a folha de pagamento de funcionários – restando algo ao redor de 10% para custeio de pesquisas, recuperação do patrimônio e atualização das bibliotecas e centros de estudo.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro tem



O projeto de construção de um computador que envolve o trabalho de 20 pesquisadores está paralisado

hoje 30 mil alunos nas 147 habilitações de seus 54 cursos de graduação (20 mil matrículas ativas) e quase oito mil em 86 programas de Mestrado e 55 de Doutorado. Segundo Maculan, a UFRJ forma cerca de 60% dos mestres e doutores do país, e ambos os cursos receberam mais de 80% de notas entre A e B na avaliação da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior). Assim, 1.650 desses alunos recebem bolsas de estudo do CNPq e da Capes. O problema, no entanto, é o constante atraso em seu pagamento. Grande parte dos alunos da pós-graduação sobrevive com os recursos das bolsas, mesmo porque as instituições doadoras exigem *pro forma* a dedicação exclusiva. Em maio, a bolsa de Mestrado equivalia a Cr\$ 720 mil e a de Doutorado, Cr\$ 1,1 milhão.

Com tais problemas financeiros, a tendência é que a universidade perca algumas de suas melhores cabeças e as pesquisas de ponta caiam num marasmo. Quem faz a previsão é o professor Gilberto de Oliveira Castro, sub-reitor de pós-graduação da UFRJ. "Temos recursos de US\$ 15 milhões a receber por convênios e projetos aprovados em maio de 1991", conta. Além disso, projetos aprovados em 1989 até hoje não tiveram suas verbas liberadas pelo CNPq. Tal situação vem privando a UFRJ de professores e alunos de pós-graduação — os primeiros encontram melhor remuneração na iniciativa privada ou simplesmente se aposentam e ingressam em instituições como a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), que paga quase o dobro do salário dos professores titulares da UFRJ (cerca de Cr\$ 4,5 milhões contra Cr\$ 2,6 milhões).

Ao contrário das universidades paulistas — a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (Unicamp) e a Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) —, que são dotadas de orçamento vinculado à arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) no estado (9% do total registrado), as 35 universidades federais e os 19 estabelecimentos isolados de igual dependência administrativa consomem US\$ 3 bilhões anuais. Assim, só a USP e a Unicamp recebem, cada, cerca de US\$ 1 bilhão.

Devido à vinculação orçamentária das universidades ao ICMS estadual, os professores paulistas vêm obtendo

significativos aumentos reais de salários. Isto proporciona mais dedicação acadêmica e maior produção intelectual.

Entre 1991 e o final deste ano, o professor Gilberto Castro prevê que a UFRJ trocará 10% do seu corpo docen-

Os problemas financeiros fazem com que a universidade perca algumas de suas melhores cabeças e levam as pesquisas de ponta ao marasmo

te, abrindo em torno de 350 vagas para novos professores. O fato evidencia a falta de interesse de vários professores em permanecer na universidade. Tais foram os casos de Marcelo Barcinski, ex-professor titular do Instituto de Biofísica, que se transferiu para o Instituto de Parasitologia da USP, e dos filósofos Gerd Bornheim e Creusa Capalbo, atualmente lecionando na UERJ. Na opinião de Gilberto Castro, o problema não é de difícil solução. "Bastariam US\$ 3 bilhões para resolver a situação dos pesquisadores, ou seja, cerca de 10 dias dos juros da dívida externa brasileira no governo José Sarney", raciocina. As bolsas de pesquisa docente, que totalizam 5.700 unidades, estão orçadas pelo CNPq em US\$ 240 milhões.

A pesquisa universitária no estado do Rio de Janeiro passa por profunda crise. Enquanto em São Paulo a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) contribui com recursos equivalentes aos aprovados pelo CNPq, no Rio a Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) há mais de um ano suspendeu a concessão de fomento às pesquisas.

Motivo: falta de verbas. Assim, cabe aos pesquisadores recorrerem ao CNPq, Capes e Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

Como pode um país almejar a auto-suficiência tecnológica sem investimentos em pesquisa e desenvolvimento? Até o final da década de 70, o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) participava do financiamento direto de projetos e pesquisas com um montante de US\$ 250 milhões. Hoje, o FNDCT entra com apenas 10% daquele valor. "O discurso da modernidade praticado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia não condiz com os orçamentos pífios a que temos de nos submeter", critica o sub-reitor de pós-graduação da UFRJ, Gilberto Castro. Segundo ele, os ministros da Educação, José Goldemberg, e da Economia, Marcílio Marques Moreira, não têm sido muito sensíveis aos reclamos da comunidade científica. Pior: desde 1990 os escritórios regionais do CNPq foram desativados, centralizando em Brasília o poder sobre a aprovação e liberação de bolsas.

Reconhecimento internacional —

Em todo o hemisfério sul nenhuma instituição de pesquisa em ciência e tecnologia desfruta do prestígio internacional da Coppe-UFRJ. Mesmo premiada internacionalmente, a Coppe enfrenta dificuldades na liberação de verbas. Para o professor Claudio Habert, diretor de assuntos acadêmicos, a produção de pesquisas e material para publicação em periódicos e revistas especializadas do Brasil e do exterior transforma a Coppe na prova de que a universidade pública tem sido injustamente difamada. Segundo ele, a Coppe está aberta a qualquer verificação de rendimento acadêmico, mostrando desempenho em nada devedor às instituições do Primeiro Mundo.

O desinteresse do governo vem provocando o desestímulo dos profissionais da pós-graduação em permanecer na universidade. O próprio Claudio Habert — que desenvolve pesquisa com novas técnicas de separação por membranas, tecnologia que reduzirá o impacto ambiental do processo industrial — testemunha a evasão de alguns companheiros e alunos. "Temos formado pesquisadores do mais alto nível. Alguns deles são tão especializados que acabam ficando no exterior, e quem perde

com isso é o país”, alerta. O baixo volume orçamentário de US\$ 30 bilhões – mais de 75% reservados ao pagamento da folha de pessoal – carece há três anos de investimento. “Se os projetos são aprovados mas os recursos não chegam, algumas pesquisas de fundamental importância para o Brasil poderão ser paralisadas. Isso significa um atraso de cinco a dez anos”, previne Claudio Habert.

Quem anda de ônibus ou de carro, transita por passarelas ou viadutos, frequenta estádios de futebol ou as praias talvez pouco se importe, mas em cada um deles há um toque da Coppe. Criada em 1963 a partir de programa de pós-graduação em Engenharia Química, atualmente a instituição conta com 12 programas – além de Engenharia Química, há os cursos de Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Metalúrgica e de Materiais, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Oceânica, Engenharia Nuclear, Engenharia Biomédica, Engenharia de Sistemas e Computação, Engenharia de Transportes e Planejamento Energético. Prestes a

completar 30 anos, o programa recebeu até hoje 10 mil alunos, diplomando quatro mil mestres e doutores.

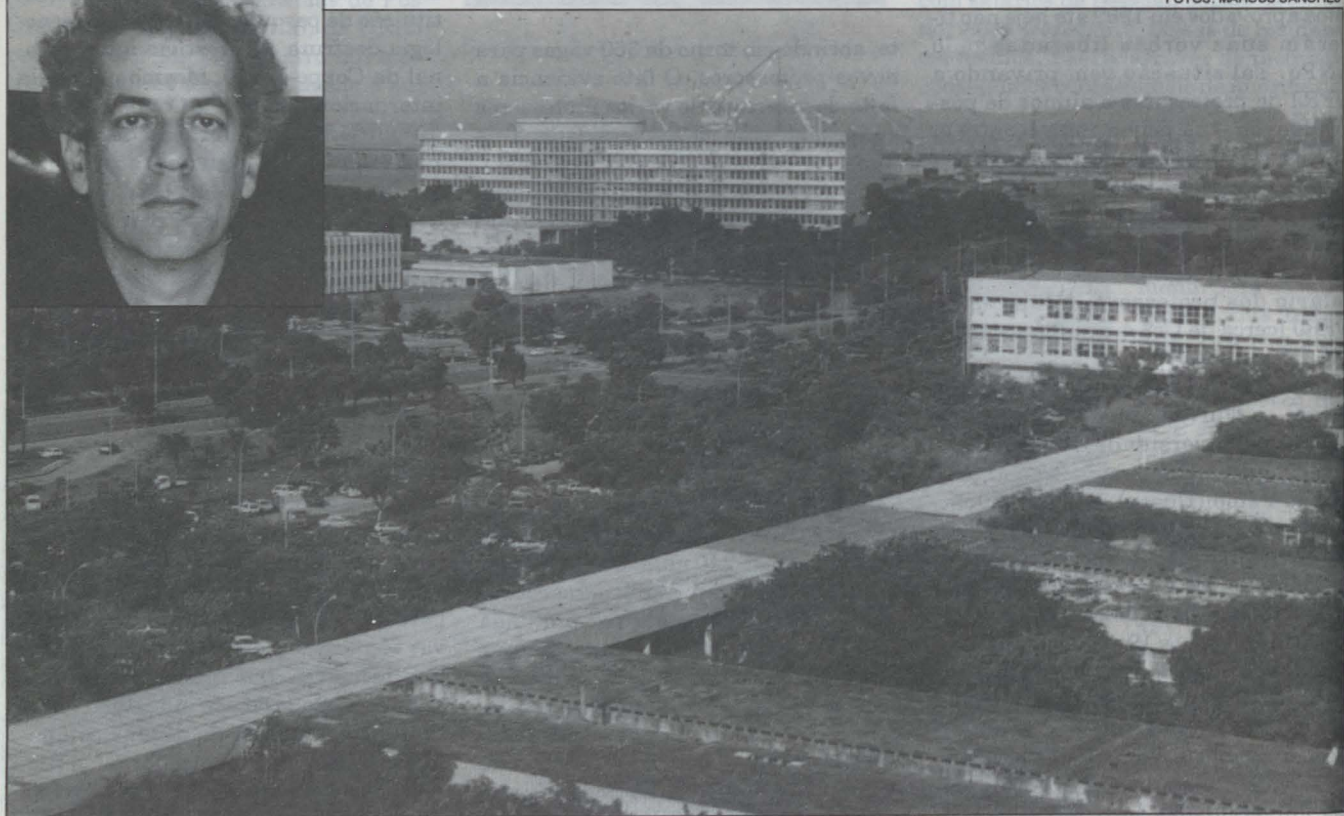
Claudio Habert cita os 220 professores da Coppe (200 com Doutorado, 2/3 dos quais obtidos no exterior) como exemplo de que o país se beneficia da alta qualidade dos profissionais formados na universidade pública. “A seleção costuma ser rigorosa, procurando mostrar ao aluno que os recursos que proporcionam seu estudo vêm do bolso do povo. Há, portanto, um compromisso em se devolver, de alguma forma, esse benefício à sociedade”, adverte.

Nos últimos anos, os mais de 1.800 pesquisadores e alunos da Coppe têm alcançado índices inéditos de produção. Só em termos de teses de Mestrado e Doutorado contabilizou-se, em 1991, mais de 400 – número quase duas vezes superior a 1990, que registrou 246 teses aprovadas. Os melhores alunos acabam por serem contratados para os quadros da própria Coppe. O maior vencimento gira em torno de US\$ 1,5 mil (pouco mais de Cr\$ 4,3 milhões) e o piso está em US\$ 800 (cerca de Cr\$ 2,3 milhões).

O programa de intercâmbio com o

exterior corre o risco de diminuir de frequência. Todos os anos mais de 40 pesquisadores e acadêmicos estrangeiros visitam a Coppe, auxiliando na formação dos professores e pesquisadores brasileiros, graças à ajuda dos convênios firmados com o CNPq, Capes e Finep. Esses recursos somam US\$ 5,5 milhões. Os técnicos reclamam que a iniciativa privada não colabora com dotações para desenvolver pesquisas que só têm a beneficiá-la. De acordo com Claudio Habert a arcaica mentalidade dos empresários brasileiros os impede de se aproximarem da universidade. Para isso, a UFRJ criou a Coppetec – departamento especializado na administração de projetos e convênios da Coppe –, que cuida da divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas por seus laboratórios aos agentes governamentais e privados. O sistema carece, porém, de uma mais intensa participação das empresas.

Informática em atraso – O que deve fazer um país para atingir níveis aceitáveis de auto-suficiência tecnológica às portas do Terceiro Milênio? A



FOTOS: MARCUS SANCHES

Para o reitor da UFRJ, Nelson Maculan Filho, a crise é a pior dos últimos anos. O Hospital Universitário, um dos mais importantes do Rio

resposta seria a implementação de política forte em ciência e tecnologia. Mas o Brasil não só tem desamparado as empresas nacionais com mecanismos que permitem a larga penetração de tecnologia estrangeira, como parou sistematicamente de investir em pesquisa. O Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da UFRJ – um dos maiores formadores de recursos humanos na área de informática do país – conhece, há pelo menos três anos, as consequências do fechamento da torneira para as instituições de pesquisa. Desde 1989 alguns dos 20 projetos de pesquisa levados adiante no NCE engrossam a fila de espera do CNPq. A morosidade entre a aprovação do orçamento e a liberação dos recursos gera enorme defasagem de custos.

O professor Júlio Salek, coordenador geral do NCE, vive o drama da maioria da comunidade científica brasileira: o projeto de construção do computador e multiprocessador "Multiplus", que envolve o trabalho de 20 pesquisadores, está paralisado. Quando foi aprovado, em 1989, o projeto equivalia a US\$ 700 mil. Agora, com a liberação de pingadas parcelas dos recursos pela Finep, o mesmo valor representa apenas US\$ 20 mil. Como o projeto requer a importação de componentes, a ajuda financeira, liberada com constantes hiatos de tempo, mal suporta os gastos com os próprios pesquisadores. Resultado: o projeto sofre a ameaça de ser tocado depois de cair em obsolescência.

Os pesquisadores são obrigados a estabelecer uma ordem de prioridades nos projetos a desenvolver. Isto requer o redimensionamento dos gastos e provoca a diminuição das atividades compreendidas no cronograma original. Cerca de 100 pessoas estão envolvidas

convencionais, geoprocessamento, informática em educação elementar, etc.

A queda da reserva de mercado para a informática exige esforço no sentido de se estabelecer uma tecnologia nacional, barata e eficiente. O NCE participa de tal batalha com a produção de até 100 unidades de computadores por ano. O grau de apuração tecnológica pode ser atestada ao se examinar a lista de clientes de seus produtos: Espanha, México, Alemanha, Argentina etc.

Pela demora em liberar verbas já aprovadas, o país corre o risco de perder a luta contra epidemias que assolam sobretudo as populações carentes

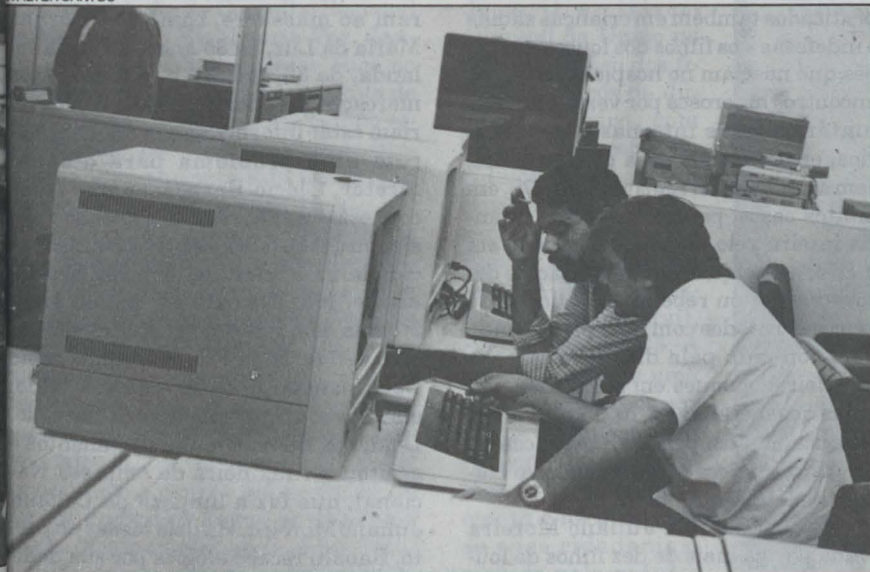
Ambiente ameaçado – Os projetos de diminuição e controle da poluição ambiental desenvolvidos na maioria dos 42 laboratórios do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, da UFRJ, ameaçam sucumbir diante do quadro de inadimplência das entidades fomentadoras. Quem adverte é seu vice-diretor, professor Fernando Mello. Segundo ele, depois de concluído o primeiro semestre acadêmico não haviam sido transferidos ao instituto o equivalente a US\$ 800 mil. O dinheiro, também comprometido em sua maioria com o pagamento dos pesquisadores, ajudaria a tocar muitos dos projetos de preservação do meio ambiente.

nos projetos de pesquisa do NCE. As áreas abrangem um universo amplo: arquitetura de computação, circuitos integrados, elaboração de *softers*, robótica, processamento de imagens, inteligência especial, bancos de dados não-

Por falta de recursos aprovados e não repassados, o país corre o risco de perder alguns anos na tentativa de dominar epidemias e acidentes ecológicos que assolam, principalmente, as populações carentes. Assim, por exemplo, poderá ocorrer com a pesquisa que elabora *kits* para a detecção da Doença de Chagas. Algo, sem dúvida, simples. A falta de dinheiro, porém, interrompe o desenvolvimento do projeto. Outro grupo, por sua vez, cria e testa processo alternativo de eliminação da contaminação dos garimpos por mercúrio. Na parte de farmacologia, estuda-se a reação de metais pesados sobre o sistema nervoso central. Além desses projetos, outros de biologia molecular, engenharia genética e neurobiologia sofreram retardo em sua execução.

A esperança de que em breve o Instituto de Biofísica volte a funcionar a plenos pulmões está depositada na promessa da Finep dando conta da liberação do apoio financeiro para o segundo semestre – cumprindo, então, o convênio com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Fernando Mello vislumbra, ainda, a possibilidade de a Faperj também voltar às atividades neste ano.

WALTER SANTOS



Núcleo de Computação Eletrônica vive o drama e toda a comunidade científica

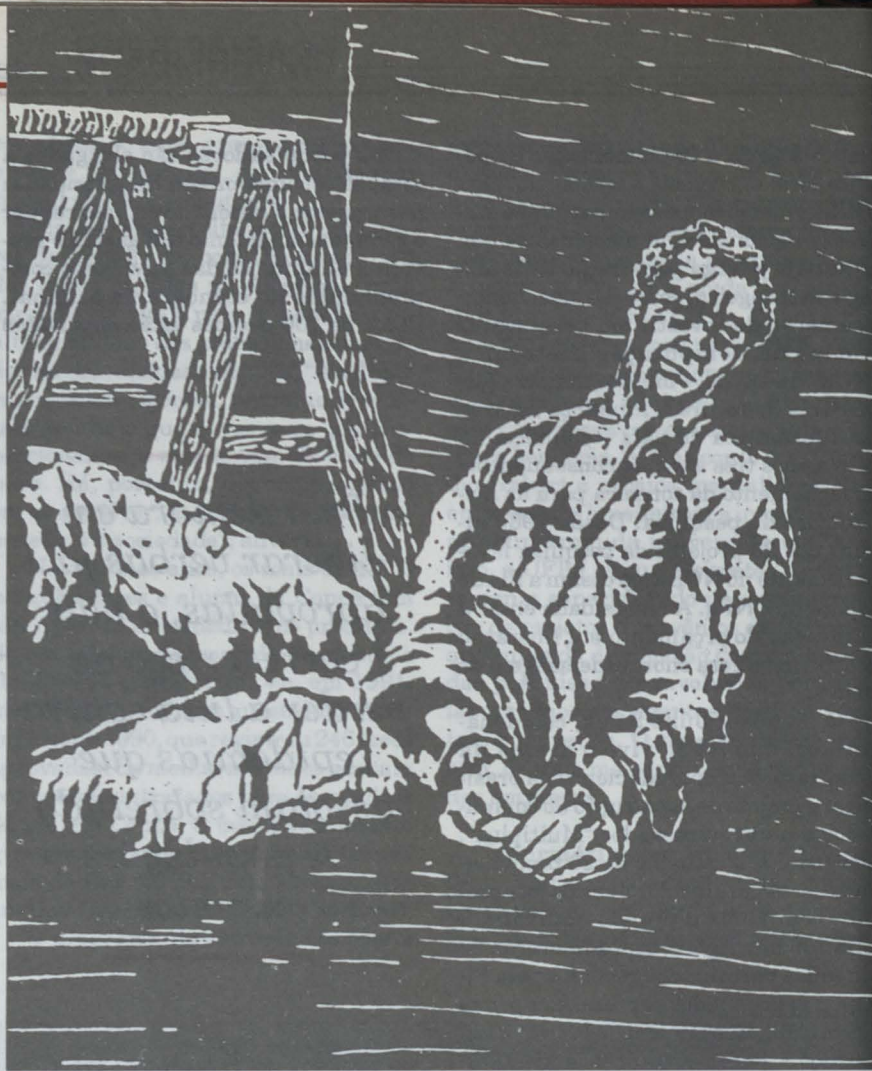
A loucura da psiquiatria

Sistema psiquiátrico brasileiro usa práticas violentas semelhantes às da repressão política

Márcia Cezimbra

A discussão sobre a Lei Antimanicômio, um projeto do deputado Paulo Delgado (PT-MG) com votação marcada para este mês na Câmara dos Deputados, trouxe a consciência da sociedade brasileira para uma barbaridade há tempos trancada nos hospícios: a violência do sistema psiquiátrico, com práticas de tortura e de morte idênticas às utilizadas contra os presos políticos pelos militares do Doi-Codi nos anos 70. Não se trata de uma novidade. A brutalidade contra os milhares de internos, por exemplo, na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá – o maior manicômio do Rio – já foi denunciada em 1980 pelo extinto jornal *Repórter* e, logo em seguida, por uma reportagem de Samuel Wainer Filho para o programa *Fantástico*, da Rede Globo. O escândalo provocou apenas uma comoção na então primeira-dama Dulce Figueiredo e um troca-troca de diretores. O psiquiatra Heimar Camarinha assumiu nesta época a direção da Colônia Juliano Moreira com a missão de acabar com a pancadaria e com as celas solitárias, com a ajuda dos argentinos Osvaldo Saidón e Eduardo Losicer, já escolaros no atendimento às vítimas da repressão política na Argentina. Os médicos-torturadores, porém, ficaram à sombra do clima de anistia ampla, geral e irrestrita da época.

O que veio à tona agora é a dimen-



são deste terror: os espancamentos, os choques elétricos de baixa voltagem em seios e em regiões genitais, os estupro e a impregnação por medicamentos de efeitos irreversíveis eram praticados também em crianças sadias e indefesas – os filhos dos loucos. Os bebês que nasciam no hospício, frutos de encontros amorosos por vezes até involuntários entre internas e funcionários, eram doados para qualquer um, sem ao menos um registro civil. Ou, em muitos casos, perambulavam a infância inteira pelo manicômio de mão em mão e, a qualquer manifestação de desobediência ou rebeldia, rotulados de loucos e tratados com uma brutalidade nem sonhada pela ditadura militar brasileira: choques em seios e nas vaginas das meninas de 10, 11 e 12 anos, espancamentos, prisões e overdose de antipsicóticos como o polêmico Halopelidol, hoje o Aldol.

Hoje, a Colônia Juliano Moreira ainda abriga mais de dez filhos de loucos, adultos com média de 30 anos de

idade, sem registro civil e analfabetos, sem diagnóstico que justificasse a sua internação ali desde o nascimento. A maioria está demente. Foi enlouquecida. Há, no entanto, os que sobreviveram ao massacre, como as internas Maria da Luz, de 35 anos, e Tereza Iolanda, de 36, lúcidas e com os corpos marcados pela tortura. Elas não deveriam estar internadas e se transformaram num problema para o atual diretor, Clécio Barbosa: o que fazer com estas mulheres que o Estado aprisionou desde bebê, não lhes deu sequer cidadania e, pior, as torturou brutalmente? Mandar para a rua duas analfabetas sem lenço nem documento? O caso de Maria da Luz, conhecida como Babalu, está praticamente resolvido: ela se casou com o porteiro do hospício, Delmo da Silva, tirou os documentos e aceitou ser faxineira da empresa Nacional, que faz a limpeza da Colônia Juliano Moreira. Há dois meses no posto, Babalu recebe elogios por sua dedicação numa função que nunca exerceu

— lavar vasos sanitários nos pavilhões, varrer, dar banho nos malucos. “Não é o meu ideal, mas é assim que vou, aos poucos, conquistar meu lugar no mundo”, diz Babalu, mãe de dois filhos que, como ela, nasceram ali. Já Tereza é mais complicada. Ela se recusa a pegar no pesado e a adquirir vida legal. Deseja apenas vagar como sempre pelos oito mil hectares do manicômio e está em terapia para escolher o melhor caminho para sua existência: aceitar a faxina ou ser despejada na rua, sem família e sem dinheiro.

As duas denunciaram este ano ao *Jornal do Brasil* o médico que lhes teria dado choques elétricos de baixa voltagem nos seios e em regiões genitais “para ficarem mais calmas” — o popular “miudinho”, aplicado em larga escala nos presos políticos durante o governo Médici: o psiquiatra Mário Luís Pelón dos Santos Moreira, ex-diretor da Colônia e ex-diretor da Divisão de Saúde Mental (Dinsam) do Ministério da Saúde em 1980, hoje catedrático de Psiquiatria da Uni-Rio. Ele era conhecido pelos pacientes como “doutor Miudinho”, um apelido confirmado por muitos psiquiatras que já trabalharam na Colônia, entre eles o próprio Heimar Camarinha; o psiquiatra Marco Aurélio Jorge, atual diretor do Pronto Socorro do Centro Psiquiátrico Pedro II; e o atual diretor Clécio Barbosa. Todos afirmam que a maioria dos pacientes internos se queixa até hoje das torturas que teriam sofrido nas mãos de Mário Pelón.

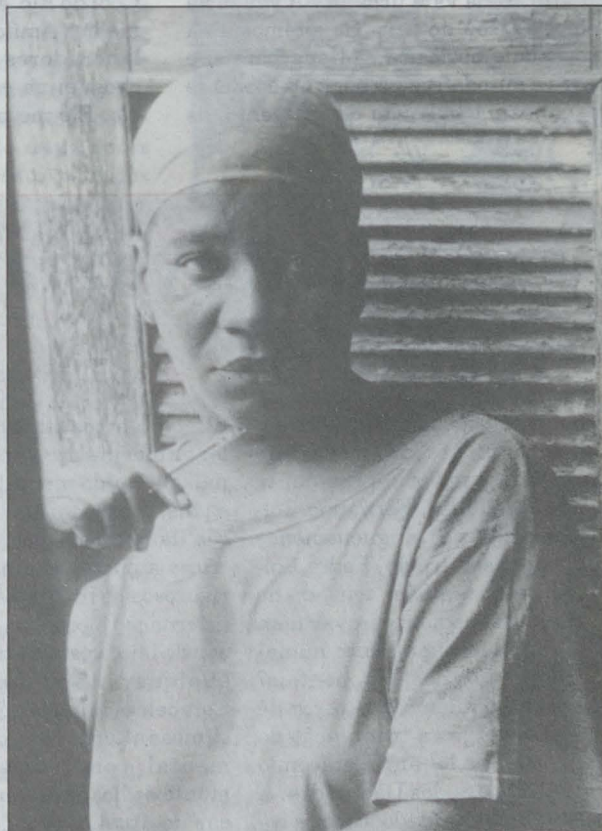
O presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio, Laerte Vaz, decidiu então abrir um processo ético no mês passado para apurar a conduta de Mário Pelón. O caso poderia cair no esquecimento, não fosse uma nova testemunha, a ex-paciente Rita Gonçalves, que, em 1976, aos 15 anos, deixou um orfanato do Estado e foi despachada para aquele manicômio sob alegação de rebeldia. Depois de quatro meses de surras, de choques nos seios e viver “de língua para fora” de tantos sedativos, Rita conseguiu fugir do manicômio. Foi dada como desaparecida. Hoje, uma enfermeira profissional, casada e mãe de quatro filhos, ela não resistiu ao ler as denúncias contra Mário Pelón no *Jornal do Brasil*. Pegou as papeletas de seu “tratamento” na Colônia, documentos antigos guardados há quase 20 anos como provas do terror que “um

dia” ela poderia precisar. Ela levou os prontuários rubricados de próprio punho por Mário Pelón ao Cremerje prestou um longo depoimento. O presidente do Cremerj considerou os prontuários uma prova de negligência médica, suficiente para um processo ético passível de cassação e do registro que permite ao psiquiatra o exercício da profissão. “Já briguei com meu marido, que não quer que eu me meta nesta confusão, mas este homem, para mim, é um criminoso. Eu fui estuprada duas vezes por funcionários da Colônia, mas nenhum mal se compara ao que este homem me fez. Ele deixou meus seios em estado tão deplorável que me obrigou a fazer várias cirurgias corretivas. Não consegui ficar calada. Eu aceito uma acareação frente a frente com ele, onde direi tudo o que vi ele fazer também com outras crianças. Quero ver se ele terá forças para negar. Ele deveria estar na cadeia”, disse Rita Gonçalves.

O programa *Fantástico* exibiu no mês passado uma nova reportagem sobre a violência na Colônia Juliano Moreira, agora com a denúncia da situação dos bebês que foram enlouquecidos gradualmente pelo sistema psiquiátrico. O procurador-geral da República no Rio, Gustavo Tepedino, decidiu então abrir uma sindicância para apurar a responsabilidade civil e, talvez, criminal da União no caso específico dos filhos de loucos da Juliano Moreira, com base em pareceres jurídicos da advogada criminalista Eny Moreira e do ministro Aguiar Dias, este um especialista em responsabilidade civil, cassado pelo AI-5. A possibilidade de uma ação indenizatória aos filhos de loucos pela responsabilidade do Estado no enlouquecimento e na anulação de suas cidadanias, movida pelo próprio Estado, através da

Procuradoria-Geral da República, é mais provável do que uma ação criminal por abuso de poder e prática de tortura. Isto porque o crime, praticado nos anos 70, já estaria prescrito. A advogada Eny Moreira não descarta, porém, a viabilidade de uma ação também criminal, já que, segundo ela, naquele tempo as vítimas não existiam legalmente. “Se as vítimas não tinham registro civil na época, só agora elas passam a existir oficialmente, e o crime também pode se atualizar”, disse.

A ação pode ganhar ainda o reforço do repúdio feito formalmente pela sociedade civil. O grupo Tortura Nunca Mais, por exemplo, já manifestou à Procuradoria da República a sua posição em defesa da responsabilidade do Estado pela violência psiquiátrica em geral e, especialmente, neste caso dos filhos dos loucos da Colônia Juliano Moreira. O psiquiatra Eduardo Losicer, que trabalhou em 1980 no manicômio e hoje é um dos coordenadores do Centro Clínico Freudiano, redigiu um manifesto em nome da entidade, que reúne quase 100 psicanalistas, apoiando a ação de responsabilidade civil. ■



Teresa Iolanda, marcada pela tortura

A tese que virou cultura

A identidade entre a prática psiquiátrica e os métodos de tortura a presos políticos, utilizados pelos militares da última ditadura do país não é mera fantasia de quem já penou num hospício ou numa prisão. Esta semelhança comprova a institucionalização de uma cultura da violência no Brasil. Foi este o tema da tese de doutorado da secretária-geral do grupo Tortura Nunca Mais, a psicóloga Cecília Coimbra, sob o título "Gerentes da ordem: algumas práticas psis nos anos 70 no Brasil", defendida e aprovada com distinção e nota máxima pelo Departamento de Psicologia da USP.

Cecília datou nos anos 70 o desenvolvimento de um imaginário coletivo voltado para a destruição, para a violência e para a morte que, se naquela época permanecia no interior dos hospícios e das prisões, hoje ganhou as ruas e se transformou num cotidiano "natural" da vida urbana. "A violência se banalizou no país. Hoje temos uma sociedade narcísica, voltada para si e para a autodefesa pessoal. Os casais se espancam e cultuam o sofrimento, as

crianças apanham em público numa boa, os indivíduos apontam revólveres contra os outros, contra a vida natural", comenta Cecília Coimbra.

É claro que este imaginário, que a dupla de teóricos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari denominou subjetividade construída para a morte, é anterior à ditadura instaurada pelo golpe de 1964. Ele está, por exemplo, na base da cultura judaico-cristã ocidental, que tem como prática a dramatização da vida a partir do sofrimento, da culpa — ou seja, da negação da vida e do prazer. Aqui, no entanto, esta cultura se patologizou a partir da repressão política e se disseminou objetivamente pelos hospitais e, subjetivamente, por toda a vida social.

A origem da tese de Cecília Coimbra também é antiga. Ela foi presa em 1970 pelos militares e, durante os quatro meses em que foi torturada no Doi-Codi do Rio, conseguiu identificar o ex-médico Amílcar Lobo como um dos colaboradores dos militares. "Quando cheguei na cela fui logo atendida por ele. Ele me perguntou se eu sofria do

coração ou se tinha uma doença grave. Não entendi nada, porque sabia que estava lá para ser torturada. Depois da rápida entrevista, desci para a sala de tortura e percebi que ele apontava aos torturadores os limites de sofrimento que cada preso poderia suportar sem perder a vida", conta.

Uma de suas companheiras de cela, Maria do Carmo, grávida de cinco meses, era atendida por Amílcar Lobo, que lhe dava uma injeção de soro antes de cada sessão de tortura. "A gente não sabia por que Maria do Carmo tomava sempre aquela injeção. Era um soro para evitar o aborto durante a tortura", lembra. Cecília disse que mais tarde Maria do Carmo conseguiu sair da prisão e a criança nasceu sem problemas físicos, fora do Brasil. Certa vez, Amílcar Lobo esqueceu o seu bloco de receituário na cela. Foi o suficiente para que Cecília Coimbra o identificasse. Logo que saiu da prisão, ela o denunciou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A denúncia foi publicada em 1973 pela revista argentina *Questionamos*. Transformou-se mais tarde no maior escândalo da psicanálise brasileira, depois que o analista data de Amílcar, Leão Cabernite, na época presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SP-RJ), tentou protegê-lo, não só com desmentidos categóricos a todas as so-

Lei para esvaziar hospícios

Um país assaltado por denúncias de corrupção contra o próprio presidente da República, Fernando Collor, feitas por ninguém menos do que seu irmão, Pedro Collor, este também acusado de loucura, poderá aprovar uma prática minimamente humana para os doentes mentais? Este é o dilema que cerca de expectativas a tramitação do projeto de lei antimanicômio na Câmara dos Deputados. A lei Paulo Delgado, como é co-

nhecido o resultado de um longo movimento de profissionais de saúde mental de todo o país, prevê, *a priori*, a redução das internações psiquiátricas a partir de um critério rigoroso nas indicações para a internação e proíbe a ampliação de leitos psiquiátricos em qualquer hospital público. Estabelece ainda a criação de clínicas alternativas de saúde mental, com o desenvolvimento de hospitais que, no lugar de aprisionar o doente, o

integrem à vida social. Que lhe permitam viver com a família e lhe dêem condições de recuperação de seus desejos em direção à criação, à afetividade e ao prazer.

Bastou esta formulação para desencadear um outro movimento, mais poderoso e radicalmente contrário a uma ética humanitária para a psiquiatria, liderado pela rentável indústria da loucura. Os hospitais e clínicas conveniadas do Ministério da Saúde não podem suportar a idéia de perder o lucro fácil com as longas internações de indivíduos que lhe dão despesas mínimas, já que a assistência médica praticamente não

existe e os próprios doentes viram empregados não remunerados para serviços de limpeza, de escritório e atendimento aos casos crônicos. A fábrica de loucura não pode parar de trazer dinheiro do Estado para os proprietários e o seu produto — o ser humano, destinado à demência crônica e à morte — não interessa mesmo a ninguém.

Este quadro desolado despertou a atenção no passado do próprio governo e o ex-ministro Alcenir Guarnier começou a criticar o número exorbitante de internações psiquiátricas, mais interessado na redução dos custos

ONU financia terapia

Depois de cinco anos de batalha, o grupo Tortura Nunca Mais conseguiu enfim o financiamento da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Projeto Clínico Grupal, que pretende dar assistência terapêutica gratuita a qualquer vítima de violência do Estado, incluídas aí todas as formas de tortura assumidas por aparelhos repressivos da polícia ou do sistema psiquiátrico. Este projeto já está em vigor há um mês, contando com 30 clientes em terapia individual ou em grupo realizado por uma equipe de sete profissionais: o psiquiatra Jorge Márcio Pereira de Andrade e seis psicólogos — Helena de Barros Conde Rodrigues, Maria Beatriz Sá Leitão, Ana Paula Jesus de Melo, Denise Farias da Fonseca, Janne Calhau Mourão e Vera Vital Brasil. A verba liberada pela ONU através do Fundo Voluntário para as Vítimas da Tortura garante um ano de atendimento a 80 clientes. Os interessados deverão se inscrever nas reuniões do grupo Tortura Nunca Mais, toda segunda-feira, das 20 às 22h, na sede do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro.

licitações de instituições internacionais, mas com a perseguição descarada a qualquer membro da SP-RJ que reclamasse da conduta da instituição. Dois deles, por exemplo, os psicanalistas Eduardo Mascarenhas e Hélio Pellegrino, foram expulsos da Sociedade em 1980. Amílcar Lobo foi cassado pelo Conselho Regional de Medicina em 1986. Leão Carberite e o então diretor do Instituto de Ensino da SP-RJ, Ernesto La Porta, que também se omitiu no episódio, serão julgados este mês em novo processo do Cremerj.

Esta parte da tese de Cecília Coimbra, que trata do envolvimento de psicanalistas brasileiros e estrangeiros com o Estado autoritário, foi publicada no livro *Grupos e análise institucional no Brasil*, uma coletânea de 15 autores lançada pela editora Rosa dos Tempos. Os dois volumes de *Gerentes da ordem* estão sendo disputados pelas editoras Rosa dos Tempos e Revan. Este trabalho individual de Cecília Coimbra, além de exorcismos de fantasmas e de resgate da história de uma geração, é uma prática que tenta romper com esta subjetividade marcada para matar ou morrer. É o que a mesma dupla Deleuze-Guattari definiu como única forma de boicote a esta subjetividade: o exercício criativo de uma singularidade, que se expressa como protesto e abre um novo caminho em direção à paz e à vida. ■

Um novo Amílcar Lobo

O julgamento dos médicos Leão Cabernite e Ernesto La Porta, por terem encoberto a colaboração do ex-médico Amílcar Lobo, está marcado para este mês no Conselho Regional de Medicina, mas o que agita os bastidores do Cremerj é outro processo, este movido contra o pediatra e coronel do Exército, Ricardo Fayad, atual chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Ministério do Exército no Rio. Segundo denúncias de presos políticos feitas ao grupo Tortura Nunca Mais e ao Cremerj, Ricardo Fayad se revessava com Amílcar Lobo nos plantões de assistência a torturados nos anos 70. Na época do escândalo, que resultou na cassação do registro profissional de Amílcar Lobo, Ricardo Fayad não entrou no processo porque sua qualidade de militar impedia qualquer tipo de julgamento por instituição civil. O Cremerj e o Tortura Nunca Mais descobriram, porém, que Ricardo Fayad



exerce atividades médicas também como civil. Já trabalhou para a Prefeitura do Rio e atende, atualmente, em seu consultório particular, na Rua Lins de Vasconcelos, 225, casa 10, no Lins. O processo pôde então ser aberto. Apesar do sigilo em torno do processo, sabe-se, no entanto, que Ricardo Fayad aceitou se defender previamente, e o Cremerj já tomou o depoimento de um ex-presos político que o reconheceu como um de seus torturadores. Vários militares já prestaram depoimento em defesa de Ricardo Fayad, mas o próprio réu não compareceu para depor na última convocação feita pelo Cremerj. ■

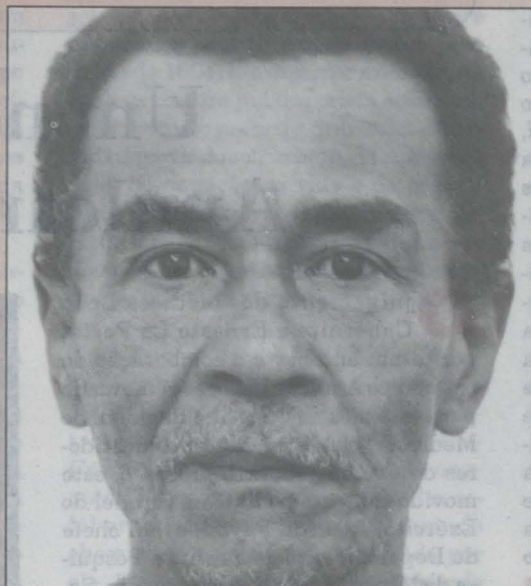
A lei estava na pauta de votação do último dia 13 de maio, uma data cercada por coincidências otimistas: é dia da abolição da escravatura no Brasil; em 1978, foi aprovada neste dia a lei antimanicômio da Itália. A votação foi adiada para este mês. Os proprietários de hospitais, no entanto, ganharam um adversário também poderoso: o atual ministro da Saúde, Adib Jatene, que, na qualidade de presidente do Conselho Nacional de Saúde, encaminhou um ofício ao Senado e à Câmara dos Deputados com a deliberação unânime do Conselho de aprovação total da lei.

perno que numa nova política de assistência. A avaliação de Alceni... guerra era tão equivocada... quanto a sua gestão no Ministério da Saúde, que, torpedeada... denúncias de fraudes, acabou levando à sua exoneração. O presidente do Instituto... Franco Basaglia, Pedro Gabriel Delgado, é um dos coordenadores da campanha antimanicômio no Rio. Para ele, a nova lei não reduziria... algum. "Haverá apenas... uma reorganização de verbas. No lugar de se destinarem... enriquecimento dos proprietários de hospitais, elas serão para as redes alternativas de assistência psiquiátrica", explica Pedro Gabriel.

Sebastião: um indivíduo anulado

Neste cenário de horror, onde a loucura é mais intensa na vida social do que na cabeça de um esquizofrênico, o grupo Tortura Nunca Mais descobriu um preso político há 22 anos demenciado, e hoje interno no manicômio de Vargem Alegre, em Barra do Piraí, no interior do estado do Rio. Trata-se de Sebastião de Souza Baptista, de 54 anos. Ele foi preso numa passeata na avenida Rio Branco em 1968. Diz que foi levado para uma casa no Centro da cidade, que não sabe exatamente localizar, onde foi brutalmente torturado. Depois, foi transferido para o Galpão da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, uma penitenciária de presos comuns que, nesta época, abrigava também presos políticos. Muito mais tarde, foi internado no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, em Niterói, embora não tenha sido processado por crime algum. E, em 1968, chegou demente ao Manicômio de Vargem Alegre.

Essas são todas as informações que constam do prontuário de Sebastião de Souza Baptista, além da data de seu nascimento em 9 de novembro de 1937, em local indefinido. O caso chegou no mês passado à secretária-geral do grupo Tortura Nunca Mais, a psicóloga Cecília Coimbra, através de um de seus alunos. Que Sebastião é um preso político é um fato. Afinal, um cidadão que se manifestava contra a ditadura militar numa pas-



*Sebastião de Souza
Batista foi preso numa
passeata no Rio em 1968.
Brutalmente espancado,
virou demente crônico*

seata e, apenas por esta razão, foi preso, torturado e anulado como indivíduo é um preso político. Resta, no entanto, a dúvida sobre as ligações de Sebastião com os grupos organizados de esquerda que combatiam a ditadura militar.

Na viagem que fez a Barra do Piraí para investigar mais um caso de um suposto desaparecido, Cecília

Coimbra não conseguiu colher mais informações, além do que há no prontuário de Sebastião e de sua permissão para fotografias. As fotos circularam por vários ex-militantes de diversas organizações, mas nenhum deles o conhecia como companheiro de luta. Ou melhor, o reconhecia, já que, neste tempo, Sebastião envelheceu e teve a fisionomia modificada por 22 anos de sedativos e maus tratos. A aparência é de um homem velho, muito magro, pobre e cansado. "Um mendigo de rua", observa Cecília Coimbra.

Sebastião é hoje um demente crônico. Como psicóloga, Cecília tentou por várias vezes conversar como ele, mas ele se recusa a qualquer comentário sobre a prisão ou tortura. "Cheguei a dizer que também fui presa política, apanhei muito e que é difícil falar destas coisas, mas ele permanece em silêncio. Baixa a cabeça e não quer falar de mais nada. Está totalmente cronificado", diz Cecília Coimbra. Na sua opinião, Sebastião não era militante de organização alguma. Deve ter sido um manifestante comum, como milhares que saíam às ruas para exigir liberdade. "O que mais me impressionou é que ele fala muito 'da época em que limpavam as ruas'. Esta expressão, de limpar a rua, era muito usada para justificar as internações e até as criações dos hospícios. Era uma prática mesmo de limpar a rua, de tirar a loucura das ruas", comentou.

O caso Paiakan

A grande imprensa revela o preconceito do mundo dos brancos para com os índios

Ruben Caixeta

O antropólogo Lévi-Strauss nos conta em seu livro *Tristes trópicos* o que o embaixador brasileiro em Paris lhe disse na década de 30: "Índios? Infelizmente, meu caro senhor, há já alguns lustres que desapareceram todos. Oh! Isso é uma página muito triste, muito vergonhosa, da história de meu país. Mas os colonos portugueses do século XVI eram homens ávidos e brutais. Como poderemos censurá-los por terem participado na rudeza geral dos costumes? Apanhavam os índios, amarravam-nos à boca dos canhões, e despedaçavam-nos vivos a tiro. Foi assim que os eliminaram, até o último. Na sua qualidade de sociólogo vai descobrir coisas apaixonantes no Brasil, mas quanto aos índios, nem pense nisso, não encontrará um único."

Provavelmente o embaixador estava considerando como Brasil apenas o Rio de Janeiro e São Paulo. Ao redor destas cidades, de fato, os colonizadores haviam exterminado todos os índios. Lévi-Strauss precisou viajar até as fronteiras do Brasil Central para encontrar as sociedades indígenas que se refugiavam dos canhões, fuzis, facões, bombardeios aéreos e doenças propositalmente transmitidas em roupas doadas. Milhões de indígenas e centenas de culturas foram varridas de nosso território. Hoje sobrevivem apenas 250 mil índios. Mas o massacre não terminou.

Não precisamos ir a um passado distante: em fevereiro de 1988 houve uma chacina de 14 tikunas; entre 1989



Paulinho Paiakan

e 1990 cerca de 2 mil yanomamis morreram devido ao contato com os garimpeiros. Ninguém foi punido. A morte pelas balas invasoras e por doenças como a gripe, malária e sarampo e a violação dos direitos dos índios continuam. Ninguém é punido. Gilberto Dimenstein diz em seu trabalho sobre as meninas prostitutas no Norte do Brasil que o estupro e a violência sexual cometidos por militares contra as índias é fato corriqueiro. Um comandante destes soldados comenta: "Não somos nós que estupramos, são as índias que, quando estão no cio (*sic*), atacam nossos homens."

Foi essa realidade que os caiapós e representantes de mais de 50 povos indígenas do Brasil e do mundo vieram discutir e apresentar nos eventos paralelos à Rio-92. Porém, a grande imprensa preferiu não ouvir o que eles tinham a dizer e explorar de forma sensacionalista o caso Paiakan.

No dia 8 de junho de 1992 conversava com o líder yanomami Davi Kopenawa no momento em que ele recusava dar entrevista para uma jornalista de *O Globo*: "Eu não falo para a Globo e nem para a *Veja*, vocês distorcem aquilo que eu falo, vocês são contra meu povo." Dois dias depois a *Veja* estampava em sua capa a fotografia do caiapó Paulinho Paiakan com os dizeres: "O selvagem: o cacique símbolo da pureza ecológica tortura e estupra uma estudante branca". A edição sensacionalista da revista revela o preconceito em relação aos índios que está presente na sociedade e nos repórteres: "cani-

balismo, ritual demoníaco, índios ricos que possuem antenas parabólicas, casas na cidade, aviões...". Estereótipos tão antigos e ódio daqueles raros índios que não são integrados à força às camadas mais baixas e marginalizadas da sociedade brasileira.

Após a denúncia da *Veja* os caiapós presentes no Rio são cercados por câmeras e outros preconceitos: "é comum o estupro lá em sua tribo?"; "o estupro é um ritual de sua aldeia?". São algumas das perguntas que ouvi de alguns repórteres das maiores redes de televisão do país, dirigidas a índios que mal entendiam o português e muito menos os hábitos e costumes da sociedade brasileira.

Querer enxergar nas sociedades indígenas os valores considerados anormais (mas típicos) de nossa sociedade (como o estupro) é uma forma sutil de racismo. O antropólogo Darcy Ribeiro e o pesquisador Darrel Posey, especialista em cultura caiapó, afirmam que jamais ouviram falar em estupro entre estes índios ou outros grupos que conheciam e estudaram.

O caso Paiakan certamente não foi explorado somente para vender mais revistas ou para denunciar a violência de um homem contra uma mulher. Existem muitos interesses em jogo. O caso aconteceu no momento em que: 1) os líderes das nações indígenas de todo o mundo encontravam-se reunidos no Rio (a *Veja* ridiculariza tal encontro ao referir-se à aldeia Kari-Oca como a "tribo de mentirinha armada no Rio para entreter os visitantes sedentos de exotismo tropical"); 2) dois meses depois de Paulinho Paiakan ter feito um acordo com a Body Shop, uma indústria inglesa, pela qual os caiapós lhe forneciam óleo de castanha para a fabricação de cosméticos naturais (um negócio que ameaçaria os lucros fáceis das madeiras e garimpeiros da região); 3) a Funai iniciou, cinco dias antes, a demarcação da área indígena Mencragnoti (4,9 milhões de hectares), nos estados do Pará e Mato Grosso, onde vivem índios Caiapós; 4) a Câmara Federal prepara-se para votar o Estatuto do Índio. Seria muita ingenuidade acreditar que tudo isso é coincidência.

Muitos fatos obscuros ainda permanecem sobre o caso julgado e condenado pela *Veja*. O que se sabe é que a causa indígena foi fortemente atingida. ■



As ruas das principais cidades brasileiras estão cada vez mais ocupadas pelos ambulantes e, ao mesmo tempo, as próprias grandes

Economia informac

Tania Coelho

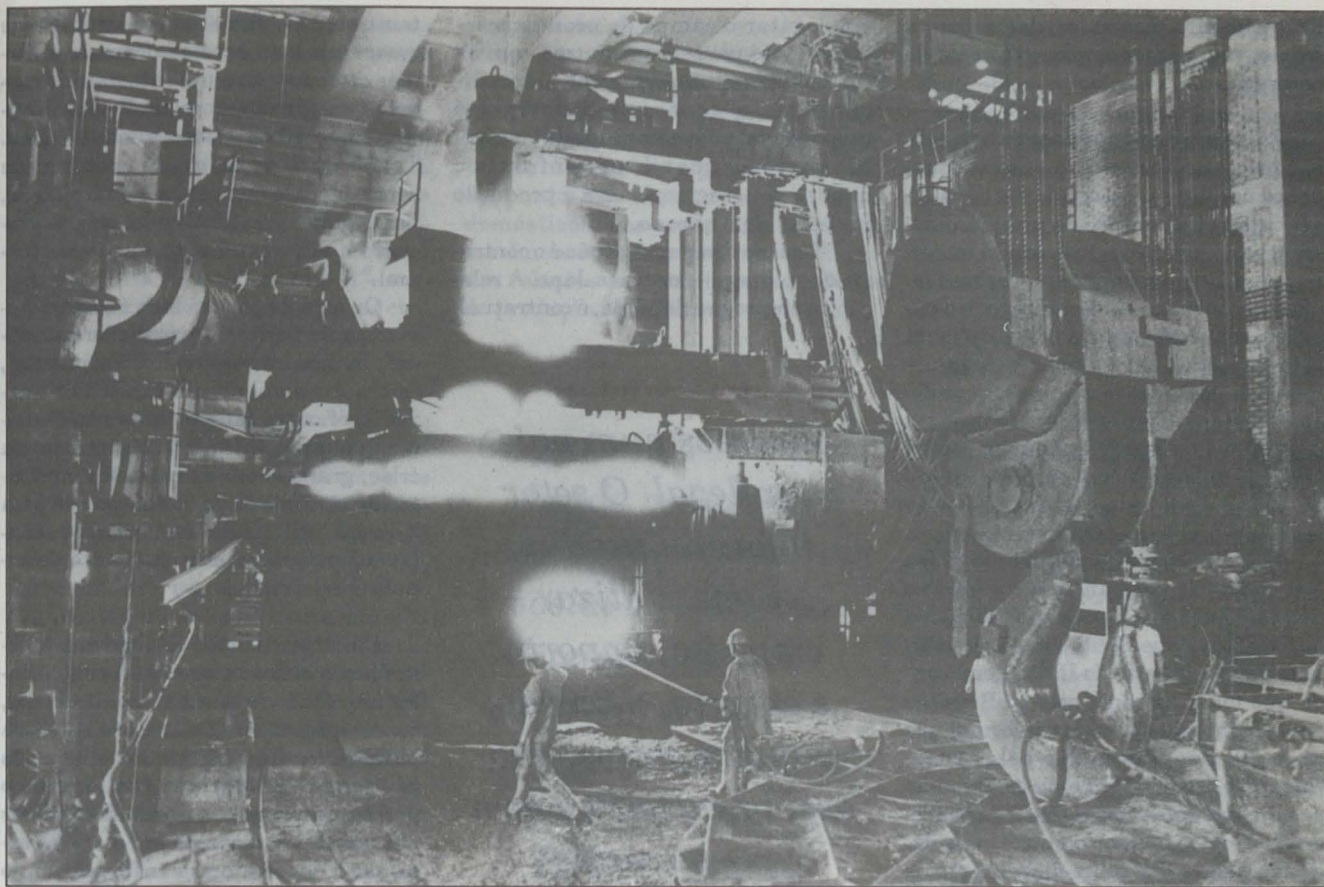
Quando polícia e camelôs se enfrentam em praça pública e os governos não sabem como lidar com as inúmeras estratégias de sobrevivência encontradas pela população, é alvissareira a notícia – apesar de chegar com décadas de atraso – de que, finalmente, o Brasil, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conhecerá a dimensão do lado invisível de sua economia, cujo volume varia de 13% a 50% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Até agosto, o IBGE fará como teste, no Rio de Janeiro, pesquisa-piloto através de longo questionário, enfocando questões sobre trabalho e ocupação e características de produção. A expe-

A economia não-oficial representa entre 13 e 50% do PIB brasileiro. Alguns consideram o fato um indicador saudável de crescimento, enquanto outros vêem apenas uma tentativa de sobrevivência da população

riência permitirá que, em setembro de 1993, seja feito levantamento nacional com o apoio da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Em toda a América Latina, o fenômeno se repete: amplo contingente da força de trabalho considerada excedente reage com agilidade às mudanças na conjuntura econômica, e na medida em que não encontra espaço para incorporar-se ao processo de industrialização capitalista e suas tecnologias importadas, poupadoras de mão-de-obra, insere-se em ocupações geradas através de pequenas unidades de produção. Somando-se a este quadro de crescimento populacional, as migrações internas e a péssima qualidade de vida – leia-se falta de acesso aos bens e serviços essenciais – a saída é a ocupação em atividades do setor informal.



AGÊNCIA GLOBO

empresas começam a utilizar recursos típicos da economia informal, como não assinar carteira

acrescem os pequenos

No entanto, é comum o equívoco da associação imediata entre pobreza e informalização. Há quem visualize apenas camelôs, vendedores ambulantes e desempregados. Embora caminhem lado a lado, é bastante diversificada a renda no setor informal, a tal ponto que muitas vezes apresenta alternativas de retorno financeiro bem mais elevado que a média dos salários do setor formal. Talvez esta seja mais uma razão para que muitos afirmem que vivemos num país semilegal. Toda essa economia subterrânea que produz, comercializa, emprega, importa e exporta, além de não pagar impostos, não assina carteira e, literalmente, não passa recibo.

Sem pesquisas sistemáticas e com barreiras operacionais para ser quantificada, nada mais natural que sejam

contraditórias as informações sobre o volume desta economia, que pode chegar a representar cerca de 150 bilhões de dólares anuais – mais do que toda a nossa dívida externa. Sem dúvida, o Brasil é o paraíso da informalidade. Altas autoridades do governo chegam a afirmar que é o jeito brasileiro de enfrentar a crise, mas a verdade é que não é um privilégio nosso. Na Europa, a Alemanha é campeã na modalidade, com 30% de sua economia subterrânea e, na América do Sul, mais de 50% da produção do Peru esconde-se na informalidade.

A diferença é que, nos países do Primeiro Mundo, prevalece a concepção do controle e da preocupação com o trabalho clandestino, ou seja, a disputa, pelos migrantes, de espaço no mercado de trabalho. A economia informal como ob-

jeto de pesquisa, nestes países, começou nos anos 70, quando ocorreu a falência da indústria mecânica e o advento da eletrônica e de um novo modelo industrial, como já foi dito, poupador de mão-de-obra. No processo de ajuste da economia, o Primeiro Mundo lançou mão de uma política pública extremamente ortodoxa, reduzindo os gastos com assistência social: à ampliação da margem de desemprego contrapunha-se o corte na política de apoio.

As grandes empresas enfrentaram a enorme força do movimento sindical europeu e norte-americano desenvolvendo estratégias como a de descentralização, utilização de mão-de-obra clandestina, feminina e de menores. A lógica pode ser perversa, mas o Primeiro Mundo, sem pudores, reconhece que

o crescimento econômico, daqui para a frente, vai se fazer sem crescimento do emprego.

Falta determinação política – Já nos países do Terceiro Mundo este quadro começou a ser estudado nos anos 60, articulado à discussão da marginalidade urbana, em proporção muito maior, mas em função do mesmo processo: ajuste econômico e desemprego. No entanto, sem resposta do ponto de vista estatístico, os países pobres pegam o bonde da história de carona com os desenvolvidos. Implanta-se inúmeros programas de apoio à pequena indústria, à pequena e média empresa, quando falar em pequeno nestes países é falar basicamente em comércio e serviços.

“A idéia de que o crescimento se faz com indústria permanece até quando o que está em foco é o pequeno”, afirma a economista Jane Souto, chefe de gabinete da presidência do IBGE, lembrando que foi surpreendente, no Brasil, o crescimento da economia informal nos anos 80. Bastava andar pelas ruas. “Mas não é por falta de dados que não se toma medidas concretas. Se isso fosse verdade, o país seria outro: mais dados do que se tem sobre distribuição de renda é impossível. A questão não é técnica, é política”, enfatiza Jane Souto.

A grande preocupação, há décadas,

é delimitar o campo da economia informal, até para evitar outros equívocos bastante comuns, como o de afirmar que a economia informal é responsável pela estabilidade do nível de emprego, quando se confronta o quadro de estagnação com a produção invisível de riquezas.

“Taxa de desemprego não é o contrário de emprego – continua Jane. A relação de emprego é definida, é contratual,

*Vivemos num país
semilegal. O setor
informal produz,
comercializa,
emprega, importa
e exporta, mas não
paga impostos, não
assina carteira e nem
passa recibo*

tem o empregador e o empregado. O que cresce com a economia informal são formas de ocupação que se afastam do modelo que garante ao trabalhador direitos, como 13 salários anuais e férias. Temos clareza de que é exatamente este o modelo que está sendo utilizado, por exemplo, em São Paulo. Há um processo de informalização no setor formal.”

Ou seja, se por um lado é comum ouvirmos falar deste “promissor mercado”, “indicador seguro de crescimento”, “mola invisível da produção de riquezas”, por outro é importante não esquecer que, aproveitando o argumento da crise, grandes empresas estão aumentando o número de empregados sem carteira, utilizando a estratégia da contratação de serviços como forma de expulsar seus custos.

Caráter difuso – É evidente a articulação entre os setores formal e informal. Quando o mundo empresarial, estrategicamente, transfere recursos para ativos financeiros ou reduz suas atividades produtivas, acelerando o processo de expulsão dos trabalhadores pelo capital, a resposta imediata é a expansão da economia informal, cujo campo de atividades é extremamente heterogêneo, incluindo formas de organização que vão desde a economia de

Camelô por opção

De acordo com pesquisa realizada no estado do Rio de Janeiro, por Bia Sorj, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma significativa maioria dos vendedores ambulantes (85%) é oriunda de áreas urbanas, e 90% moram no Rio há mais de seis anos. “Não se pode, então, atribuir – afirma Bia – a prática do comércio ambulante a uma inserção ainda precária no mundo urbano e nas alternativas de emprego que este oferece. Ao con-

trário, os ambulantes demonstram ter uma visão elaborada das suas chances no mercado de trabalho, formada a partir de sua socialização no meio urbano industrial.”

Bia constata, ainda, que o comércio ambulante se constitui numa opção de trabalho para a maioria dos que dele se ocupam: cerca de 75% já estiveram empregados anteriormente em outros empregos. Parte significativa – 71% – no setor de serviços. A maioria – 54,8% – demitiu-se voluntariamente do último em-

prego, enquanto 38,7% foram demitidos e 6,5% são aposentados, o que contraria a afirmação de que o setor reúne desempregados.

Entre várias motivações que levam ao pedido de demissão, os salários baixos são frequentemente alegados. Enquanto 67,6% dos que possuíam um emprego antes de ingressarem na nova atividade ganhavam um salário mínimo, apenas 32,5% dos vendedores ambulantes se encontram neste caso. As condições de trabalho também aparecem como um elemento desabonador do emprego progressivo: rigidez de horários, estreito controle de chefias e

a circunstância de “viver de vale” contrastam com as condições atuais de trabalho.

Foram encontradas taxas relativamente altas de escolaridade: 37,5% têm primário completo, 22,5% secundário completo e 2,5% curso superior incompleto. “As expectativas dos vendedores ambulantes são de permanecer em sua ocupação – esclarece Bia Sorj – e de expandir e aperfeiçoar o negócio. O maior obstáculo reside na ilegalidade a que está relegada a atividade, o que, paradoxalmente, permite ao Estado uma margem muito ampla de manipulação desta ilegalidade.”

base familiar, passando por pequenas unidades de produção até o comércio ambulante e o "biscate".

Neste caso, as fronteiras entre trabalho, mendicância e criminalidade não são demarcadas com facilidade. E se levarmos em consideração que a chamada "década perdida" — representada pela estagnação dos anos 80 e a ausência de política social — ampliou significativamente o espectro destas situações-limites, perceberemos o quanto é difuso o caráter da economia informal.

"Em que pese esta pluralidade, — informa Jane Souto — é possível perceber, no entanto, que as formas de organização de produção de situações-tipo de trabalho, usualmente incluídas na economia invisível, apresentam um denominador comum: o de não se enquadrarem nos moldes da produção capitalista, quer por razões de ordem econômica, propriamente dita, ou jurídica. O que aglutina essas atividades em torno de um mesmo conceito não é a proximidade que guardam entre si, mas o afastamento que mantêm do modelo de organização capitalista."

A conclusão poderia ser simplesmente a de que todas as atividades marcadas por formas de organização não-capitalista estariam no campo da

economia informal. Mas não é bem assim: se por um lado identificamos o processo de formalização das relações de trabalho em unidades de produção não-capitalistas, como por exemplo na extensão dos direitos e garantias previstos por lei aos trabalhadores rurais e domésticos, por outro identificamos movimento inverso de informalização das relações de trabalho nas unidades de produção capitalista.

Os países do Primeiro Mundo reduzem os gastos com assistência social e ao mesmo tempo tentam controlar o trabalho clandestino, sobretudo dos imigrantes do Terceiro Mundo

Todas estas questões demonstram a complexidade do problema. Um dado bastante significativo é o interesse que o próprio Banco Mundial expressa com relação ao crescimento desta economia dita invisível, subterrânea e paralela, e que passou a ser conceituada como "informal" quando a OIT patrocinou uma série de estudos sobre os mercados de trabalho na África, no início da década de 1970.

De acordo com a OIT, informam os técnicos Ricardo Paes de Barros e Simone Varandas, do Instituto de Planejamento Econômico e Social do Rio de Janeiro, o setor informal urbano é definido em função de suas características econômicas: facilidades de entrada, dependência de recursos nacionais, propriedade familiar, pequena escala de operação, qualificação dos trabalhadores adquirida fora do sistema de educação formal e mercados competitivos sem regulamentação por parte do governo.

Fica claro que a importância da economia informal depende de sua natureza, mas alguns fatos não deixam dúvidas. Sua principal contribuição é a geração de empregos e qualquer política que a reprima terá impactos sérios numa sociedade dividida entre os que morrem de fome e os que morrem de medo.

"À guisa de conclusão, poderíamos afirmar que este segmento do setor informal apresenta intenso dinamismo e representa para os que nele se ocupam uma oportunidade de ascensão social. Isto é produto do livre desenvolvimento das leis do mercado e da retração do Estado?" Certamente que não, responde Bia, em seu trabalho: "Primeiro porque o Estado está presente, e da pior maneira possível: através da violência e da corrupção. Segundo, porque os vendedores ambulantes desejam alcançar uma situação de estabilidade por meio da regulamentação da atividade pelos poderes públicos."



A maioria dos ambulantes do Rio largou o emprego para apostar no comércio de rua

ANDRÉ LOUZEIRO

Dimensionar a economia informal, definir critérios para localizá-la, quantificar este universo é fundamental para que se possa entender um pouco mais o país que pensamos conhecer e do qual falamos, tendo como referência os parâmetros do Primeiro Mundo, para o qual, efetivamente, não entramos, apesar das promessas de campanha do presidente Collor.

A pesquisa do IBGE avança no sentido de poder embasar, tecnicamente, uma nova postura política do governo brasileiro, que tem a responsabilidade de rever as prioridades do atual modelo econômico. Um modelo que, a exemplo do Primeiro Mundo, promove drásticas reduções na política social, prega o livre desenvolvimento das leis do mercado e a retração da presença do Estado.

O empobrecimento no Terceiro Mundo; a perda do poder aquisitivo dos salários; a busca de novas estratégias de sobrevivência; a tendência de um número crescente de membros da família se integrar ao setor formal ou informal, incluindo crianças, mulheres e idosos, num amplo espectro de atividades temporárias, autônomas e assalariadas desenharam um quadro extremamente grave, capaz de desencadear, somado a outros fatores, o aumento das tensões sociais e um clima de violência fora do controle de Estado. Alguns sinais já são perceptíveis hoje.

A base técnica para uma nova política – Adaptada à dinâmica da economia informal, a pesquisa-piloto que o IBGE fará no Rio funcionará basicamente como um teste para a grande pesquisa nacional a ser realizada em setembro de 1993. Uma das preocupações é levantar até que ponto essas pequenas unidades de produção são realmente autônomas, já que é bastante comum as que se disfarçam, vinculadas a grandes empresas. Em São Paulo, na



O fenômeno não é exclusivo dos países pobres: a Alemanha tem 30% de sua economia subterrânea. Na América Latina, o Peru tem mais de 50% de sua produção informal

indústria automobilística, por exemplo, casos como estes acontecem frequentemente.

A verdade é que há uma enorme discussão em torno do que é exatamente uma unidade da economia informal. Em 1960, estudos realizados no Brasil identificaram que, neste setor, as atividades giram em torno da mão-de-obra familiar. Mesmo que se empregue trabalhadores assalariados, o centro da economia informal é a unidade familiar, funcionando muito mais como uma estratégia de sobrevivência do que propriamente como um empreendimento visando lucro. Esta constatação se confirmou no censo de 1985, que registrou

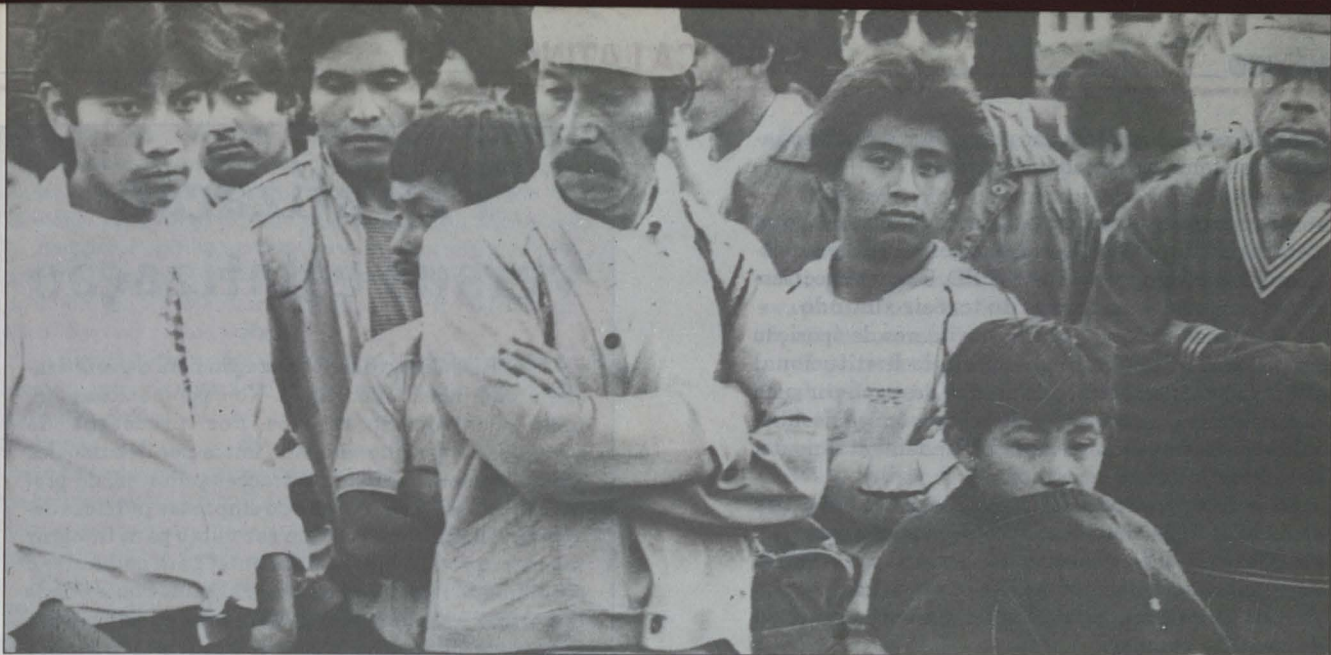
dado bastante curioso: em cerca de 1/3 das microempresas das áreas de comércio e serviços (o coração da economia informal), o proprietário trabalhava sozinho ou com o auxílio de familiares.

Avaliando as dificuldades (e a importância) de dimensionar este universo, o IBGE combinará dois tipos de pesquisa. As domiciliares investigarão as características do trabalho, levantando o

perfil ocupacional da família, o nível de rendimento, o nível educacional, etc. Um outro grande número de questões caracterizará o lado produtivo: quem é o proprietário? De onde vem? Qual a origem dos recursos? Qual a qualificação destas pessoas?

Caminhando na mesma direção da Organização Internacional do Trabalho – OIT, o IBGE pesquisará com maior profundidade o universo de trabalhadores por conta própria ou empregadores com até cinco empregados, o que permitirá levantar, em relação ao total da população economicamente ativa, qual o número de pessoas engajadas na economia informal. Uma outra preocupação aponta para a necessidade de saber como se dá a inserção jurídica destas unidades. Pesquisa semelhante realizada no México demonstrou que algumas firmas tinham os mais diversos tipos de registro, enquanto outras não tinham nenhum. Os resultados, neste caso, poderão orientar, inclusive, na elaboração de uma legislação que atenda às necessidades desta economia, normalmente associada à “economia do não”: a que não é registrada, a que não paga impostos, etc.

Os resultados da pesquisa-piloto estarão em discussão, em janeiro de 1993, na XV Conferência Internacional de Estatística e Trabalho, da OIT, em Genebra, quando o Brasil poderá debater, em bases mais reais, qual a contribuição destas pequenas unidades de produção para a economia brasileira. ■



Os programas econômicos aplicados pelo governo mexicano, em função do Eucanmex, só aprofundaram a recessão e o desemprego

Igualdade entre desiguais

A enganosa propaganda que se montou em torno do Eucanmex esconde a queda brusca do poder aquisitivo dos trabalhadores e o fechamento de um grande número de empresas

Beatriz Bissio

O Tratado de Livre Comércio da América do Norte, um acordo que desde julho de 1991 está sendo negociado pelos governos dos Estados Unidos, Canadá e México (razão pela qual é chamado também de Eucanmex), criará uma zona econômica com 360 milhões de habitantes e um Produto Bruto anual de 7 bilhões de dólares. Prevê-se que o acordo pode ser firmado em fins deste ano ou em 1993, dependendo do processo eleitoral norte-americano.

Versões da imprensa canadense e de fontes oficiais dos países signatários assinalam que o período de transição para eliminar as barreiras alfandegárias entre as três nações será de uma década, salvo em casos especiais.

Por trás das cifras pomposas com que é apresentado o Eucanmex há, no entanto, muitos problemas. Em um aspecto considerado chave, o da "solução de controvérsias" entre os países signatários, ponto medular do tratado, segundo Rodolfo Cruz Miramontes, coordenador dos industriais que assessoram a equipe negociadora mexicana, não há acordo. "Estamos tratando de eliminar as diferenças, mas os negociadores de Bush não aceitaram a proposta mexicana", afirma Cruz Miramontes.

Entre esses pontos controvertidos está a formação de um tribunal trilateral, que, na opinião do industrial, "evitaria dois pesos e duas medidas no caso, por exemplo, de que se aplicassem sanções contra exportações mexicanas."

Por todos esses problemas, em fins de fevereiro, o Partido da Revolução Democrática (PRD), do México, pediu ao governo de Salinas de Gortari que adiasse as negociações do Tratado. Em nome do PRD, o senador Porfirio Muñoz Ledo, um dos altos dirigentes do partido, disse que a medida teria o caráter de uma "trégua patriótica" a fim de não forçar acordos que se apresentam problemáticos e abrir um grande debate nacional a respeito.

"Essa pausa permitiria que se tornasse clara a vontade política da Casa Branca sem pressões eleitorais de curto prazo e generalizaria o diálogo entre os partidos e as instituições do México, de modo a adotar um caminho escolhido de forma democrática", afirmou Muñoz Ledo.

Segundo o senador, existem negociações paralelas não tornadas públicas nas quais, entre outras coisas, os Estados Unidos exigem que o México suspenda o

controle estatal da produção petrolífera e a privatização do sistema de previdência social.

Corrente renovadora – O tratado comercial com Estados Unidos e Canadá foi o tema central da entrevista exclusiva que o presidente do PRD, Cuauhtémoc Cárdenas, concedeu a *cadernos do terceiro mundo*.

Cárdenas é um dos principais líderes de oposição ao poderoso Partido Revolucionário Institucional (PRI) ao qual pertenceu e do qual se desligou por suas divergências em relação à política econômica neoliberal que estava sendo adotada e, fundamentalmente, pela falta de democracia interna.

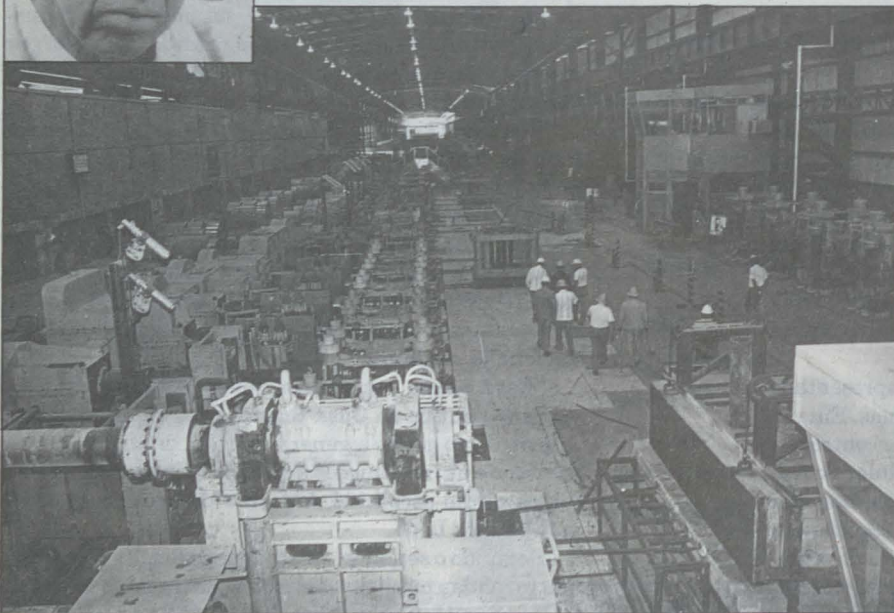
Candidato por uma frente criada pouco antes das eleições de 1988, obteve uma votação muito expressiva, que se não lhe permitiu obter a vitória foi, segundo denúncias de jornais internacionais e de seu próprio partido, devido a irregularidades em todo o processo de consulta popular.

Mas, se não alcançou a presidência, este engenheiro civil de 57 anos, de fala pausada e olhar penetrante, conseguiu firmar-se como o continuador da obra de um dos presidentes mais queridos da história do México, Lázaro Cárdenas, responsável nos anos 50, entre outras medidas, pela nacionalização do petróleo. "Politicamente me identifico com as lutas das quais meu pai participou, sem que por isso pense que a história tem que se repetir mecanicamente. Mas há princípios e lutas históricas que mantêm sua vigência."

Curiosamente, é por sua fidelidade a certos princípios que Cuauhtémoc Cár-



Para Cuauhtémoc Cárdenas (ao lado), o Eucanmex é um meio de consolidar a subordinação da economia mexicana à dos EUA (abaixo: fábrica de laminação)



Privatização versus estatização

"O PRD não faz da privatização nem da estatização uma questão ideológica. No caso mexicano, temos questionado muitos dos processos de privatização porque têm sido feitos por debaixo dos panos, e não a partir de licitações públicas, de propostas conhecidas. A venda de empresas públicas devem ser justificadas: devem ser feitas para integrar um setor produtivo racionalmente, para estimular o crescimento regional, satisfazer alguma necessidade de caráter social ou para buscar uma eficiência econômica de algum tipo. Mas este não tem sido o nosso caso. O que temos visto são negócios onde estão presentes grupos econômicos poderosos, dedicados principalmente à especulação financeira."

denas lidera atualmente uma corrente de pensamento renovadora. Ao exigir mudanças profundas no partido oficial e no sistema institucional mexicano, essa corrente se mantém fiel a princípios caros aos dirigentes da Revolução Mexicana de 1910, como a democratização do acesso à propriedade privada e a defesa de um projeto econômico nacional que evite a transformação do México em um apêndice da economia norte-americana.

O Partido da Revolução Democrática tem denunciado o famoso tratado de livre comércio como "o caminho para consolidar a subordinação da economia mexicana à dos Estados Unidos". Para Cárdenas, a política de abertura comercial e de liberalização dos mercados, imposta desde 1982, não previu medidas para evitar ou diminuir os efeitos negativos que têm ocorrido.

O custo social – O dirigente do PRD acusa a abertura de haver levado à falência grande parte da indústria de consumo: mais de 70 mil empresas pertencentes aos ramos de vestuário e alimentação fecharam desde 1988. "Isso tem provocado um grande aumento do número de desempregados", assinala Cárdenas.

No México havia 4,5 milhões de trabalhadores desempregados em 1982. Atualmente, as estimativas otimistas assinalam 12 milhões: um terço da força de trabalho do país. E o salário perdeu nestes nove anos 60% de seu poder aquisitivo em termos reais.

Ambos os fenômenos obrigaram muita gente a buscar a economia infor-

mal. De acordo com as informações do governo, no México existem 40 milhões de pessoas – metade da população – abaixo da linha de miséria. E desses 40 milhões, 17 vivem em condições de miséria extrema.

Simultaneamente, tem havido uma diminuição drástica do gasto público, principalmente do destinado a setores sociais, e uma redução do investimento produtivo em termos gerais.

A dívida externa foi renegociada há dois anos (México é o segundo devedor latino-americano e mundial, depois do Brasil). Houve uma negociação com cerca de 500 bancos, cujo resultado, segundo Cárdenas, foi criar as condições para que o país pudesse continuar pagando pontual e cabalmente, sem que se liberassem recursos para investimentos produtivos, ou para melhorar as condições sociais.

“A dívida foi renegociada com base em três princípios fundamentais: redução de juros, redução do principal e concessão de novos créditos. Mas quase nenhum banco optou pela concessão de novos créditos”, constata o líder do PRD. O resultado final foi que a dívida se reduziu em 700 milhões de dólares, menos de um por cento do total de 92 bilhões de dólares.

Na opinião de Cárdenas, com a operação ficou claro que dessa forma o México poderia continuar pagando com mais facilidade. E denuncia como enganosa a afirmação do governo de que agora chegará investimento estrangeiro ao país.

“No primeiro semestre de 1991 entraram no país cerca de 7 bilhões de dólares. Mas o governo não disse que 80% desse investimento vão para a especulação. E tampouco assinala que nos últimos meses – não poderia dizer se esta é uma situação permanente ou temporária – tem se reduzido muito a entrada de dinheiro novo. O ingresso de dólares recentemente foi da ordem de 40 a 50 milhões de dólares”.

Os não-documentados – Outro fato que tem ocorrido nos últimos meses é o aumento da migração de trabalhadores mexicanos para os Estados Unidos. “Este foi o único tema que logo de cara ficou excluído da mesa de negociação. Os negociadores norte-americanos – que desde o início têm dado o tom e fixado os termos da negociação – disseram que o único ponto que não discutiríamos era a questão da migração”.

Cuauhtémoc Cárdenas afirma que os trabalhadores representam o intercâmbio econômico, social e humano mais importante que se dá entre os dois países. “Eles geram com os salários ganhos nos Estados Unidos um valor que ultrapassa muitas vezes o do comércio que se faz entre ambas as nações”.

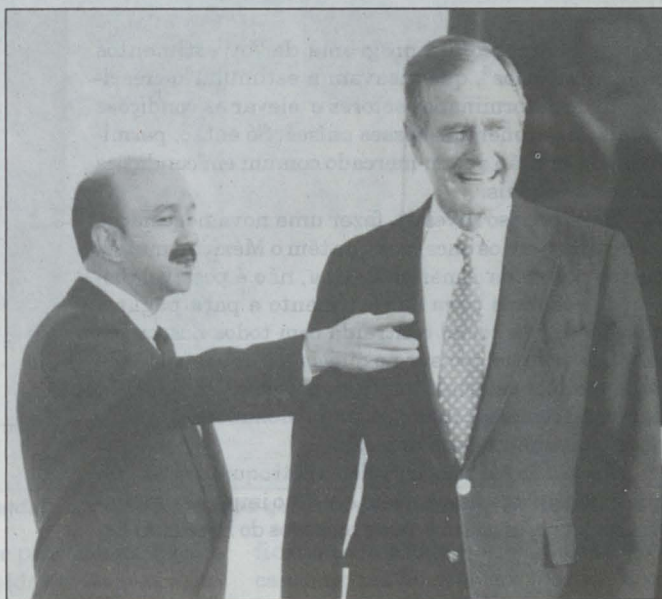
A maior vantagem do acordo, citada pelo embaixador norte-americano, é que as exportações dos Estados Unidos para o México têm crescido muito, passando de 12 bilhões a 30 bilhões de dólares nos últimos três anos. Mas o dirigente nacionalista relembra que não têm aumentado nas mesmas proporções as exportações do México aos Estados Unidos.

O petróleo continua sendo o item predominante das exportações mexicanas. Das exportações não-petrolíferas, 40% são realizadas somente por 12 firmas

e dessas, cinco são montadoras de automóveis, “geralmente filiais de grandes corporações”.

“Nos nove anos, pelo menos, que essa política vem sendo adotada no México ficou clara sua incapacidade de melhorar as condições de vida e de estimular o investimento produtivo”, assinala, recordando que em seu país está se dando um fenômeno de concentração de renda sumamente grave.

Hoje, os trabalhadores participam só com 24% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 1982 participavam com 40%. O desequilíbrio entre os que ganham mais e os que recebem menos tem aumentado de maneira violenta. Neste contexto, ele considera que deveria ser aplicada uma política de reforma fiscal profunda, proposta que não tem nada de ideológico. “Devemos simplesmente buscar maiores recursos para o Estado e uma melhor distribuição do gasto público, para satisfazer as necessidades de todo tipo.”



Os presidentes Salinas de Gortari e George Bush: uma parceria questionada

A resposta – Como contraproposta ao plano dos Estados Unidos aprovado por Salinas, o PRD defende um acordo continental de desenvolvimento e comércio, que reconheça as diferenças de produtividade das economias, nas condições sociais, de infraestrutura e capacidade produtiva de cada país. Portanto, as condições de competitividade internacional e nos mercados internos.

“A ‘Iniciativa para as Américas’ de George Bush defende a criação de uma zona de livre comércio para todo o continente, onde os Estados Unidos negociem com cada país separadamente. E já sabemos quem vai dar as cartas quando Washington se sentar para negociar com o México ou com qualquer outro país latino-americano.”

Na verdade, a proposta do PRD é mais ambiciosa: prevê não só a abertura comercial mas outros mecanismos, como aconteceu quando na Comunidade Européia decidiram o ingresso da Espanha, Portugal e Grécia, os países de economias mais atrasadas. Os eu-



Imigrantes: problema excluído do Eucanmex (acima, um mexicano paga para entrar ilegalmente nos EUA)

ropeus adotaram um programa de "investimentos compensatórios", que visavam a estimular o crescimento de determinados setores e elevar as condições gerais das economias desses países. Só então, permitiriam a criação de um mercado comum em condições menos desiguais.

"Será preciso investir, fazer uma nova negociação da dívida. Com os encargos que têm o México e muitos outros países da América Latina, não é possível dispor de recursos para o crescimento e para pagar a enorme dívida social contraída com todos nossos povos. Deveríamos pensar no que agora os economistas chamam nichos, isto é, indústrias com certa proteção para que tomem o lugar de impulsionadoras de todo desenvolvimento econômico."

No caso do México, petróleo e petroquímica teriam que cumprir esta função, sem que isso implique, segundo Cárdenas, investimentos exclusivos do Estado. O Es-

Canadá formas de cooperação no terreno econômico, cultural e de intercâmbio tecnológico e científico, mas sobre bases de igualdade.

Não obstante, Cárdenas disse estar consciente de que uma integração com essas características não poderá se dar com o tipo de governos que temos atualmente na América Latina. "No entanto, vejo forças emergentes em muitas partes da América Latina que mostram a existência de um movimento de profunda raiz popular. Aí há uma base muito importante. No México, o PRD é parte de um movimento que vai muito além do Partido da Revolução Democrática."

Mas Cárdenas faz uma ressalva: essas forças só poderão frutificar se o continente consolidar seu regime democrático. No caso do México, o líder do PRD entende que essa meta exige, obrigatoriamente, que se consiga o respeito ao voto.

A questão agrária

O presidente Salinas de Gortari, além da virada que deu no terreno econômico, parece decidido a eliminar, progressivamente, o peso do *ejido* na política agrária mexicana.

O *ejido* é uma forma de propriedade da terra típica do México, que evoluiu através do tempo. Proveniente da tradição espanhola, inicialmente as terras *ejidales* comuns serviam para que os camponeses se abastecessem de lenha e criassem animais.

Depois da Revolução de 1910, o *ejido* evoluiu para uma forma de proprie-

dade da terra entregue em caráter de usufruto aos núcleos camponeses, para satisfazer suas necessidades, melhorando seu nível de vida.

"As primeiras iniciativas de reforma agrária ocorreram ainda na época do conflito armado, em 1913, 1914. De 1917 para cá, devem ter sido repartidos no país cerca de cem milhões de hectares, que estão em mãos de três milhões e meio de *ejidatarios*, como são chamados no México", explica Cárdenas.

Parte dessas terras são destinadas à

agricultura e parte são ocupadas por florestas. A reforma que propõe Salinas se dirige principalmente para as terras agrícolas e busca anular o direito – assegurado pela Constituição mexicana – que têm os camponeses sem terra de receber seus lotes.

O PRD tem denunciado essa proposta do governo. "A decisão de pôr em circulação comercial a terra em mãos de camponeses, que só tinham o usufruto da terra, vai propiciar – de fato, já propiciou – a concentração das melhores terras em mãos de grandes proprietários. Uma das consequências vai ser a reconstituição de latifúndios, principalmente nas zonas mais produtivas", denuncia Cárdenas.

O povo espera a sua vez

Ignorando as pressões internacionais, a junta militar que derrubou Jean-Bertrand Aristide tenta impor uma saída para a crise haitiana que excluiria o retorno do presidente deposto

Claudia Guimarães

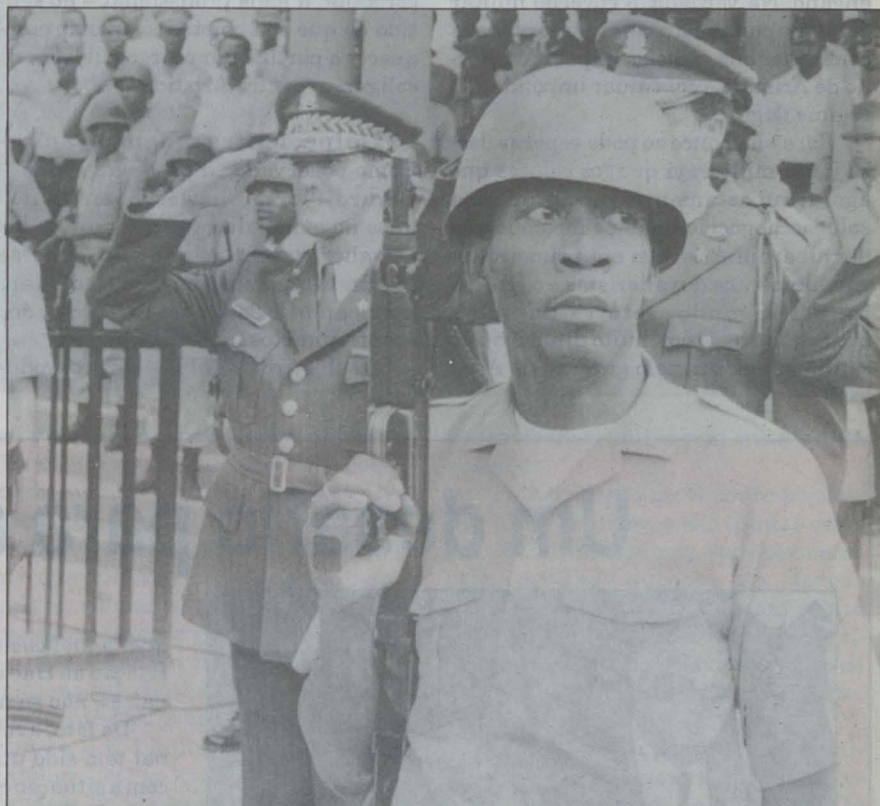
“Quem de nós poderá garantir a paz social no caso do anúncio de um eventual regresso do cidadão Jean-Bertrand Aristide à presidência da república?”

A frase, dita pelo comandante-em-chefe das Forças Armadas do Haiti, Raoul Cedras, líder do golpe que derrubou o presidente Aristide em setembro passado, jogou um balde de água fria nas esperanças de um breve retorno do país à legalidade.

O recado de Cedras, nada sutil, de que o governo militar não pretende se curvar às pressões internacionais, foi dado em 9 de maio, em uma reunião entre o governo, membros do Parlamento e o Exército – ou seja, golpistas ou simpatizantes do golpe. Naquele dia, as três partes apresentaram uma proposta comum de estabelecer um “governo de unidade”, que excluiria o presidente deposto.

Segundo aquele acordo, Joseph Nerette, o presidente interino, se retiraria do governo “no momento oportuno”, enquanto que o primeiro-ministro interino, Jean-Jacques Honorat, e os membros de seu gabinete permaneceriam nos cargos até a organização de um governo de “unidade nacional”.

Diante do repúdio da oposição, principalmente pela exclusão de Aristide



Raoul Cedras (ao fundo): buscando fórmulas que impeçam o retorno de Aristide

dessa composição e pela não fixação de uma data para a saída de Nerette, a Câmara de Deputados do Haiti aprovou dez dias depois uma emenda ao acordo tripartite, segundo a qual o presidente interino deverá deixar o cargo imediatamente depois da instalação de um novo gabinete.

A farsa das negociações – Com essa manobra, os militares estão procurando enterrar definitivamente o protocolo de Washington, assinado em 23 de fevereiro por Aristide e os presidentes do Senado e Câmara de Deputados do Haiti, o qual contemplava o retorno do mandatário em troca de uma anistia para os golpistas, a designação de um primeiro-ministro de transição e a suspensão do embargo decretado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em outubro passado.

Este protocolo nunca pôde ser rati-

ficado pelo Parlamento haitiano por causa de um boicote, em março, de políticos contrários a Aristide, e depois porque foi declarado inconstitucional pela Suprema Corte de Justiça, cujos membros, em sua maioria, foram nomeados depois do golpe.

Além de ignorar as gestões promovidas pela OEA, setores pró-golpistas dentro do Parlamento estão fomentando uma violenta campanha contra a organização. “Procuram atribuir a disposição da OEA de apoiar o processo democrático e constitucional no Haiti a atitudes de tipo racista, qualificando-a de ingerência nos assuntos internos do Haiti”, afirma o sociólogo Gérard-Pierre Charles.

Todas essas manobras confirmam a análise de vários observadores, para os quais a disposição do governo militar de participar do processo de negociações não passou de uma farsa.

Essa opinião também é compartilhada pelo sociólogo haitiano, um dos maiores conhecedores da história do seu país: "A classe dominante do Haiti é a oligarquia mais reacionária da América Latina e adquiriu uma grande experiência na arte da dissimulação e engano. Na verdade, o governo militar estava apenas ganhando tempo para consolidar sua posição, impedir o retorno de Aristide e continuar impondo seu regime ilegítimo".

Para ele, pouco se pode esperar dessa junta militar, já que "os setores que agora, supostamente, procuram uma solução negociada são os mesmos que derrubaram Aristide: em primeiro lugar, elementos duvalieristas e o Exército; em segundo, setores da velha oligarquia, que tem muito dinheiro e se sentia ameaçada pelo governo de Aris-

tide, e em terceiro lugar, a chamada classe política."

Nesse caso, ele inclui todos os políticos que eram candidatos a presidente. "Basta dizer que nas eleições de 1987, havia 27 candidatos. Todos esses elementos da classe politqueira, a mais corrupta, a mais profissional – no sentido de que seu objetivo é apenas enriquecer a partir de um cargo público – se coligaram contra Aristide."

Golpe contra a democracia – Como observador e parte envolvida – Gérard-Pierre Charles viveu muitos anos no exílio, durante a ditadura dos Duvalier, e após o golpe teve que passar algum tempo clandestino –, ele tem acompanhado de perto o desenrolar dos acontecimentos no Haiti.

"O objetivo do golpe – diz, reprodu-

zindo textualmente as declarações de alguns militares – foi 'destruir a esperança'. Cada vez é mais evidente que o golpe não foi contra Aristide. Foi um golpe contra as conquistas democráticas obtidas pela população. Após muitos anos de luta, o movimento popular tinha conseguido formular uma proposta democrática para o país. Uma proposta de modernização do sistema político, baseada no sufrágio universal para eleger o presidente e na participação popular."

Contra essa proposta democratizadora se levantaram o general Raoul Cedras e os integrantes do seu governo, figuras historicamente ligadas ao duvalierismo. "Esse governo militar disfarçado de civil está no poder não há nove meses, mas há 30 anos. Trinta anos de corrupção, repressão, de ditadura –

Um desafio para a OEA



O presidente Aristide assina os acordos de 23 de fevereiro, sob o olhar do secretário-geral da OEA, João Baena Soares

Sob o calor sufocante da primavera caribenha, diplomatas vestidos em impecáveis ternos travam acaloradas discussões. O tema dos debates é o endurecimento do embargo comercial contra o Haiti. Mas o que realmente está em jogo naquela reunião extraordinária de chanceleres latino-americanos em Nassau, capital das Baamas, é a própria credibilidade da Organização de Estados Americanos (OEA), cuja Assembléia Geral se realizaria logo depois.

O tom dos debates foi dado pelo ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Humberto Calderón, ao afirmar

que "a ineficácia que temos demonstrado até agora (em relação ao Haiti) deu margem à falta de ações em outros países, não só no Peru, como também na Venezuela".

De fato, o retorno do Haiti a um governo constitucional tem sido um dos principais desafios da OEA, junto com a situação criada pelo golpe branco do presidente Alberto Fujimori no Peru. Para a organização, a ditadura instalada no Haiti é particularmente incômoda em um momento que ela ergue a bandeira da democracia no continente e procura resgatar sua credibilidade, arranhada desde a guerra das Malvinas, em 1982.

Isso explica a decisão dos chanceleres latino-americanos, tomada em Nassau em 17 de maio, de restringir o tráfego aéreo para o Haiti e negar facilidades portuárias a embarcações que violem o embargo comercial. Na mesma reunião, se exortou os estados-membros da OEA a negar vistos aos autores ou partidários do golpe e a congelar seus ativos. Por último, se encarregou o secretário-geral da organização, o brasileiro João Baena Soares, a esboçar um programa de recuperação econômica do Haiti para ser aplicado quando se restabeleça a democracia.

As iniciativas da OEA não despertaram, porém, grandes expectativas. "É uma boa medida, mas seria ilusório pensar que com ela vai se solucionar nosso problema", declarou Jean Robert Sabala, ministro durante o governo de Aristide. Em termos parecidos se pronunciou o subsecretário de Estado norte-americano, Lawrence Eagleburger, para quem o "êxito das medidas depende da efetividade que tenha sua aplicação".

Nos últimos tempos, a população haitiana começa a se mobilizar, apesar das restrições e perigos



uma ditadura que não hesitou em recorrer a todos os meios para se perpetuar no poder.”

Na sua avaliação, figuras como Cedras ainda são um resíduo do tempo da Guerra Fria. Nesse sentido, ele questiona a posição dos Estados Unidos em relação à junta golpista. “O Departamento de Estado e a Casa Branca manifestaram claramente o seu apoio ao governo surgido das primeiras eleições democráticas no Haiti, mas, na prática, o general Raoul Cedras tem o apoio velado norte-americano. E este é o nó górdio do problema.”

A posição dos Estados Unidos em relação ao Haiti tem sido muito criticada, particularmente no que se refere ao tratamento dispensado aos refugiados. Em uma decisão que provocou muita polêmica, o governo norte-americano resolveu em fins de maio interceptar, ainda em alto-mar, os navios de refugiados haitianos. Com essa medida, pretendem enviá-los de volta ao seu país sem ao menos dar-lhes a oportunidade de pedir asilo político.

Muita retórica, pouca ação – Em todos os foros internacionais, não faltaram nesses nove meses inflamados discursos contra o golpe. Mas a ineficácia das pressões políticas e econômicas, sobretudo das implementadas pela OEA (ver quadro), está levando os haitianos a abandonar a atitude de passiva espera.

Como já não acredita que só as pressões internacionais permitirão o retorno de Aristide, nos últimos tempos a população começa a se mobilizar, apesar das restrições e perigos.

“O povo só espera o momento certo de agir. Ultimamente, começam a haver sinais de resistência, já ativa na Universidade, nos bairros populares, nas igrejas, tanto na capital quanto nas províncias”, afirma.

A experiência adquirida nos últimos seis anos leva agora os haitianos a agir com cautela. “Ao ver a natureza do golpe, o povo recuou, achou melhor não enfrentar abertamente um inimigo que não se detinha diante de nada.”

Por isso, a mobilização tem sido len-

ta, até porque a população perdeu um dos principais instrumentos de mobilização contra a ditadura, as rádios. Desde o golpe, mais de uma dezena delas foi totalmente destruída pelos militares e, até agora, muitos jornalistas são perseguidos, sob a acusação de ter incitado os protestos contra o golpe.

“No momento, não há liberdade de imprensa no Haiti. Nos limitamos a basicamente duas emissoras, uma da burguesia e a Rádio Soleil, da igreja católica, que se autocensuram dando pedaços de informação”, conta Pierre Charles.

Intimidações – A repressão já não é tão aberta quanto nos primeiros dias do golpe, quando se calcula que no mínimo 1.500 pessoas foram assassinadas pelas Forças Armadas. Mas ainda está presente, o tempo todo.

No campo, por exemplo, reapareceu uma instituição que o governo de Aristide tinha dissolvido: a temida Guarda Rural, reconstituída logo após Cedras tomar o poder. Para o sociólogo, isso era de se esperar, já que no interior do país o movimento camponês estava muito organizado e realizando um trabalho comunitário com grande participação popular.

A repressão também tem sido particularmente violenta nas favelas de Porto Príncipe, onde vivem um milhão de pessoas (no total, a população da capital é de um milhão e meio). Embora não estejam formalmente fechadas, as organizações de base, sindicatos, etc., não

podem fazer reuniões sem que a polícia apareça.

“Felizmente, o movimento popular não tinha um líder, e sim muitas cabeças. Mataram algumas, mas permanecem muitas outras. As forças democráticas no Haiti foram muito atingidas, mas as bases da sociedade civil – que era quem apoiava o governo de Aristide – continuam firmes”, garante.

Participação popular – Gérard-Pierre Charles se mostra muito preocupado em relação ao futuro. “Os problemas do Haiti são tão complexos que não há nenhuma saída tecnocrática e neoliberal que sozinha possa resolvê-los”. Tampouco a tradicional “saída” militar: “Se há uma instituição que está totalmente corroída pela crise do sistema é o Exército, onde já se quebrou a hierarquia e se fazem comunicados pedindo aos soldados e oficiais para que não se dediquem ao narcotráfico.”

Ele ressalta que as Forças Armadas haitianas nunca se preocuparam em preparar quadros – a exemplo do que fizeram exércitos de outros países da América Latina – como economistas, administradores, engenheiros, “que poderiam pretender administrar a sociedade e promover o desenvolvimento”.

Para ele, não há solução para os problemas do Haiti à margem do povo. “Faz falta uma grande participação popular e, se há um milagre que se conseguiu no governo Aristide, foi suscitar uma esperança tão grande que move montanhas.”

Um caminho sinuoso



As minas são uma das principais fontes de renda de países como o Botsuana

Problemas estruturais herdados do colonialismo, guerras e secas têm conduzido os países da África negra a um desenvolvimento marcado mais por retrocessos que avanços

Edouard Bailby

De que modo será organizada na África negra a chamada nova ordem internacional que os Estados Unidos e seus aliados europeus querem estabelecer no próximo decênio? A pergunta é fundamental neste momento em que os países ao sul do Saara, os quais em sua maioria conquistaram a independência nos anos 60, estão atravessando uma fase de profunda instabilidade.

Além das guerras internas que começaram a destruir certos estados, como a Etiópia e a Somália, modificando fronteiras até então oficialmente reconhecidas pela Organização de Unidade Africana (OUA), o difícil processo de democratização em outros países (Costa de Marfim, Mali, Camarões, Congo, Zaire) tem agravado os problemas econômicos e sociais.

É difícil prever hoje como será o mapa político do continente africano no ano 2.000, mas os relatórios ultimamente publicados por organismos internacionais não deixam dúvidas sobre a deterioração geral da situação. Convém, portanto, fazer um levantamento dos progressos e fracassos mais significativos para compreender melhor quais são as perspectivas de desenvolvimento nessa região do mundo.

É um erro pensar, antes de mais nada, que a África negra na sua totalidade tenha sofrido um retrocesso em todos os setores das atividades humanas. É esta — bem o sabemos — a tese dos que afirmam a superioridade da colonização sobre a independência num evidente comportamento racista.

Os fatos estão provando o contrário. No seu segundo relatório sobre o desenvolvimento humano, publicado em meados de 1991, o Pnud (organismo da ONU encarregado dos problemas de desenvolvimento) observou que os países do Terceiro Mundo conseguiram realizar em 30 anos o que os países industrializados fizeram em cerca de um século. No caso específico do continente africano, o índice de mortalidade infantil diminuiu em 37% nesse período, en-

quanto que a esperança de vida dos adultos, considerando aí os maiores de 15 anos, aumentou.

Estes resultados são muito positivos, levando-se em conta as precárias condições econômicas e financeiras desses países cujas exportações de produtos agrícolas e minérios dependem essencialmente dos preços no mercado mundial.

Nem tudo é ruim – O mais interessante, porém, é que nem todos os países africanos estão num estado crônico de subdesenvolvimento. Ao contrário do que geralmente se pensa, alguns conseguiram realizar enormes progressos nos últimos 25 anos a tal ponto que já se fala nos “pequenos dragões” da África negra, em uma referência aos “quatro dragões” do continente asiático. Trata-se do Botsuana e de Maurício.

Com 582.000 km² e apenas 1,1 milhão de habitantes, de 1965 até hoje o Botsuana multiplicou por 51 o seu Produto Interno Bruto (PIB). Com um índice de crescimento de 13,9% por ano de 1965 a 1980, isto é, similar à República de Taiwan, e de 9,9% de 1980 à 1990, o Botsuana já tinha em 1990 uma renda *per capita* de 2.040 dólares.

É bem verdade que está classificado entre os quatro maiores produtores de diamantes do mundo. Mas a riqueza do seu subsolo seria insuficiente para conduzir a esses resultados se não houvesse uma boa administração. Em contrapartida, o país importa mais de 80% dos produtos alimentícios consumidos, por falta de terras férteis.

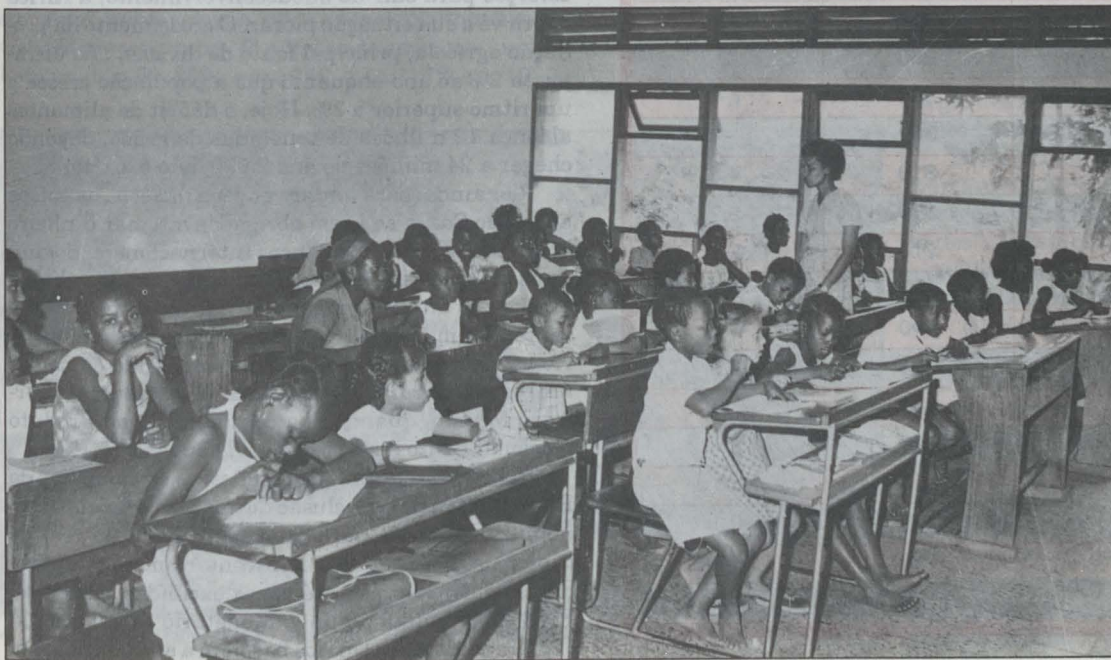
Com uma superfície de 2.040 km², incluindo as suas dependências, e uma população aproximada de 1,1 milhão de habitantes, a ilha de Maurício é o segundo exemplo, mais espetacular ainda, dos progressos realizados. A sua renda *per capita* (2.250 dólares) é pouco superior à do Botsuana e continua sendo a terceira da África negra, depois de Seychelles (4.670) e do Gabão (3.220).

Mas o fato de maior destaque é seu índice de crescimento econômico, que foi de cinco por cento ao ano entre 1970 e 1980, subindo para 5,4% entre 1980 e 1990. Em outras palavras, ao contrário de quase todos os países do continente, Maurício conseguiu manter um índice positivo nos últimos vinte anos. Mais: o crescimento econômico, baseado em atividades industriais novas e no turismo, para contrabalançar as incertezas da produção de cana-de-açúcar, trouxe benefícios para toda a população. Segundo o relatório do Pnud, praticamente todos os habitantes têm serviços médicos assegurados, água potável e saneamento básico. A esperança de vida, calculada em 69,6 anos, é hoje uma das mais altas do Terceiro mundo.

Com exceção de São Tomé e Príncipe, cuja renda *per capita* caiu de 390 dólares em 1970 para 380 dólares em 1990, e sobretudo de Moçambique, cuja renda *per capita* diminuiu no mesmo período de 240 dólares para 80, em consequência da guerra civil, todos os países africanos aumentaram, teoricamente, a sua renda *per capita*.

Porém, se levarmos em consideração o fato de que o dólar de 1990 não se equipara ao dólar de 1970, não será difícil verificar que na realidade apenas 15 dos 46 países africanos puderam assegurar às suas populações uma melhoria, mesmo modesta, do seu nível de vida. Entre eles, figuram – apesar das aparências em contrário – o Burundi, o Chade e o Mali, três países da chamada África de língua francesa que por razões políticas e estratégicas receberam uma ajuda substancial do exterior.

Ajuda mal-orientada – Convém lembrar que em 1971 a Assembléia Geral da ONU votou uma resolução pela qual as nações industrializadas deveriam dedicar 1% do seu Produto Nacional Bruto (PNB) às



Apesar dos esforços de alguns governos, em geral as despesas dos países africanos com o ensino continuam sendo inferiores às dos primeiros anos de independência

Renda per capita		
PAÍS	Renda em dólares (1990)	Crescimento em % por ano (1980-1990)
Seychelles	4.670	2,5
Gabão	3.220	-2,6
Maurício	2.250	5,4
Botsuana	2.040	6,3
Congo	1.010	-0,2
Camarões	940	-0,3
Cabo Verde	890	3,1
Suazilândia	820	1,1
Costa do Marfim	730	-3,7
Senegal	710	0
Zimbábue	640	-0,8
Angola	620	-
Mauritânia	500	-1,8
Guiné	490	-
Comores	480	-0,8
Lesoto	470	-0,9
Zâmbia	420	-2,9
Togo	420	-2,9
Rep. Centro-Africana	390	-1,3
Gana	390	-0,9
São Tomé e Príncipe	380	-4,2
Sudão	380	-
Quênia	370	0,3
Benin	360	-1
Nigéria	350	-3
Burkina Faso	330	1,4
Guiné Equatorial	330	-
Níger	310	-4,5
Ruanda	310	-2,2
Mali	270	1,2
Gâmbia	260	0,3
Serra Leoa	240	-1,5
Madagascar	230	-2,3
Zaire	230	-1,5
Uganda	220	0,8
Burundi	210	1,3
Malawi	200	-0,1
Chade	190	3,3
Guiné-Bissau	180	1,7

nações em desenvolvimento. Na prática, em vez do prometido, a ajuda oficial não ultrapassou globalmente 0,3% nos últimos 20 anos.

Em seu relatório, o Pnud sublinhou que essa ajuda apenas serviu de maneira marginal para melhorar a saúde, a educação e o fornecimento de água. Acrescentou que a ajuda governamental ao desenvolvimento não foi dada em função das necessidades dos países contemplados, mas sim em função da vontade dos países doadores. "Parece - sublinha o dito relatório - que ela foi outorgada de maneira estranha e arbitrária".

No entanto, vale a pena recordar que a África, incluindo os países árabes do continente, foi a região do Terceiro Mundo que mais ajuda recebeu em 1990: 38 dólares por habitante, contra 10 dólares para a América Latina. Na verdade, a metade da ajuda oficial ao Terceiro Mundo foi para a África, sendo que o Egito, com 5,6 bilhões de dólares, recebeu a quarta parte.

Está claro que a ajuda pública dos países industrializados jamais poderá solucionar os graves problemas da África. Trata-se nada mais do que uma panacéia. Num relatório publicado em abril de 1992, o Banco Mundial admitiu que uma diminuição das barreiras comerciais na Europa ocidental, nos Estados Unidos e no Japão aumentaria em 50 bilhões de dólares o conjunto das exportações dos países em desenvolvimento.

Por aí se vê que o livre comércio preconizado pelo Primeiro Mundo é uma estratégia elaborada para tirar o máximo de lucros do Terceiro Mundo, tanto é que a própria Comunidade Européia está reforçando o seu sistema para favorecer apenas a entrada de produtos agrícolas e minérios de sua própria área de influência.

Escassez de comida - Apesar de todos os seus esforços para sair do subdesenvolvimento, a África negra vê a sua situação piorar. O crescimento da produção agrícola, principal fonte de divisas, não ultrapassa 2% ao ano enquanto que a população cresce a um ritmo superior a 3%. Hoje, o déficit de alimentos alcança 12 milhões de toneladas de grãos, devendo chegar a 24 milhões no ano 2.000, isto é, o dobro.

Pior ainda: para tentar vencer a miséria, os países ao sul do Saara se vêem obrigados a tomar dinheiro emprestado junto aos bancos internacionais. Segundo as últimas estatísticas do Banco Mundial, a dívida externa foi multiplicada por 30 em vinte anos, representando em 1990 cerca de 420 dólares por habitante. No caso do continente africano, incluindo os países árabes, isto significa 21,3% da dívida externa do Terceiro Mundo, quando sua contribuição ao Produto Nacional Bruto dessa região é de apenas 13,1%.

Depois de seis anos de estudos, os economistas do Pnud chegaram à conclusão de que o crescimento econômico não basta para analisar a situação real de cada país. Por isso, eles acrescentaram em suas pesquisas outros fatores até agora excluídos do famoso PNB sobre o qual o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os Estados Unidos baseiam a sua política. Foi

assim que eles resolveram levar em consideração também a distribuição da renda entre ricos e pobres, a esperança de vida no dia de nascimento, a porcentagem de alfabetização dos adultos e os anos de escolarização, para ter um melhor retrato da situação real no mundo.

A combinação de todos esses dados estatísticos resultou no "Índice de Desenvolvimento Humano" (IDH), hoje considerado pelos especialistas como o melhor termômetro do processo de desenvolvimento nos últimos vinte anos.

Descobriu-se, assim, que a República dos Camarões, que ocupa o 8º lugar na África negra no que se refere ao PNB, está no 20º lugar segundo os cálculos do IDH. Outro caso significativo: a Costa do Marfim está no 10º lugar pelo PNB, mas ocupa o 23º lugar no que diz respeito ao IDH. No continente africano, é a ilha Maurício que ocupa o primeiro lugar com um IDH de 831 pontos e a Serra Leoa, o último com 48 pontos. Em breves palavras, a grande maioria dos países ao sul do Saara tem um IDH inferior a 500 pontos, significando isto que seu desenvolvimento humano é "fraco", segundo a terminologia do Pnud.

O país colocado em primeiro lugar no mundo é o Japão com 993 pontos, seguido do Canadá (983 pontos). O Brasil está no 60º lugar com 754 pontos.

Cresce o analfabetismo—Todos os peritos estão de acordo em afirmar hoje que não há possibilidade real de desenvolvimento sem ensino primário e secundário para todos. No seu "Relatório mundial sobre o ensino", publicado em 1991, a Unesco alinhou estatísticas preocupantes. O número de africanos analfabetos subiu de 13%, em 1970, para 15% em 1990,



devido alcançar 16% no ano 2.000, em vista do crescimento demográfico.

Há outro fato muito mais grave: as despesas relacionadas com o ensino, que têm diminuído desde 1980, continuam sendo inferiores ao nível dos primeiros anos após a independência, passando no continente africano de 1,3 bilhão de dólares, em 1970, para 11 bilhões em 1980 e 7,1 bilhões em 1988. Isto representa 90 dólares por aluno em 1988, contra 133 em 1980. A título comparativo, vale lembrar que nos países industrializados as despesas de ensino por aluno aumentaram no mesmo período de 1.862 dólares para 2.888 dólares.

O caso mais dramático da África negra é o da Nigéria, com 29 milhões de analfabetos em 1990, isto é, um terço da população. Apesar dos bilhões de dólares que o país arrecadou com o petróleo, o número de pessoas que não sabem ler nem escrever aumentou em 20% nesses últimos 20 anos. Quando se compara a situação da mais poderosa nação da África negra com a pequena ilha de Cuba, na América Latina, não há como negar o êxito da revolução de Fidel Castro.

Desenvolvimento, portanto, não é só problema de "ensino para todos". É também uma questão de vontade política. Infelizmente, ainda submetidos aos interesses econômicos e estratégicos das antigas potências coloniais, explorados pelas multinacionais, atravessando longos períodos de seca ou guerra civil, muitos países africanos ainda não conseguiram encontrar o verdadeiro caminho da independência.

Nigéria: apesar da enorme receita obtida com o petróleo, o país ainda é marcado pelas desigualdades sociais



A constante desvalorização das matérias-primas traz grandes prejuízos à África

Cessar-fogo, uma meta ainda incerta

A guerra, a seca e as políticas do FMI têm levado Moçambique a viver seu pior momento desde a independência

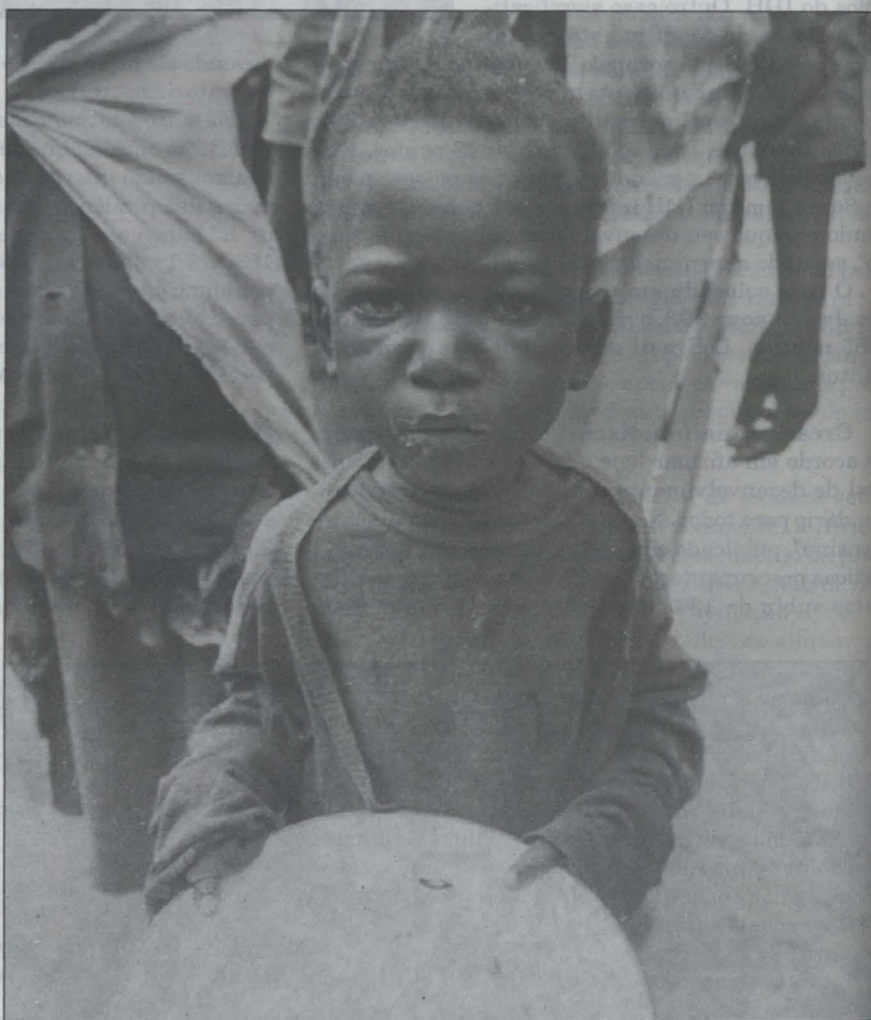
Josefa Makumbe

Talvez nenhum continente tenha vivido nos últimos três anos mudanças tão significativas como a África. Mas as consequências na política internacional da desintegração da União Soviética e do fracasso do comunismo no Leste europeu fizeram com que a informação sobre essa profunda alteração do perfil político africano fosse relegada nos meios de comunicação, que normalmente dedicam muito pouco espaço à cobertura da política do complexo mundo agora denominado *Sul*.

De fato, em parte por um processo próprio de evolução, e também em grande medida pelas mudanças nos países socialistas, a África está sofrendo uma transformação profunda em suas estruturas políticas, só comparável à que viveu esse continente nos anos 60 e 70, com o fim da era colonial. Dessa época, as jovens nações africanas herdaram — com raras exceções — um sistema de partido único, muitas vezes liderados por militares.

Não era o partido único do modelo imposto na Europa pelo *socialismo real*. Quase sem exceção, esses partidos de governo eram a expressão política das forças que haviam lutado e conquistado a independência, alguns dos quais adotaram depois da tomada do poder uma definição marxista-leninista, sem ter, não obstante, uma história ou inclusive uma composição social similar à dos partidos da União Soviética ou do Leste europeu.

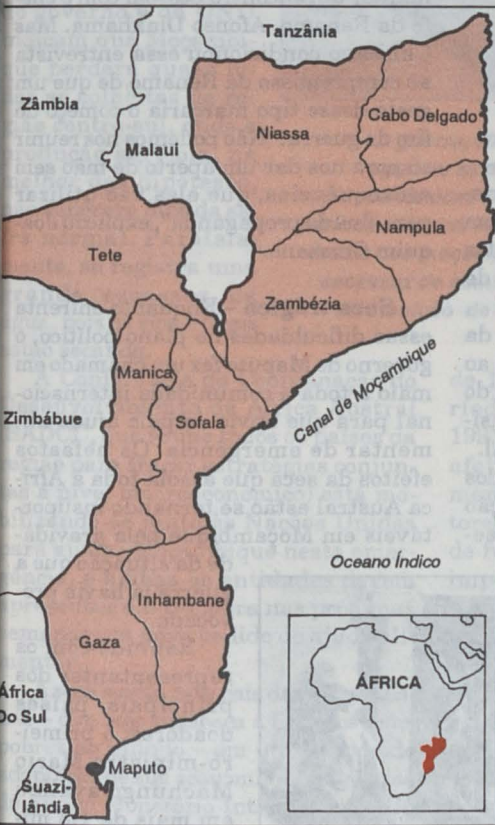
Essa opção se devia, em geral, mais à vontade de construir uma sociedade



diferente da que se havia herdado do colonialismo — no qual as maiorias negras nunca ascenderam à categoria de cidadãos —, que a uma aceitação profunda e consciente de todos os postulados teóri-

cos e do modelo defendido pelos partidos marxistas-leninistas de orientação pró-soviética.

Com o começo da *perestroika*, que coincidiu com um período muito difícil



Dificuldades econômicas e ambientais aumentaram a pobreza em Maputo (acima) e no interior e levaram muitos moçambicanos a fugir do país

As dificuldades econômicas, somadas a vários anos consecutivos de secas que comprometeram colheitas e mananciais e levaram milhões de pessoas a deslocar-se em busca de refúgio e comida, abriram espaço para um crescente descontentamento social.

A exigência de uma renovação política cresceu do norte ao sul do continente, tanto na África árabe como ao sul do Saara. E nos últimos três ou quatro anos, em maior ou menor medida, os governos foram cedendo às pressões e promovendo mudanças a nível político e econômico, encaminhando-se para um sistema pluripartidário e uma economia mais aberta.

A antecipação de Samora Machel – Em Moçambique, a primeira manifestação do desejo do partido Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) de flexibilizar o modelo adotado nos primeiros anos posteriores à independência foi a decisão de abrir espaço à iniciativa privada no setor de serviços, estatizado junto com o restante da economia em 1975. Era, na verdade, uma antecipação do presidente Samora Machel, que morreria em 1986 em um suspeito acidente aéreo em território sul-africano.

Esse grande estadista que foi Samora Machel já sentia, em fins da década de 70, as limitações do modelo totalmente estatizante. Esse modelo, por outra parte, não havia sido escolhido pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) por livre vontade, mas tinha sido implantado devido à falta de capital privado no país. Os portugueses e sul-africanos que dominavam a economia da colônia haviam fugido para praças consideradas “mais seguras” e não existia em Moçambique uma burguesia negra capaz de assumir algum papel na nova república.

A morte prematura de Samora e o fato de a África do Sul e alguns capitalistas portugueses nunca terem se conformado de perder o controle de Moçambique contribuíram para dificultar o processo de abertura, que deveria ter sido o primeiro a ser concretizado, com menos custo social e econômico para o povo moçambicano.

Mas o que ocorreu é que as Forças Armadas sul-africanas e mercenários portugueses reagruparam os poucos efetivos ainda existentes em Moçambique dos grupos armados que tinham feito oposição ao governo da Frelimo, surgindo assim a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Sempre bem abastecida logisticamente pelos sul-africanos, esta organização não deu tréguas ao sucessor de Samora, o presidente Joaquim Chissano.

Com a mesma tática usada pelos *contras* da Nicarágua, a Renamo nunca mostrou uma disposição clara de acumular forças para tomar o poder, mas se dedicou a destruir colheitas, a matar camponeses, fazer atentados terroristas nas grandes cidades, dinamitar estradas de ferro e pontes, criar o caos e disseminar o medo, para corroer progressivamente as bases de apoio do governo da Frelimo.

A luta, chamada equivocadamente nos meios de comunicação de “guerra civil”, já causou a morte de 900 mil pessoas e, em parte, rendeu a seus instigadores os dividendos que esperavam. Ao enfrentar todo tipo de sabotagens às instalações industriais, à malha viária e à infra-estrutura econômica em geral, o governo viu muito limitada sua capacidade de responder às demandas da população.

Centenas de escolas estão fechadas como consequência das operações de desestabilização da Renamo. São cada

das economias africanas – em franco declínio nos últimos cinco anos, e fundamentalmente depois do colapso soviético –, o modelo que se buscava implantar na África tomando como referência o exemplo da URSS também entrou em fase de questionamentos. Poucos eram os países nos quais o partido do governo não estava desgastado pelo exercício do poder.

vez mais comuns, principalmente em Maputo, a capital, e Beira, a segunda cidade do país, as manifestações de protesto contra a situação de insegurança que se vive nos centros urbanos, particularmente nos subúrbios. As forças de ordem são acusadas de inoperância e cresce o sentimento de que o governo não vai conseguir deter as ações terroristas.

Apesar das mudanças internas na África do Sul no sentido de eliminar o apartheid, o governo de De Klerk não mudou sua posição em relação à política de desestabilização do governo de Maputo. Embora há quem afirme que os setores das forças armadas sul-africanas que apóiam a Renamo estão atuando por conta própria, não se observam por parte do governo de Pretória medidas claras visando a investigar essas iniciativas e, muito menos, acabar com elas.

Recentemente, duas camponesas moçambicanas conseguiram fugir de um campo de treinamento da Renamo em território sul-africano, na região de Tomani. Já em Maputo, afirmaram aos correspondentes estrangeiros e aos meios de comunicação de Moçambique que os rebeldes usam veículos militares sul-africanos para deslocar-se para a fronteira, de onde desencadeiam suas operações terroristas em território moçambicano.

Mais ainda, elas denunciaram que os próprios militares sul-africanos entram com as forças da Renamo em Moçambique para caçar elefantes e outros animais de grande porte, cuja carne e marfim são vendidos na África do Sul.

Uma negociação difícil – A Fretilimo, apesar de suas desconfianças em relação à credibilidade da palavra da direção da Renamo, iniciou já há algum tempo conversações com os rebeldes. Quase todas as rodadas desse difícil diálogo aconteceram em Roma, sob os auspícios do governo italiano e de uma enti-

dade católica, a Comunidade Santo Egídio.

Pouco ou nada se avançou na prática, apesar de o governo Chissano ter cumprido com sua parte dos compromissos, fundamentalmente ao promover reformas na Constituição que abriam caminho para a instalação no país do pluripartidarismo.

A Renamo não só não fez nenhum gesto concreto que indicasse um honesto desejo de contribuir para a pacificação do país, como também nos últimos

■

*Está difícil vencer
o círculo vicioso
em que a guerra,
a seca e as políticas
do FMI mergulharam
o país*

■

meses intensificou suas ações terroristas, sobretudo nas áreas urbanas, com massacres e saques a estabelecimentos comerciais em diferentes bairros de Maputo.

As pressões internas em favor da paz cresceram em proporção direta ao aumento do terrorismo e da psicose do medo provocadas pela violência inusitada que se passou a viver na capital.

Em abril passado, foram realizados dois seminários sobre a reconciliação nacional, um promovido pelo Conse-

lho Cristão de Moçambique (Cocrimo) e outro pela Igreja Metodista de Moçambique. Nesses mesmos dias houve um debate público sobre a reconciliação nacional, com grande participação popular, promovido pelo Centro de Estudos Estratégicos, criado recentemente.

Por sua vez, a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM) lançou um apelo público ao governo e à Renamo para pôr fim à violência que assola o país há 15 anos. O presidente Chissano respondeu ao chamado dos trabalhadores assinalando que essa exortação devia ser dirigida à Renamo. "A paz deve ser exigida à Renamo, que é quem provoca a guerra, não ao governo", afirmou o chefe de estado.

O presidente está sendo muito pressionado, interna e externamente, a manter um encontro pessoal com o chefe da Renamo, Afonso Dlakhamá. Mas Chissano condicionou essa entrevista ao compromisso da Renamo de que um gesto desse tipo marcaria o começo do fim da guerra. "Não podemos nos reunir só para nos dar um aperto de mão sem consequências, que eles vão utilizar para fins de propaganda", explicou Joaquim Chissano.

Seca trágica – Enquanto enfrenta essas dificuldades no plano político, o governo de Maputo fez um chamado em maio a toda a comunidade internacional para que envie ao país ajuda alimentar de emergência. Os nefastos efeitos da seca que assola toda a África Austral estão se tornando insuperáveis em Moçambique pela gravidade da situação que a guerra já havia provocado.

Reunido com os representantes dos principais países doadores, o primeiro-ministro Mário Machungo avaliou em mais de 1,3 milhão de toneladas de alimentos as necessidades mais urgentes de Moçambique para o biênio 92/93. Desse total, o governo estima que só terá capacidade para cobrir 6% com importações comerciais.



Samora Machel (ao fundo) já sentia as limitações do modelo totalmente estatizante

Pelo menos 460 mil toneladas de alimentos serão distribuídas gratuitamente às populações atingidas de forma mais severa pela seca, estimadas em 3,1 milhões de pessoas. A falta de chuvas também afeta as regiões vizinhas de Moçambique, para onde emigraram milhares de refugiados. O governo do Malawi informou às autoridades de Maputo que só poderá ajudar a alimentar os refugiados até junho, por causa da grande perda registrada em suas próprias colheitas.

Estudos conjuntos do governo e da ONU indicam que Moçambique perderá quase todas as colheitas da região centro-sul, onde a produção agrícola, na melhor das hipóteses, não superará 30% da safra normal. Paralelamente, se registra uma grande escassez de água, pois os rios e lagos estão secando.

A Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que reúne todos os países da região para traçar estratégias conjuntas a nível macroeconômico) está mobilizando-se junto às Nações Unidas para ajudar Moçambique nesta emergência, e ambas as entidades devem apresentar em Genebra nas próximas semanas um novo pedido de ajuda alimentar.

A seca assola este país da África Austral – que hoje encabeça a lista dos mais pobres do mundo – em um período de adaptação de sua economia às exigências do Fundo Monetário Internacional. Há três anos, Moçambique busca imprimir uma nova dinâmica à sua economia, abandonando as teses mais ortodoxas e aceitando as diretrizes do FMI.

Lamentavelmente, a emenda foi pior que o soneto. Nos dois primeiros anos, 1988 e 1989, o programa de reajuste estrutural obteve taxas de crescimento médias de 3,2%. Mas, segundo dados divulgados em abril passado, essa taxa caiu drasticamente a menos

de 1% no período 1990-1991. A baixa afetou seriamente os setores têxteis e de fumo, dois importantes itens da economia moçambicana. Como consequência da falta de êxito nas políticas de ajuste, têm aumentado o descontentamento, o desemprego e a pobreza, já endêmica.

Para piorar, um país como a Suécia, tradicional aliado de Maputo, reduziu este ano sua ajuda a 65 milhões de dólares, um corte de 13% em relação aos anos anteriores.

Nesse complexo contexto, o cessar-fogo entre as autoridades de Maputo e a Renamo passa a ser uma reivindicação cada dia mais forte da população. O desespero pela falta de saídas visíveis à crise leva as pessoas a equiparar as res-

ponsabilidades do governo e dos mercenários da Renamo pela continuidade do conflito.

Algo parecido já se viu na Nicarágua, onde a Frente Sandinista perdeu o governo diante da promessa de paz de Violeta Chamorro. A experiência nicaraguense está presente na cabeça dos líderes de Maputo. Mas, para esses dirigentes, apesar de sua experiência, está sendo difícil encontrar uma saída para o círculo vicioso em que a guerra, a seca e as políticas do FMI têm afundado o país.



A guerra, aliada à seca, agravou as dificuldades econômicas herdadas do período colonial. Hoje, o maior drama dos moçambicanos é a escassez de comida (acima, distribuição de alimentos)



A democratização e os desafios do futuro

Após a assinatura dos acordos de paz, Angola cria as condições para a reconstrução econômica e a democratização política do país

Francisco Romão*

Mais de um ano depois da assinatura dos acordos de cessar-fogo entre o governo e as forças guerrilheiras da Unita (União Nacional pela Independência Total de Angola), os angolanos vivem hoje um clima de maior confiança no futuro, uma vez ultrapassada a principal barreira que impedia o desenvolvimento sócio-econômico do país: a guerra. A instauração da democracia multipartidária abriu espaço a todas as forças políticas do país e o momento atual é caracterizado por profundas transformações políticas e econômicas. A lei constitucional so-

freu alterações significativas para adaptar-se à nova realidade, eliminando dos seus artigos o sistema de partido único e todos os dispositivos legais que impediam o surgimento de outros partidos políticos.

A abertura política teve efeitos imediatos. Várias formações políticas, os chamados "emergentes", surgiram apostando nas eleições presidenciais e legislativas previstas para setembro próximo. Para a sua legalização, de acordo com as exigências do Supremo Tribunal, todos os partidos políticos devem reunir três mil assinaturas, sendo 150 em cada uma das 14 províncias. Reunida esta condição, todo partido

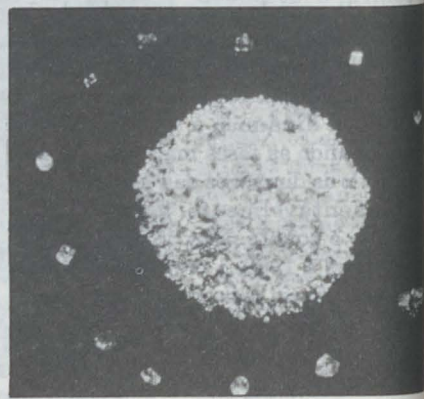
político estará em condições de apresentar seus candidatos para as eleições que se aproximam.

Por iniciativa do governo, realizou-se na primeira quinzena de janeiro uma reunião multipartidária com caráter vinculativo, onde foram analisadas e discutidas as leis que regularão todo o processo eleitoral, especificamente a lei dos partidos políticos, eleitoral, de imprensa e do direito de acesso ao rádio e à televisão.

Foi uma semana de profundas e acaloradas discussões, que deixaram patente não só a maturidade da maioria dos participantes, como demonstraram claramente que as próximas eleições



Findo o pesadelo da guerra, o país se reorganiza e passa a explorar melhor suas riquezas, entre elas o diamante e o petróleo



serão bastante disputadas em todos os pontos do país.

O processo eleitoral – Os acordos de paz estabeleceram como premissa fundamental a formação de um Exército Nacional único, composto à base de efetivos do exército governamental e das forças guerrilheiras da Unita, com o fim de afastar eventuais confrontos entre as duas partes, anteriormente opositoras. Decorre neste momento o processo de acantonamento dos efetivos militares e espera-se que a formação do exército seja realizada antes das eleições.

Todo este processo é acompanhado de perto pela CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar) com apoio de um grupo de fiscalização internacional composto por um representante de Portugal, Estados Unidos e da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

Paralelamente, o Ministério da Administração Territorial está engajado em estender sua ação por todo o espaço nacional, principalmente nas áreas ocupadas pela Unita, com vistas a facilitar o recenseamento das populações para o registro eleitoral.

As eleições serão precedidas por um período oficial de campanha, cuja duração será determinada após um processo, já iniciado, de consultas entre todas as forças políticas angolanas. Todos os cidadãos de idade superior a 18 anos poderão votar, participar

na campanha eleitoral e apresentar-se às eleições sem qualquer discriminação.

O novo presidente será eleito por sufrágio direto e secreto, através de um sistema majoritário, com recurso à um segundo turno, se necessário, enquanto que a Assembléia Nacional (Parlamento) será eleita por voto direto e secreto, mediante um sistema de representação proporcional a nível nacional.

Os desafios econômicos – O advento da paz trouxe para Angola perspectivas mais animadoras. Neste momento, o país está mergulhado em profunda crise econômica, devido fundamentalmente aos elevados custos financeiros que a defesa da integridade territorial exigiu e às agressões armadas do Exército sul-africano. Os prejuízos causados foram avaliados em dez bilhões de dólares, pois os principais alvos foram as fábricas de todo o tipo, estradas, pontes e hidrelétricas.

Angola tem tudo para se transformar em uma grande potência econômica, a julgar pelos incalculáveis recursos naturais que dispõe. Além da fertilidade dos seus solos, propícios à cultura do algodão, milho, arroz, mandioca, sisal, cana-de-açúcar e café – do qual chegou a ser o quarto maior produtor mundial –, ela tem enormes jazidas de petróleo, ferro, ouro, diamante, manganês, prata e platina.

A abertura à economia de mercado permitirá desenvolver todo o potencial de potencialidades, já que aos agentes econômicos privados o governo tem dado todo o apoio possível para investirem nas mais diversas áreas de produção industrial e agrícola. Fábricas de pequeno e médio porte, antes pertencentes ao Estado, são, através de concursos públicos, alienadas aos privados no sentido de dotá-las de maior produtividade e rentabilidade.

As autoridades governamentais reservam igualmente um lugar especial para o investidor estrangeiro, tendo já criado uma lei que estabelece inúmeras vantagens para todos os que estejam interessados em investir em Angola em áreas como a agricultura, pecuária, indústria mineira, pesca e indústria de materiais de construção.

Especialistas internacionais em assuntos econômicos afirmam que, num prazo de dez anos, Angola atingirá níveis tais de desenvolvimento que a colocará como um dos mais promissores Estados africanos.

Enquanto que aos especialistas cabem as previsões, para os angolanos a obrigação permanente deverá ser trabalhar sempre mais, para tornar realidade o seu sonho de viver melhor. ■

* O sr. Francisco Romão é embaixador de Angola no Brasil



Miragens no deserto

Karen Kramer*

Já se passou mais de um ano da Guerra do Golfo e, surpreendentemente, a região está quase como era antes da deflagração do conflito. No entanto, durante a crise, começou a aflorar uma série de forças renovadoras que querem se fazer ouvir. Por exemplo, se detecta desde então uma inusual atitude militante de muitos kuaitianos e sauditas, que exigem uma maior participação política em seus próprios países.

Durante várias décadas, as famílias governantes da Arábia Saudita e Kuait tiveram sob controle a oposição política. Os questionamentos existiam, mas eram limitados e fáceis de conter.

No Kuait, a tragédia pela qual passou a nação fez com que se questionasse o governo e fortaleceu a posição de quem reivindica uma maior participação na tomada de decisões. O grau de militância exibido por muitos kuaitianos que ficaram no emirado durante os sete meses de ocupação iraquiana con-

A prometida liberalização política e econômica do Kuait e Arábia Saudita ficaram só no discurso. A médio prazo, a tática de ignorar as demandas populares pode desestabilizar os governos monárquicos dos Al-Sabah e dos Fahd

tribuiu para difundir a idéia de que a vida política não pode continuar sendo a mesma que antes do conflito.

Na Arábia Saudita, setores liberais da sociedade sustentam há muito tempo que para continuar modernizando o país é necessário criar uma sociedade mais

aberta, promovendo políticas sociais.

Esta atitude militante esbarrou na firme oposição do aparelho religioso do país — que mantém inflexivelmente sua visão conservadora da sociedade — e com a falta de vontade política da monarquia para democratizar o país. Um intenso e crescente debate público sacode as instituições, e tanto liberais como muçulmanos ortodoxos apresentaram ao rei numerosos pedidos de maior participação no processo político.

Embora muitos observadores prognosticassem que os dois regimes adotariam uma posição dura diante dessas reivindicações, em ambos os países têm sido registradas iniciativas que talvez pudessem abrir caminho para uma liberalização política.

Medidas tímidas — No Kuait se anunciou a reabertura da Assembléia Nacional e se convocaram eleições para outubro deste ano a fim de designar os membros deste organismo legislativo. Na Arábia Saudita se criou por decreto

Setores da população do Kuait começam, timidamente, a cobrar a democratização prometida pelo emir Jaber Al-Sabah (ao centro)



real um Conselho de Consulta, se concedeu maior autonomia política às províncias e se revisaram as formas a serem aplicadas para a sucessão do rei. Resta ver até que ponto estas medidas permitirão uma maior participação política.

A reabertura da Assembléia Nacional Constituinte tem sido uma das principais reivindicações da oposição kuaitiana. A Assembléia era a única instituição desse tipo na região do Golfo, já que realmente controlava o exercício de poder por parte dos governantes da dinastia Al-Sabah. A maioria do membros da Assembléia Nacional era eleita em votação secreta, devia aprovar todas as leis e as verbas estatais e podia anular o veto do emir com uma maioria de dois terços.

Mas em 1986 o emir fechou – pela segunda vez – a Assembléia. Embora isto tenha causado mal-estar, o governo fez concessões em matéria de empregos, contratos, subsídios, serviços e assistência social, com o objetivo, em boa parte alcançado, de atenuar o descontentamento.

De qualquer forma, o movimento

democrático se fortaleceu entre 1989 e 1990, quando setores de comerciantes frustrados pelo andamento da economia se uniram a grupos liberais, nacionalistas e islâmicos que reclamavam uma maior participação política. Este fato, aliado ao abalo social provocado pela invasão – que fez voltar a atenção sobre a atuação governamental – alimentou esperanças de liberalização política.

Ansiosa de conservar apoio popular, a família governante prometeu à oposição kuaitiana que voltaria a convocar a Assembléia Nacional.

No entanto, desde a libertação do país os observadores se mostram cada vez mais pessimistas com relação às possibilidades de uma real abertura política no Kuwait. Muito dependerá do que acontecer nas eleições de outubro.

A impressão generalizada é que a família Al-Sabah, por mais abalada que esteja, tem menos interesse que nunca em dividir o poder, e está disposta a dedicar consideráveis esforços – e muito dinheiro – para garantir que isso não aconteça. A notória indiferença demonstrada até agora pela comunidade internacional – em especial por Washington – em torno do assunto da liberalização política no Kuwait não ajuda em nada os setores reformistas.

Uma população esgotada – Os passos dados pelo governo kuaitiano desde a crise, em particular sua apa-

Príncipe Al-Faisal: a monarquia saudita não parece disposta a criar uma sociedade mais aberta, como pedem tanto liberais quanto muçulmanos ortodoxos

rente renúncia em permitir que se fortaleça o setor privado, indica que trata de consolidar seu poder econômico e a relação paternalista-clientelista que tem com os cidadãos do país. A política implementada é oferecer bem-estar econômico em troca de apoio político.

Por outro lado, se o regime conseguir que determinadas famílias chaves de comerciantes abandonem o movimento democrático, tentadas por lucrativas concessões e *benesses* do Estado, poderia se tornar muito difícil para oposição enfrentar o governo com perspectivas de êxito. A oposição, de fato, está dividida e já não parece contar com o amplo apoio que recebeu do povo kuaitiano imediatamente após a guerra.

Na realidade, a população parece esgotada pelos esforços que teve que realizar para normalizar sua vida. O governo colaborou neste processo, ao aumentar os salários dos funcionários públicos e perdoar o pagamento dos empréstimos para a moradia e consumo, em um total de 7 bilhões de dólares. Os Estados Unidos, por sua vez, abriram um crédito de 20 bilhões de dólares aos endividados bancos comerciais. Neste contexto, são boas as possibilidades da família governante consolidar seu poder.

De fato, as famílias governantes do Kuwait e da Arábia Saudita podem continuar controlando os processos políticos mediante a perpetuação do sistema de clientelismo e favorecimento usados para repartir seletivamente a receita gerada pelo petróleo em troca de apoio político. E se os preços do óleo cru se mantêm altos por um período prolongado, certamente essas famílias disporão dos enormes somas que este sistema requer.

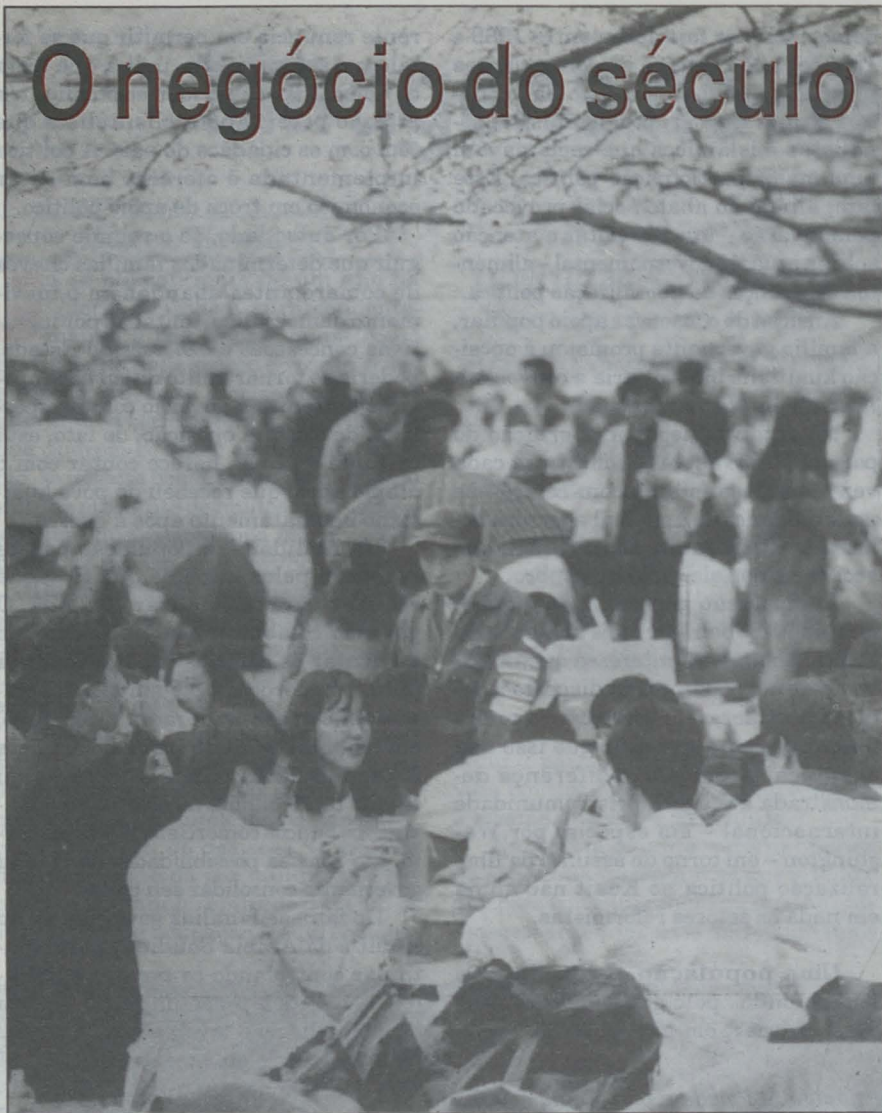
Mas o sistema apresenta pontos vulneráveis que suscitam dúvidas em relação às suas perspectivas de estabilidade a longo prazo. Se o descontentamento popular aumentar e não houver canais políticos para expressá-lo, a oposição poderia radicalizar.

Parece que estes assuntos não inquietam o Ocidente, uma vez que está preocupado em garantir o acesso ao petróleo da região. Mas se os Estados Unidos basearem sua política regional nestes governos, terá que prestar ainda que seja uma mínima atenção à relação entre a liberalização política e a estabilidade a longo prazo. ■

*Karen Kramer é editora geral da revista *Mideast Report*, que é publicada em Nova Iorque



O negócio do século



O intercâmbio econômico entre o Japão (foto), Rússia e China ainda é muito reduzido

O acordo russo-japonês sobre as ilhas Kurilas poderia abrir caminho para que uma cooperação inédita entre a ex-URSS, Japão e China transfira o centro do poder mundial

Johan Galtung*

O acordo russo-japonês sobre as ilhas Kurilas do Sul pode resultar em uma das mais importantes mudanças geopolíticas desse século sangrento e terrível.

O acordo, que porá fim à disputa territorial entre as duas potências — ou pelos menos dará origem a uma declaração de intenções —, vai ser assinado em meados de setembro durante a visita do presidente russo Bóris Yeltsin ao Japão. Duas das ilhas serão devolvidas ao Japão imediatamente e as outras duas mais adiante, seguindo uma complexa fórmula.

Em relação à origem da disputa, as duas partes declararam solenemente que “toda culpa cabe ao stalinismo”.

Isso é um desatino histórico, já que a raiz deste problema reside nos acordos de Yalta, onde Roosevelt e Churchill tiveram tanta responsabilidade quanto Stálin. Mas o fato é que, no atual estágio de negociações, a definição de um inimigo comum se torna muito útil.

Potencial econômico — Observemos o mapa mundi. Existem três grandes países na Ásia oriental: o maior do mundo (a antiga União Soviética, embora a Rússia, sozinha seja enorme), o mais povoado (a República Popular da China) e o que tem a mais dinâmica economia do mundo (o Japão). E, no entanto, o intercâmbio entre os três é muito limitado.

O comércio ao longo da fronteira sino-russa é escasso. O intercâmbio entre o Japão e a China é importante, mas muito inferior ao que poderia ser. E entre Rússia e Japão, existe um obstáculo chamado “os territórios do norte” ou “as ilhas Kurilas do Sul”. Mas, se os três gigantes comessem a cooperar, em breve se veria onde realmente se encontra o centro do mundo hoje.

Para os japoneses, a importância dos territórios do norte não é de ordem econômica, nem militar, mas sobretudo cultural ou, para ser mais preciso, teológica. O Japão, a morada escolhida pela deusa do Sol, ficou desmembrado pela perda das ilhas. Agora, o corpo está sendo restaurado e recuperando toda sua vitalidade.

Os países vizinhos encaram processos semelhantes. Na Coreia, o Norte (comunista) e o Sul estão se aproximando; o Vietnã se unificou depois da sua vitória em 1975 perante os Estados Unidos, a quarta potência que derrotou em uma geração. A China, por sua vez, está sendo unificada: Hong Kong será reintegrada ao país em 1997 e Taiwan (Formosa) e Macao também posteriormente.

Estes são os quatro países budistas-confucionistas, cuja população no total, chega a 1,4 bilhão de habitantes. É uma fórmula que tem um potencial incrível, inclusive do ponto de vista econômico. Prognósticos formarão um mercado comum depois que superarem seus problemas internos.

A influência religiosa – Os budistas são melhores que os cristãos na hora de resolver conflitos do passado. “Compartilhamos um karma ruim” oferece mais possibilidades do que “eu estava certo e você errado; você era culpado, deveria se arrepender e pedir desculpas”.

Para a maior parte dos russos, a restituição das Kurilas não significa absolutamente nada. Não há mitologias e considerações econômicas em torno delas. É apenas o símbolo de uma vitória na Segunda Guerra Mundial. Mas no contexto das relações russo-japonesas, um entendimento sobre as ilhas abrirá as portas que impediam um dinâmico intercâmbio entre os dois países.

A visão econômica de Yeltsin é suficientemente generosa para deixar espaço na área aos interesses dos países altamente industrializados. Com certeza, no futuro, chegarão créditos e especialistas, surgirão e se expandirão novos mercados.

Novo centro de poder – Nesse contexto, talvez os Estados Unidos exijam os mesmos direitos do Japão, mas a superpotência está na bancarrota e não terá dinheiro para se impor. O Japão, no entanto, mesmo que tivesse que ajustar seriamente sua economia –

a queda do índice da Bolsa nipônica é um bom sintoma de uma tendência especulativa que deve ser corrigida –, pode dispor de somas enormes acumuladas durante muitos anos de excedentes nas contas correntes.

Os japoneses ocuparão, assim, o espaço econômico aberto em várias repúblicas

De forma que, para os japoneses, a entrada na região será tão simples quanto pular amarelinhas, muito mais fácil do que o jogo nefasto no qual se enredaram em 1931 na Mandchúria, em busca de terra para uma população cada vez mais numerosa.

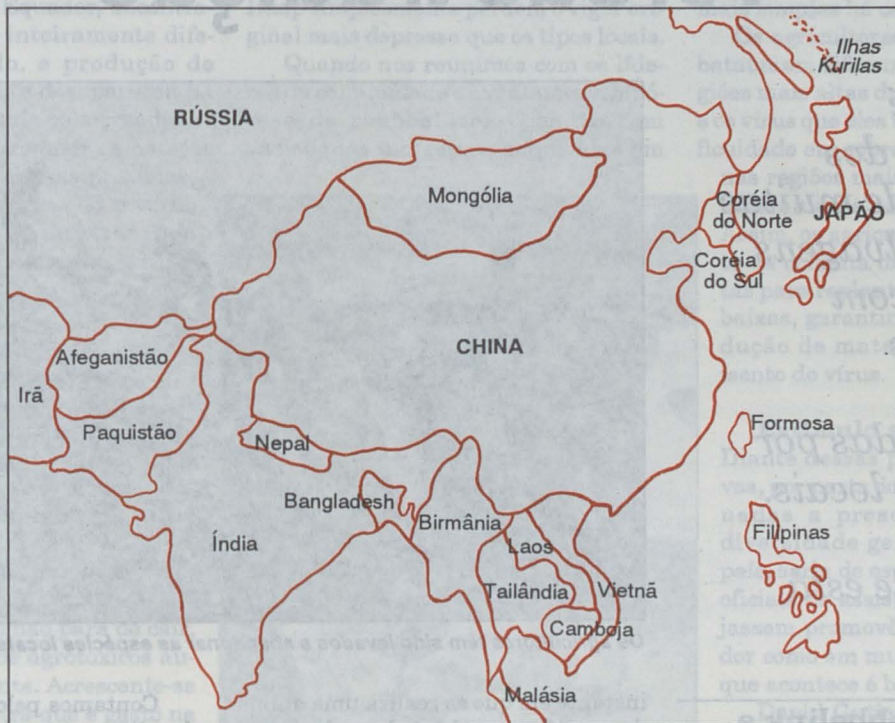
E se os três irmãos confucionistas são convidados a participar no grande negócio e, portanto, se “transferem” para esforçados trabalhadores coreanos, chineses e vietnamitas as tarefas desagradáveis que os japoneses não gostam de fazer? Não se trata de algo tão improvável.

Considerações demográficas contribuem para dar impulso a esta idéia: a ex-União Soviética é o país mais despovoado do mundo (entre os países com maior densidade demográfica estão

o Japão, em terceiro lugar, o Vietnã, em nono e a Coreia do Sul, no décimo-terceiro).

Enfim, todas as condições estão dadas para que, de uma possível aliança entre os três países asiáticos, surja o futuro centro do poder mundial.

* Johan Galtung, professor de estudos sobre a paz na Universidade de Havaí, em Honolulu, é escritor e um especialista em temas de paz, desenvolvimento e relações Norte-Sul



e regiões autônomas do leste da ex-União Soviética, incluindo a república russa. Do Oriente chegarão até os Urais, para onde também avança – vindo do Ocidente – outro ambicioso investidor, a Alemanha.

O Extremo Oriente é, para os russos, o que a região Oeste foi para os norte-americanos: uma zona dinâmica para um povo dinâmico, demasiado afastada de Moscou para que possa ser controlada e dirigida a partir da capital.

OS NÚMEROS FALAM POR SI

Países	População	Área	PNB	Renda per capita	Força de Trabalho
Rússia	147.386.000	17.075.400 km ²	US\$ 434 bilhões	US\$ 4.600	–
China	1.133.682.500	9.571.300 km ²	US\$ 393 bilhões	US\$ 360	553.290.000
Japão	123.611.541	377.748 km ²	US\$ 2,92 trilhões	US\$ 23.730	61.660.000

Batata: "modernidade" versus tradição

A batata é originária dos Andes, onde muitas espécies selvagens convivem com variedades indígenas desenvolvidas por lavradores locais. Hoje, esta diversidade está ameaçada

Henk Hobbelink e Miges Baumann*

Enquanto o nosso jipe escala a montanha, subindo com dificuldade uma estrada de terra inclinada e poeirenta, divisamos lá embaixo o vale de onde partimos. Vemos claramente a estrada que leva a Quito, os enormes campos irrigados, pertencentes aos latifúndios, e o gado que pasta na relva verde e fresca.

Aqui, a 3.700 metros acima do nível do mar, o ar é seco e frio, há neveiro e os campos de cultivo se ressentem da falta de água. Compondo uma intrincada colcha de retalhos a descer pelas encostas, essas plantações são quase todas muito pequenas. Como nos disse um dos agricultores, pode-se facilmente atirar uma pedra de um extremo a outro de qualquer uma delas.

Base da alimentação na cordilheira, a batata é, praticamente, a única cultura por aqui, pois ao contrário de outras plantas, consegue sobreviver nestas alturas.

Chegamos à aldeia de Saquisili no



Os agricultores têm sido levados a abandonar as espécies locais, mais resistentes

instante em que se realiza uma animada reunião, mas alguns lavradores querem nos levar para ver as suas plantações de batatas. Um deles, de nome Belisario, dono de vários lotes de terra, hesita em nos dizer quais os tipos de batata que cultiva.

Mais tarde viemos a saber por que. A exemplo da maioria dos plantadores da região, ele não semeia nenhuma das variedades desenvolvidas e promovidas pela Estação Nacional de Pesquisa Agrícola (Iniap). Tampouco emprega os pesticidas que os serviços de assistência agrícola, em seu programa de rádio das 5 horas da manhã, recomenda aos lavradores. Belisario não é o tipo de agricultor "moderno" que o governo gostaria de ver em todo o Equador.

Contudo, conhece a fundo cada tipo de batata que existe naqueles campos. "Esta é uma variedade de *chola* — diz ele, apontando para uma delas — e esta aqui nós chamamos de *leona*. Aquelas duas lá são *papa negra* e as outras, ao lado, são *cumi papa* e *papacastilla*". Belisario nos faz atravessar suas pequenas plantações, e o nosso espanto ante aquela diversidade aumenta a cada passo.

Contamos pelo menos dez variedades diferentes em um lote de terra do tamanho de nossa sala de trabalho. Um dos tipos é mais resistente à ferrugem (a principal doença das batatas), enquanto outro é capaz de suportar melhor o ataque de insetos do solo. Vários deles toleram as geadas que cobrem as plantações de Belisario pela manhã, enquanto outros sobrevivem durante os longos períodos de estiagem.

Desvantagens da batata "moderna" — Mais tarde, após um farto almoço com os outros lavradores (no qual nos serviram nada menos de quatro variedades diferentes de batatas), falamos dos motivos pelos quais eles preferem esses tipos, e não aqueles fornecidos pelo Iniap. O sabor é citado imediatamente como razão importante, juntamente com as qualidades agrônomicas necessárias à agricultura de poucos insumos praticada na região.

Além disso, todos concordam que as variedades promovidas pelo governo exigem um tempo de cozimento maior — e isso, além de custar mais em termos

de lenha para o fogo, é incômodo, pois as batatas não podem ser cozidas junto com as outras variedades. Por estas e outras razões, as batatas consumidas na casa dos agricultores são quase sempre as variedades locais.

Monocultura – Alguns dias depois, em outra parte do Equador, encontramos uma situação inteiramente diferente. Em Malillo, a produção de batatas virtualmente desapareceu há alguns anos, destruída pelas geadas.

Em vez de reintroduzir as batatas locais a partir das aldeias próximas, os serviços de assistência do governo instalaram-se na região, trazendo consigo as variedades “melhoradas”.

O resultado é que os agricultores hoje plantam somente os três ou quatro tipos de batatas oferecidos pelo governo – todas elas em regime de monocultura. Ao mesmo tempo, os agricultores venderam grande parte do gado que possuíam para adquirir mais terras, perdendo com isso o importante fertilizante natural que é o esterco.

Surgiu assim um problema cada vez mais grave. Enquanto o preço das batatas no mercado não pára de cair, o custo dos produtos agrotóxicos aumenta continuamente. Acrescente-se a isso o dinheiro extra que é gasto na compra de sementes de batatas, as quais, além de serem caras, geralmente não estão à venda na época adequada e nas quantidades certas.

Essa situação tem dado margem a várias iniciativas de organizações comunitárias, no sentido de estabelecer sistemas autônomos de fornecimento de sementes. Em Malillo, por exemplo, os agricultores criaram um banco de sementes local, com o apoio da *SwissAid*, uma agência suíça de desenvolvimento, a fim de garantir um suprimento constante de sementes.

O sistema é, ao mesmo tempo, simples e eficaz. Os agricultores recebem do banco local as batatas para semente, com a condição de, na colheita, devolverem ao banco a mesma quantidade, mais 20%. Um agrônomo, contratado pela comunidade, presta apoio e assessoria técnica aos agricultores.

Mas, dada a urgência da situação que prevalecia na época, o banco iniciou o seu trabalho com sementes do Iniap.

Hoje, os agricultores sofrem as consequências: após cinco anos de reprodu-

ção, as batatas do Iniap começam a se deteriorar e a safra é menor a cada ano.

Uma das principais causas desse declínio é o fato de que as batatas parecem ter sido infectadas por doenças transmitidas por vírus. Há quem diga, porém, que, quando usadas repetidamente, ano após ano, as variedades do Iniap simplesmente perdem o vigor original mais depressa que os tipos locais.

Quando nos reunimos com os líderes da comunidade e aventamos a hipótese de reabastecer o banco com variedades indígenas, adquiridas em



Batata: alimento fundamental na cordilheira

outras aldeias, todos aplaudiram a idéia imediatamente. Como disse um deles: “Nossa cultura índia não é apenas a música que se toca nas cidades ou nossas roupas. É também a forma pela qual produzimos os nossos alimentos e as plantas que nós e nossos antepassados desenvolvemos para esse fim.”

Alternativas locais – Durante a discussão sobre os aspectos práticos do banco de sementes, os agricultores apresentaram um brilhante exemplo de como a tecnologia indígena pode ajudar a resolver certos problemas importantes da produção de alimentos.

Talvez o maior problema do cultivo da batata seja o acúmulo, nos tubérculos, de doenças causadas por vírus. Os vírus são geralmente transportados por

afídeos (pulgões) e, como a batata se reproduz vegetativamente, a doença é transmitida de uma geração a outra.

Recentemente, os cientistas dos bancos genéticos desenvolveram certas técnicas de cultura de tecidos para resolver esse problema, mas os agricultores de Malillo vêm usando um método mais simples há centenas de anos.

Os agricultores costumam cultivar batatas em diferentes altitudes. Nas regiões mais altas dos Andes, os insetos – e os vírus que eles transmitem – têm dificuldade em sobreviver, ao passo que, nas regiões mais baixas, constituem uma ameaça extremamente grave. Assim, os agricultores reservam parte da colheita das altitudes mais altas para replantá-las em terras mais baixas, garantindo com isso a reprodução de material relativamente isento de vírus.

Estímulo aos agrotóxicos –

Diante dessas promissoras iniciativas, por parte dos agricultores, destinadas a preservar e utilizar a diversidade genética existente no país, seria de esperar que os serviços oficiais de assistência agrícola desajassem promovê-las. Mas, no Equador como em muitos outros países, o que acontece é bem diferente.

David Gutierrez, agrônomo profundamente interessado em tecnologias populares, afirma: “As variedades do Iniap só dão bom resultado com o pacote químico que as acompanha. Eles e várias firmas privadas organizam uma série de cursos, a nível local, para ensinar os agricultores a aplicarem pesticidas e fertilizantes químicos. O resultado é, invariavelmente, um aumento do uso de agrotóxicos”.

De fato, ao conversarmos com um agricultor sobre a sua produção de batatas, ele nos mostrou o que provavelmente era o único pedaço de papel impresso em toda a sua casa. Era um convite para uma palestra sobre aplicação de pesticidas a ser realizada naquele mesmo dia, na aldeia vizinha. A carta, lindamente impressa, era assinada pelo encarregado de serviços de extensão agrícola da Bayer, uma das maiores produtoras de pesticidas químicos do mundo.

* T.W.N. Henk Hobbelink e Miges Baumann trabalham para a Genetic Resources Action International, uma ONG espanhola



Manifestantes trabalhistas comemoram a vitória de Yitzhak Rabin

ISRAEL

Aberto o caminho à paz

Onovo governo trabalhista de Israel, chefiado pelo primeiro-ministro Yitzhak Rabin, estréia cheio de desafios. Os 15 anos em que o Likud governou o país deixaram uma marca indelével na região: a dos "falcões" Begin, Shamir e Sharon. Os três conduziram com mão-de-ferro a questão palestina, reprimindo duramente a *Intifada*, foram responsáveis pela invasão ao Líbano e provocaram um virtual colapso nas relações com os Estados Unidos ao insistirem na colonização dos territórios árabes ocupados.

Mas a visão estreita do Likud não foi somente responsável pelo isolamento internacional de Israel. Dentro do país, ao descontentamento causado pelo maior desemprego nos últimos 20 anos, soma-se a frustração dos 350 mil judeus provenientes da ex-União Soviética.

Com a nomeação do ex-chefe de governo Anand Panyarachoon para o cargo de primeiro-ministro, a Tailândia começa a viver um momento de menos tensão política, depois de um mês de violentos protestos populares.

Embora não tenha ocupado o cargo mediante o voto popular — principal reivindicação dos estudantes que saíram às ruas em maio passado —, Panyarachoon é considerado pela maioria dos tailandeses o primeiro-ministro ideal para conduzir o país a novas eleições.

Anand já havia ocupado o cargo interinamente após o golpe militar de fevereiro de 1991. Considerado muito eficiente, durante o ano em que esteve no poder realizou reformas econômicas de grande alcance, combateu a cor-

TAILÂNDIA Luz no túnel



O novo primeiro-ministro, Anand Panyarachoon, e sua esposa

rupção, trouxe ao debate público o problema da Aids no país e desafiou os militares na questão da compra de armas.

Até o último momento,

Depois de passar longos anos aguardando do regime de Moscou a autorização para emigrar, eles chegaram a Israel e não encontraram o paraíso com que sonharam. Pelo contrário, mais de 40% estão sem emprego e a maior parte mora em casas pré-fabricadas, em modestas vilas, já descritas por repórteres estrangeiros como "novos campos de refugiados".

Mesmo assim, o pouco que os judeus soviéticos receberam do Estado foi suficiente para acender a ira dos imigrantes sefarditas (os judeus provenientes do norte da África e dos países árabes do Oriente Médio). Estes não contaram sequer com esse modesto apoio quando, em levas, se mudaram para Israel nas décadas de 50 e 60. E pior ainda, eles guardam a mágoa de ser discriminados racial e socialmente, o que não acontece com os imigrantes soviéticos, que são, em geral, judeus *ashkenazis*, como a elite dominante em Israel.

Nesse caldo de cultura de revolta social, crise econômica e falta de perspectivas no processo de paz, gestou-se a vitória do Partido Trabalhista. Costuradas as alianças que possam dar sustentação ao seu governo — o primeiro em muitos anos que não terá como fiel da balança os partidos religiosos —, Rabin e o seu gabinete começam uma etapa chave: terão que mostrar a que vieram.

O terreno onde podem apresentar resultados mais rápidos é, sem dúvida, o das conversações de paz com os palestinos. O secretário de Estado norte-americano James Baker deu a entender aos trabalhistas que a Casa Branca quer uma rápida retomada do diálogo com os palestinos. Rabin adiantou durante sua campanha que está disposto apenas a dar uma *autonomia* aos territórios ocupados, mas também fez saber aos colonos judeus dessa região que devem ir se preparando para viver sob uma administração palestina.

do Chat Thai, um dos cinco da coalizão que apóia os militares. Mas a indicação de Somboon poderia ter provocado uma nova onda de protestos, já que ele é próximo a dirigentes militares golpistas, inclusive do general Surchinda Kaparayoon.

O general, líder do golpe que derrubou o governo civil de Chatichai Choonhavan em fevereiro de 1991, se autoproclamou primeiro-ministro depois das eleições de março passado. As manifestações pedindo sua renúncia se transformaram em violentos distúrbios, com um saldo de dezenas de mortos.

Diante das pressões, Kaparayoon terminou renunciando, não sem antes promulgar uma anistia que o absolvía e a outros chefes militares da responsabilidade pela sangrenta repressão.

observadores políticos estavam certos de que o presidente do Parlamento ia propor o nome do chefe da Força Aérea, marechal Somboon Rohang, presidente do parti-

CAMBOJA

Khmer não depoõe armas

A decisão do Khmer Vermelho de não entregar suas armas às Forças das Nações Unidas está colocando em risco o plano de paz auspiciado pela ONU. Em uma carta oficial entregue ao chefe da Autoridade de Transição das Nações Unidas no Camboja (Atnuc), Yasushi Akashi, o Khmer Vermelho afirmou que não permitirá que tropas da Atnuc entrem nas zonas sob seu controle.

Na prática, isso inviabiliza o cumprimento da segunda etapa do acordo de Paz, assinado em outubro de 1991, que previa a deposição de armas, o reagrupamento das forças guerrilheiras e a desmobilização de 70% do total de efetivos.

"Esta é uma clara violação do acordo de Paris; consequentemente, é inaceitável", afirmou Yasushi em uma reunião do Conselho Nacional Supremo (CNS) do Camboja. O CNS, um organismo que inclui representantes das quatro facções políticas rivais, funciona como uma autoridade anexa à Atnuc para o período anterior às eleições, marcadas para 1993.



Os guerrilheiros do Khmer Vermelho não aceitam se desmobilizar

A decisão do Khmer pode levar os outros grupos envolvidos a tomar uma atitude parecida. "Se uma das partes não quer aplicar a fase dois, não podemos continuar sozinhos", afirmou o príncipe Ranaridah, dirigente da facção do príncipe Norodom Sihanouk.

Por trás da intransigência do Khmer está sua exigência de garantias contra a influência vietnamita no Camboja. O grupo guerrilheiro se recusa a cooperar até que a Atnuc verifique a declaração do governo de Hanói de que as tropas vietnamitas foram retiradas do Camboja e estabeleça postos de contro-

namitas residentes no Camboja e que o CNS seja a única autoridade a governar o país.

Para diplomatas acreditados em Phnom Penh, a manobra do Khmer Vermelho visa a ganhar tempo, retardar a aplicação do plano de paz e criar um clima político que lhes seja favorável nas eleições. Apesar de controlar militarmente boa parte do país, o Khmer deve enfrentar nas urnas o repúdio da população, ainda traumatizada pelo genocídio que o grupo realizou durante os anos em que esteve no poder, de 1975 a 1979.

le ao longo da fronteira com o Vietnã.

Recentemente, Khieu Sampham, representante do Khmer Vermelho, impôs novas condições para a aplicação do plano de paz. Exigiu que seja modificada a legislação eleitoral para excluir os viet-

INDONÉSIA

Eleições sem surpresas



Jacarta: funcionários públicos esperam a sua vez de votar

Os resultados das últimas eleições parlamentares na Indonésia confirmaram a previsão dos observadores de que, novamente, não haveria grandes surpresas. Pela quinta vez desde 1971, o partido oficial Golongan Karya (Golkar), do general Suharto, conseguiu se impor por uma folgada margem.

Dos 114 milhões de indonésios que acorreram às urnas

em 9 de junho, 68% deram seu voto ao Golkar, enquanto que outros dois partidos – o Partido Muçulmano Desenvolvido Unido (PPP) e o Partido Democrático da Indonésia (PDI) – dividiram os votos restantes.

Apesar da indiscutível vitória do partido oficial, analistas locais enfatizaram que já é perceptível um certo cansaço da população – principalmente da classe média e dos jovens – com o governo de Suharto. Como sintoma desse cansaço, lembram que no último pleito, em 1987, o Golkar havia obtido 75% dos votos.

Mesmo não representando uma ameaça ao poder, o crescimento da oposição é particularmente preocupante para o regime militar se levarmos em consideração a enorme máquina do partido oficial – que conta com 25 milhões de membros – e o volume de recursos utilizado para eleger seus candidatos.

Ao assumir o poder, em 1966, mediante um sangrento golpe de estado, Suharto instituiu uma ditadura militar que impôs rígidos mecanismos de controle da vida política. Dos 1.000 membros do Parlamento, 500 são indicados pelo próprio general, 100 pelos militares e apenas 400 são eleitos pelo voto popular. O controle dos meios de comunicação pelo governo é quase total e o espaço para críticas, mínimo.

Isso explica porque, aliado à falta de quadros da oposição – cujos principais dirigentes foram mortos ou exilados após o golpe –, nenhum partido pôde se tornar uma alternativa ao Golkar, apesar de haver eleições formais desde 1971.

FRANÇA
Um partido contra o racismo

O recente anúncio da transformação da organização "SOS-Racismo" em partido criou um fato novo na política francesa, ao abrir espaço a uma agremiação cujo principal objetivo é lutar contra o racismo e a extrema-direita e defender o direito dos imigrantes. O surgimento do novo partido – denominado O Movimento – ganha particular importância, levando-se em conta a

Ao anunciar a criação do novo partido, Désir ressaltou que o seu objetivo "é levar para o terreno político a batalha pela solidariedade, defesa dos direitos dos imigrantes, contra a extrema-direita, pela moralização política e para enfrentar o problema dos guetos, desses



Harlem Désir pretende combater o crescimento da extrema-direita (ao lado, a polícia reprime manifestantes neonazistas)

atual onda de xenofobia e racismo que vive a França.

Depois de um trabalho de base de dez anos em favor da integração racial, o presidente do SOS-Racismo, Harlem Désir, reconheceu que o trabalho de associações como a sua "às vezes chega a um limite intransponível". Segundo ele, "enfrentávamos um bloqueio que não podíamos superar sem dar um passo à frente".

AMÉRICA CENTRAL

"O grande desafio da nossa região é a concorrência internacional, o atraso tecnológico, a pobreza e a criação dos grandes blocos econômicos". Com estas palavras, a presidente nicaraguense, Violeta Chamorro, inaugurou a XII reunião de cúpula de presidentes centro-americanos, realizada recentemente em Manágua.

Durante dois dias, os presidentes Alfredo Cristiani, de El Salvador, Rafael Angel Calderón, da Costa Rica, Jorge Serrano Elias, da Guatemala, Rafael Leonardo Callejas, de Honduras, e Guillermo Endara, do Panamá, discutiram os

milhares de marginalizados, jovens e desempregados da periferia".

Para isso, na sua opinião, era importante ocupar o cenário político. "Queremos que nossa gente seja eleita, que participem nos municípios. Queremos ar fresco no debate político, porque os dirigentes, incluindo os socialistas, não levam devidamente em conta as necessidades do movimento social", afirmou.

problemas da região, principalmente as perspectivas da integração econômica centro-americana e o processo de paz.

Na reunião, o presidente Serrano destacou que a integração da América Central "deve buscar maior nível de independência e procurar autonomamente a solução para nossos problemas". Já a presidente Cha-

PERU

O anúncio do presidente Alberto Fujimori, marcando para 18 de outubro a data das eleições constituintes, provocou uma onda de protestos da oposição peruana. Líderes dos partidos de direita, centro e esquerda criticaram o governo por tê-los excluídos das discussões sobre os procedimentos eleitorais. Muitos temem que o governo limite a autonomia da futura Assembléia Constituinte e restrinja a liberdade dos partidos políticos. Fujimori anunciou que a Assembléia Constituinte será unicameral, com 80 membros e defendeu que a próxima Carta estabeleça também um Congresso unicameral com o mesmo número de parlamentares. O presidente, que em 5 de abril dissolveu o Parlamento e interveio no Poder Judiciário, anunciou que os constituintes não poderão se candidatar durante os próximos dois períodos legislativos. Para a ex-senadora Mercedes Cabanillas, do partido Apra, a forma como foi feito o anúncio "revela que o ditador tem medo que a Assembléia Constituinte declare vaga a presidência e o mande de volta à casa".

morro enfatizou a importância da ajuda internacional, "para que os avanços na pacificação se consolidem e elevemos o nível de vida de nossas populações".



ESTADOS UNIDOS

Direitos humanos violados

Quando o então presidente Ronald Reagan começou a designar juízes ultraconservadores para a Suprema Corte de Justiça dos Estados Unidos sabia o que fazia. Era o Poder Judiciário de tradição liberal e até mesmo progressista, que ele encontrava as maiores dificuldades para aplicar seu projeto político. O jeito era fazer com que, aos poucos, juízes de direita fossem ganhando posições.

O sistema jurídico norte-americano baseia-se muito na jurisprudência. Daí as decisões da Suprema Corte sempre abrirem um precedente, que orienta depois a atuação das instâncias inferiores da Justiça.

O processo deflagrado por Reagan continuou com Bush e hoje os seus frutos estão à vista. A meados de junho, a Suprema Corte adotou uma decisão que causou perplexidade e revolta em todo o continente e, também,



Membros da Suprema Corte: predominam os conservadores

na Europa e no Oriente Médio: considerou legal o sequestro de cidadãos acusados de crimes nos Estados Unidos, para serem julgados nesse país.

Na verdade, a decisão só veio a "legalizar" uma prática implicitamente aceita

desde muito antes: quando o Panamá foi invadido em dezembro de 1990, a justificativa foi sequestrar o general Antonio Noriega, até hoje preso nos Estados Unidos e submetido a um julgamento que ainda não levou a nenhuma conclusão sobre as suas

supostas responsabilidades criminais.

Mas, se a recente decisão foi a mais repudiada e mais arrogante da nova Suprema Corte, outras não menos perigosas vinham sendo adotadas desde tempos atrás. Ao longo deste ano, essa instância máxima da Justiça norte-americana já adotou medidas que comprometem direitos consagrados nos Estados Unidos, como o direito de asilo político e o *habeas corpus*. Há quem afirme que essas sucessivas decisões estão ferindo de morte os direitos humanos nos Estados Unidos.

No caso do *habeas corpus*, ele tem sido negado em várias ocasiões a condenados à morte. E o direito de asilo foi recusado a refugiados, em particular latino-americanos, servindo de precedente para a repatriação, por exemplo, de milhares de haitianos.

EL SALVADOR

Representantes do governo, da guerrilha e da oposição salvadorenha reuniram em fins de junho em Washington para avliar os avanços dos tratados de paz assinados em 16 de janeiro entre o governo de Alfredo Cristiani e a Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional (FMLN).

Apesar das dificuldades para pôr em prática os acordos, todos se mostraram confiantes quanto ao futuro do país. "Apesar de tudo, estamos otimistas. Acreditamos firmemente que El Salvador está a caminho de se tornar um modelo de democracia para o Terceiro Mundo", afirmou o comandante Joaquín Villalobos, da FMLN.

Entre os problemas apontados pela Frente estão a resistência do governo em dissolver a Guarda Nacional e a Polícia Fiscal e o fato de manter intactos os serviços de informação responsáveis pela guerra suja. O governo, por sua vez acusa a FMLN de não realizar a mobilização de 20% de suas forças, como estava previsto nos acordos, e continuar recebendo armas clandestinamente.

CHILE

O presidente do Chile, Patricio Aylwin, enviou ao Parlamento uma proposta de reforma da Constituição que modifica o sistema eleitoral e abole a instituição dos senadores "biônicos".

Dirigentes dos partidos de direita Renovação Nacional e União Demócrata Independente já adiantaram que não aprovarão as reformas porque significam "desmantelar" a Carta ditada em 1980 durante o regime de Augusto Pinochet.

Esses oito legisladores — designados antes que Aylwin assumisse o poder, em 11 de março de 1990 — dão maioria à oposição conservadora no Senado, o que pode bloquear a iniciativa do presidente.

Aylwin já tinha enviado ao Congresso outras emen-



Aylwin: fortalecido nas urnas

das, uma das quais restituiu ao chefe de estado a faculdade de nomear e demitir os comandantes-em-chefe das Forças Armadas. Apesar de enfrentar uma forte oposição no Congresso, o presidente saiu politicamente fortalecido das eleições municipais de 28 de junho passado — as primeiras em 22 anos —, vencidas em sua maioria por candidatos da coalizão de centro-esquerda do presidente Aylwin.



Para Nelson Mandela, "não é mais possível negociar com quem mata a nossa gente" (ao lado, velório dos mortos em Boipatang)

ÁFRICA DO SUL

Clima de tensão

O clima na África do Sul permanece tenso depois que um massacre de negros da etnia xhosa na favela de Boipatang levou o Congresso Nacional Africano (CNA) a suspender as negociações que vinha mantendo com o governo sul-africano. O rompimento das conversações provocou a pior crise política na África do Sul desde que o regime de minoria branca começou a desmontar o apartheid.

O presidente Frederick de Klerk havia iniciado, em dezembro passado, o diálogo com a maioria negra a fim de preparar a transição para um governo multirracial. Além do governo e do CNA, participavam das negociações, batizadas de Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), 18 partidos, incluindo o Inkhata, uma organização negra apoiada pelo regime de minoria branca. Seguindo a posição do CNA, outros dez grupos negros abandonaram a Codesa.

Ao explicar sua decisão de suspender as negociações, o líder do CNA, Nelson Mandela, afirmou que "já não podia explicar ao povo porque continuamos conversando com o regime que está assassinando nossa gente". O CNA responsabilizou o presidente sul-africano pelo massacre e o acusou de promover uma campanha de terror contra a maioria negra.

O estancamento do diálogo deixou De Klerk em uma posição difícil, não só interna como externamente. Desde que começou o programa de reformas, o presidente sul-africano vem pisando em um campo minado. Por um lado, trava uma surda luta

contra os setores mais conservadores do país, os *afrikaners*, que se opõem tenazmente à democratização do regime. Por outro, não consegue responder às demandas da maioria negra, para quem as reformas não representaram ainda uma real mudança de sua situação. O massacre de Boipatang só veio a tornar mais complexo esse quadro, radicalizando as posições de ambos os lados.

A nível externo, o massacre repercutiu de forma muito negativa para o governo. Depois de sair politicamente fortalecido de um plebiscito, onde obteve o apoio da minoria branca a suas reformas, De Klerk volta a sentir a ameaça de isolamento na comunidade internacional.

Nas últimas semanas, as relações entre o CNA e o governo de Pretória vinham se deteriorando em função do recrudescimento da violência entre os xhosas, em sua maioria seguidores do CNA, e os zulus, partidários do grupo Inkhata. Para o Congresso Nacional Africano, a violência entre os dois grupos é incentivada pelo governo, que cruza os braços diante das reiteradas denúncias de envolvimento de grupos paramilitares nos choques intertribais.

A última denúncia nesse sentido partiu de um alto oficial da polícia sul-africana, que decidiu abandonar o país e se radicar na Inglaterra. O coronel John Horak, que trabalhou durante 32 anos para as forças de segurança, fez um relato pormenorizado da estreita colaboração que ele próprio testemunhou entre o Inkhata e o governo sul-africano.

SOMÁLIA

A morte do general Mohamed Farah Aided, que liderava um dos grupos do Congresso Somaliano Unido (CSU), pode agravar a guerra civil na Somália. Na opinião dos observadores locais, era o general Aided quem mantinha a unidade do CSU organização que assumiu o controle da capital após a deposição do ex-presidente Siad Barre, em janeiro passado.

"O problema da morte de Aided é que deixou seus soldados sem autoridade ou objetivos, o que provocará maior anarquia", assinalou um refugiado somaliano. Para outro refugiado, Hassan Abdile, "o CSU era uma força fragmentada incapaz de restabelecer a ordem no país".

Desde a deposição de Siad Barre, três grupos armados lutam pelo controle do país. Em meados de maio, o Movimento Nacional Somaliano (MNS), declarou a independência da região norte do país. O CSU, que controla a capital, considerou "inaceitável" a decisão do MNS. Desde então, a guerra recrudescceu, provocando a morte de milhares de pessoas — pela fome ou devido aos combates — e o deslocamento de milhões de refugiados.

SERRA LEOA

A comunidade africana continua acompanhando com atenção os desdobramentos do golpe militar que derrubou o presidente Joseph Momoh em maio e colocou no poder um Conselho Governante Provisório (CNGP), composto por oficiais jovens civis. O golpe começou com um protesto dos militares pelo não-pagamento dos soldados e as más condições na frente de guerra na zona oriental do país. Em 48 horas, o presidente Momoh se viu obrigado a abandonar o país e fugir para a vizinha Guiné.

Antes mesmo de nomear sua equipe, o líder do golpe, capitão Valentine Strasser-King, anunciou pela rádio seus objetivos. Em primeiro lugar, afirmou que o novo governo tomaria medidas para pôr fim à destrutiva guerra que se desenvolve na parte oriental de Serra Leoa desde março. Além disso, o capitão King anunciou uma abertura política para conduzir o país ao sistema multipartidário e a realização de eleições livres "no momento oportuno".

Protesto pacifista

Monges budistas rezam em frente ao Parlamento japonês, para que não fosse aprovada a moção do governo autorizando – pela primeira vez desde a II Guerra Mundial – o envio de forças militares japonesas ao exterior



LA PALABRA DE DIOS ESPERANZA PARA TODOS

Ironia

Durante uma nova onda de violentos distúrbios em Caracas, efetivos da polícia antimotim da Venezuela se preparam para dispersar estudantes que pediam a renúncia do presidente Carlos Andrés Pérez



Procura-se

Escondida atrás de um poster onde se lia "Bush: procurado vivo ou morto, por invadir o Panamá", a viúva de um civil morto durante a invasão norte-americana protesta contra a visita do presidente George Bush ao seu país



Estranha parceria

Próximo à capital do Camboja, um menino – adotado como "mascote" nessa unidade militar – tenta imitar o soldado chileno das Forças de Paz da ONU, destacadas para acompanhar o cumprimento dos acordos de paz



“JFK”, o livro e o filme

Argemiro Ferreira*

A história do filme *JFK*, que está obrigando as autoridades norte-americanas a reabrir arquivos secretos sobre o assassinato do presidente John Kennedy, começou há alguns anos em Havana, Cuba. O filme é baseado principalmente no livro *On the trail of the assassins* (“Na trilha dos assassinos”), de Jim Garrison, publicado por uma pequena editora alternativa de Nova Iorque chamada Sheridan Square Press.

O cineasta Oliver Stone pôs os olhos nesse livro pela primeira vez ao recebê-lo de Ellen Ray, uma das donas da editora (juntamente com William Schaap). Ela o encontrou num elevador de hotel da capital cubana, durante o Festival de Cinema de 1988. Deu-lhe o livro, que acabara de ser publicado, e garantiu que Stone ficaria suficientemente fascinado a ponto de querer transformá-lo em filme.

Além dos editores, Ellen Ray e Bill Schaap são também jornalistas. Publicam revistas pouco ortodoxas nos Estados Unidos, de denúncia do *establishment*. Uma delas é a *CovertAction Information Bulletin* (Caib), que se dedica principalmente a denunciar as atividades e os agentes da espionagem norte-americana que atuam em diferentes países do mundo.

Juntamente com Louis Wolf – autor de livros sobre a ação da CIA na Europa e na África (*Dirty work 1: the CIA in Western Europe* e *Dirty work 2: the CIA in Africa*), e sobre ex-agentes considerados renegados, como Philip Agee e Victor Marchetti –, Ray e Schaap desenvolvem há anos um trabalho sistemático de monitoramento da CIA. Mantinham escritório no National Press Club, em Washington, antes de transferirem a maior parte de sua atividade para o bairro nova-iorquino de Greenwich Village.

Os três incomodaram tanto a espionagem norte-americana que, nos anos 80, o presidente Ronald Reagan conseguiu aprovar uma lei (de proteção à identidade dos espíões) no Congresso especialmente para enquadrá-los. O texto, que viola a Primeira Emenda à Constituição, prevê penas de prisão para qualquer pessoa que revele nomes de agentes da espionagem – exatamente o que a

Caib fazia em cada edição, na seção “Naming Names” (agora eliminada).

Em Nova Iorque, Ray e Schaap ampliaram o trabalho que desenvolvem. Por intermédio de seu Institute for Media Analysis, a partir de janeiro de 1990 passaram a publicar também uma revista destinada exclusivamente a registrar e corrigir os erros e distorções saídos no jornal *The New York Times*. Chama-se, por isso mesmo, *Lies of Our Times* (título que pode ser traduzido como “Mentiras do Nosso Times” ou então “Mentiras de Nosso Tempo”).

A tese do livro de Garrison, abraçada depois por Stone, é de que o assassinato em Dallas fora, na verdade, um golpe de estado. O cineasta ficou entusiasmado e iniciou logo os planos, mas ainda recorreria a um livro de Jim Marrs (*Crossfire: the plot that killed Kennedy*) e a outros estudiosos do assunto, com o objetivo de preencher falhas encontradas no trabalho original. Ellen Ray e Bill Schaap foram os primeiros assessores na tarefa.

O roteiro de *JFK* é assinado apenas por Zachary Sklar, escritor e jornalista de esquerda, e Oliver Stone, mas afirma-se que também contou com a assistência de outros intelectuais e acadêmicos igualmente críticos das conclusões do Relatório Warren e das possíveis correções

de curso de Lyndon Johnson, como Peter Dale Scott (autor de *The Dallas conspiracy*) e John Newman (autor de *JFK and Vietnam*).

Quanto ao livro de Jim Garrison, *On the trail of the assassins*, permanece inédito no Brasil, mas sua trajetória nos Estados Unidos já é quase tão bem-sucedida como a do filme. Como a Sheridan Square Press é uma editora muito pequena, a Time-Warner, a maior multinacional de comunicação do mundo, resolveu faturar em filme e livro. Produziu o *JFK* de Stone pela Warner Bros e acertou com a Sheridan Press para publicar nova edição do livro, de grande tiragem, através da subsidiária Warner Books.



Bill Schaap, Ellen Ray e Louis Wolf: reabrindo o caso

*Argemiro Ferreira é jornalista especializado em política internacional

Agora todo o mundo é verde.



O Banerj sempre foi verde porque nasceu aqui.

BANERJ

NATURALMENTE LIGADO AO RIO

RIO



Rio do mar, do sol,
do verde da mata,
da Pedra, da praia,
dos shoppings, do chopp,
do Cristo, do bondinho,
da cidade menina
cheia de beleza.

RIO - A MARCA DO TURISMO POR NATUREZA.

RIO Prefeitura
da Cidade